

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Contribuições das cooperativas de crédito para o desenvolvimento de
municípios brasileiros**

Diego Sebastião Landim Silva
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

DIEGO SEBASTIÃO LANDIM SILVA

Contribuições das cooperativas de crédito para o desenvolvimento de municípios brasileiros

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Marcelo Jose Braga

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S586c
2025
Silva, Diego Sebastião Landim, 1999-
Contribuições das cooperativas de crédito para o
desenvolvimento de municípios brasileiros / Diego Sebastião
Landim Silva. – Viçosa, MG, 2025.
1 dissertação eletrônica (127 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Marcelo José Braga.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia Rural, 2025.

Referências bibliográficas: f.107-115.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.715>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Cooperativas de crédito. 2. Desenvolvimento econômico.
3. Economia urbana. I. Braga, Marcelo José, 1969-.
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia
Rural. Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada.
III. Título.

CDD 22. ed. 334.2

DIEGO SEBASTIÃO LANDIM SILVA

Contribuições das cooperativas de crédito para o desenvolvimento de municípios brasileiros

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 5 de agosto de 2025.

Assentimento:

Diego Sebastião Landim Silva
Autor

Marcelo Jose Braga
Orientador

Essa dissertação foi assinada digitalmente pelo autor em 29/10/2025 às 15:39:12 e pelo orientador em 29/10/2025 às 15:40:47. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **87R3.26AM.92XO** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico este trabalho a Deus e à minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me permitido chegar até aqui com saúde e por sempre guardar coisas boas para mim.

A meus pais, Zilda e Adail, por sempre me ofertarem apoio e por terem me criado tão bem.

À minha namorada, Pollyanna, por ser companheira e me motivar e apoiar frente aos desafios.

A todos os meus amigos da vida e da pós, pelas longas horas de estudo, por tanta ajuda, momentos de diversão e por tantas boas conversas. Guardarei boas lembranças de todos vocês.

A todos os professores com os quais pude aprender até hoje, em especial ao Professor Marcelo Braga, por ter me orientado tão bem e por ser um exemplo de profissional e de ser humano.

À Professora Valéria Bressan, por ter me coorientado desde o projeto de pesquisa, por trazer novos desafios e pelas contribuições e aconselhamentos.

Ao professor Mateus Neves, pelas valiosas sugestões ao trabalho, desde o projeto até a banca de defesa.

Ao Professor Davi Costa, pela participação na banca de defesa, por todo o conhecimento compartilhado e pelas contribuições ao trabalho.

À Sicoob Sarom, pela oportunidade concedida e pelo apoio no momento da pesquisa de campo. Em nome do João Leite, agradeço a todos aqueles que me ajudaram de alguma forma em todo o processo da pesquisa em São Roque de Minas. Registro meus agradecimentos a todos que se prontificaram a participar das entrevistas, sempre com boa vontade.

À Universidade Federal de Viçosa, ao Departamento de Economia Rural, ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada e ao Curso de Bacharelado em Cooperativismo, além de todas as pessoas que formam essas instituições, por terem sido instrumentos de uma profunda transformação ocorrida em minha vida.

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

SILVA, Diego Sebastião Landim, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2025. **Contribuições das cooperativas de crédito para o desenvolvimento de municípios brasileiros.** Orientador: Marcelo Jose Braga.

Esta dissertação investiga o papel das cooperativas de crédito no desenvolvimento de municípios brasileiros, com foco em suas contribuições para o crescimento econômico e o desenvolvimento endógeno, ou seja, a partir das características e potencialidades do território. O trabalho está estruturado em dois capítulos: o primeiro capítulo realiza uma análise econométrica com dados em painel de todos os municípios brasileiros entre 2016 e 2021. A intenção é estimar as contribuições da presença de cooperativas de crédito sobre três variáveis econômicas: crescimento do PIB per capita, do emprego per capita e crescimento do número de empresas per capita. Os resultados indicam que a presença de cooperativas está associada ao crescimento do PIB per capita e do número de empresas per capita, com efeito superior aos bancos, indicando que o cooperativismo de crédito possui maior capacidade de promover crescimento. Para o emprego per capita, não foram encontrados resultados significativos. O segundo capítulo aprofunda a análise por meio de um estudo de caso único, na cooperativa de crédito Sicoob Sarom, localizada em São Roque de Minas (MG). Através de entrevistas, observações e análise documental, o estudo mostra como a atuação da cooperativa contribuiu para a mobilização de capital social local e para o desenvolvimento endógeno do município através da organização da cadeia produtiva e da promoção de ações de interesse pela comunidade em setores como educação, meio ambiente, saúde e empreendedorismo. A cooperativa atua, portanto, como importante agente de transformação local, embora o município ainda enfrente limitações diante de problemas estruturais, que necessitam de atuação do poder público. O trabalho contribui para a compreensão das cooperativas de crédito como instrumentos de desenvolvimento endógeno e mudança de realidades, especialmente em regiões que enfrentam entraves ao desenvolvimento, oferecendo subsídios para que entidades reguladoras e formuladores de políticas públicas compreendam o potencial das cooperativas de crédito como mecanismos que podem promover crescimento econômico e desenvolvimento endógeno, especialmente em regiões onde há exclusão financeira e onde bancos têm desmobilizado agências.

Palavras-chave: cooperativas de crédito; crescimento; desenvolvimento endógeno

ABSTRACT

SILVA, Diego Sebastião Landim, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2025. **Contributions of credit unions to the development of Brazilian municipalities.** Adviser: Marcelo Jose Braga.

This thesis investigates the role of credit unions in the development of Brazilian municipalities, with a focus on their contributions to economic growth and endogenous development, that is, development driven by the characteristics and potentialities of the territory itself. The work is structured in two chapters. The first chapter presents an econometric analysis using panel data covering all Brazilian municipalities between 2016 and 2021. The aim is to estimate the impact of the presence of credit unions on three economic variables: the growth of per capita GDP, per capita employment, and the number of companies per capita. The results indicate that the presence of credit unions is associated with increases in per capita GDP and in the number of companies per capita, with effects greater than those observed for traditional banks. This suggests that credit unions have a superior capacity to foster economic growth. No significant effects were found for per capita employment. The second chapter deepens the analysis through a single case study of the credit union Sicoob Sarom, located in São Roque de Minas (MG). Through interviews, observations, and document analysis, the study demonstrates how the cooperative's activities have contributed to the mobilization of local social capital and to the endogenous development of the municipality by organizing the local production chain and promoting community-oriented actions in areas such as education, environment, health, and entrepreneurship. The cooperative thus acts as an important agent of local transformation, although the municipality continues to face challenges related to structural problems in health and education, which require intervention by public authorities. This research contributes to the understanding of credit unions as instruments of endogenous development and agents of change, particularly in underdeveloped regions. It offers insights for regulatory agencies and policymakers to recognize the potential of credit unions as mechanisms capable of promoting economic growth and endogenous development, especially in areas marked by financial exclusion and the withdrawal of traditional bank branches.

Keywords: credit unions; growth; endogenous development

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação das cooperativas de crédito no SFN.	29
Tabela 2 - Critérios de informação AIC e BIC para os três modelos estimados.	52
Tabela 3 - Resultados das estimações.	53
Tabela 4 - Índice de Des. Humano municipal (IDH-M) São Roque de Minas e Microrregião de Piumhi.	85
Tabela 5 - Estatísticas descritivas para as variáveis da pesquisa.	125
Tabela 6 - Características gerais dos municípios que compõem a microrregião de Piumhi. .	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estudos empíricos que tratam da relação entre cooperativas de crédito e variáveis relacionadas a crescimento e desenvolvimento.	35
Quadro 2 – Descrição das variáveis empregadas na pesquisa.	48
Quadro 3 - Estudos empíricos que tratam de impactos das cooperativas de crédito nas comunidades através de abordagens qualitativas.	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linhas de tendência das médias das variáveis da pesquisa ao longo do tempo.....	49
Figura 2 - São Roque de Minas e municípios limítrofes.	80
Figura 3 - Evolução da população de São Roque de Minas (1960 - 2022).	81
Figura 4 - Evolução do PIB de São Roque de Minas e da microrregião de Piumhi (2002 – 2021).	82
Figura 5 - Evolução do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária: São Roque de Minas x Microrregião de Piumhi (2002 - 2021).....	83
Figura 6 - Evolução do PIB per capita de São Roque de Minas e da microrregião de Piumhi (2002 – 2021).	84
Figura 7 - Evolução do IFDM de São Roque de Minas (2013 - 2023).	86
Figura 8 - Evolução do IFDM educação de São Roque de Minas (2013 - 2023).	86
Figura 9 - Evolução do IFDM saúde de São Roque de Minas (2013 - 2023).	87
Figura 10 - Evolução do IFDM emprego e renda de São Roque de Minas (2013 - 2023).....	88
Figura 11 - Municípios atendidos pela Sicoob Sarom.....	90
Figura 12 – Evolução do número de Cooperados da Sicoob Sarom (2016 - 2025).	91
Figura 13 - Mapa mental das contribuições da Sicoob Sarom para o desenvolvimento endógeno de acordo com as categorias de análise.	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AIC	<i>Akaike Information Criterion</i>
BACEN	Banco Central do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BIC	<i>Bayesian Information Criterion</i>
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CES	Cooperativa Educacional Sarom
CMN	Conselho Monetário Nacional
Confabras	Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito
EA	Efeitos Aleatórios
EF	Efeitos Fixos
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FENASBAC	Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Intervalo de Confiança
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFGF	Índice FIRJAN de Gestão Fiscal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISDEL	Índice Sebrae de Desenvolvimento Econômico Local
LC	Lei Complementar
MEC	Ministério da Educação
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEMG	Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
PA	Postos de Atendimento
PAB	Posto de Atendimento Bancário
PAC	Posto de Atendimento Cooperativo
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RECIP	Reconhecimento Inovação com Propósito
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFN	Sistema Financeiro Nacional
Sicoob	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SNCC	Sistema Nacional de Crédito Cooperativo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
VAB	Valor Adicionado Bruto
WOCCU	<i>World Council of Credit Unions</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	13
1. Considerações iniciais	13
2. Objetivos	20
2.1 Objetivo Geral.....	20
2.2 Objetivos Específicos	20
CAPÍTULO 1	21
CONTRIBUIÇÕES DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS	21
1. INTRODUÇÃO	21
2. REVISÃO DE LITERATURA	24
2.1 O papel do crédito no crescimento econômico	25
2.2 Cooperativismo de crédito	27
2.3 Evidências empíricas sobre as contribuições das cooperativas de crédito ao crescimento econômico.....	32
3. METODOLOGIA	37
3.1 Modelo de dados em painel	37
3.2 Dados	42
3.2.1 Fonte e tratamento dos dados	42
3.2.2 Descrição das variáveis utilizadas.....	43
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	48
4.1 Análises das estatísticas descritivas	48
4.2 Análise dos resultados	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
CAPÍTULO 2	59
ANÁLISE DO PAPEL DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO PERANTE O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: UM ESTUDO DE CASO NA SICOOB SAROM ..	59
1. INTRODUÇÃO	59
2. REVISÃO DE LITERATURA	62
2.1 O conceito de desenvolvimento	62
2.1.1 Desenvolvimento endógeno	65
2.2 Evidências empíricas sobre a relação entre cooperativas de crédito e desenvolvimento	
68	

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	73
3.1 O caso estudado	73
3.2 O estudo de caso	74
3.3 O protocolo do estudo de caso	76
3.3.1 Visão geral.....	76
3.3.2 Procedimentos de campo.....	77
3.3.3 Análise da dinâmica econômica regional de São Roque de Minas.....	78
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	79
4.1 Sicoob Sarom e a interação com o município de São Roque de Minas.....	79
4.1.1 Caracterização do município de São Roque de Minas.....	79
4.1.2 A Sicoob Sarom	88
4.2 A percepção dos atores locais sobre a atuação da Sicoob Sarom no contexto de São Roque de Minas	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
CONCLUSÕES GERAIS	104
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A – Roteiros de entrevistas semiestruturadas	116
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	121
ANEXOS.....	125

INTRODUÇÃO GERAL

1. Considerações iniciais

O crédito é um fator importante para o desenvolvimento econômico, e seu papel foi objeto de estudo de diversos autores, como nos trabalhos seminais de Gurley e Shaw (1955), Goldsmith (1969) e McKinnon (1973). Estes trabalhos estabelecem uma relação entre o crédito e o desenvolvimento, trazendo importantes contribuições ao debate inicial do tema. Schumpeter (1911) foi precursor ao estabelecer a relação entre crédito e desenvolvimento, defendendo que a moeda e o crédito, são ferramentas essenciais para o desenvolvimento de inovações, fazendo com que empreendedores não necessitem empregar grandes quantias de recursos próprios para viabilizar suas inovações.

Keynes também enfatiza que os bancos e o sistema bancário têm importante papel no financiamento para o crescimento econômico, evidenciando que estas instituições não são apenas intermediadoras financeiras, mas podem contribuir de maneira efetiva para o crescimento econômico (Keynes, 1936). A visão pós-keynesiana incorpora, portanto, a ideia de que o sistema financeiro tem um papel importante ao ofertar crédito, possibilitando aumento no produto e no emprego, gerando desenvolvimento econômico, como discutido por Minsky (1982) e Dow (1982).

Ao longo dos anos, diversos trabalhos empíricos se concentraram em atestar esta relação. Embora os resultados não sejam unânimes em estabelecê-la, a maioria dos trabalhos converge no sentido de atestar que o crédito e a presença de instituições financeiras em territórios é um fator importante e capaz de apoiar o crescimento.

Levine, Loayza e Beck (2000) encontraram forte relação positiva entre o avanço da presença de instituições financeiras e o aumento da riqueza de regiões, indicando que quando o sistema financeiro se desenvolve, há uma propensão a impulsionar o crescimento econômico.

A presença de instituições financeiras também pode contribuir especialmente em regiões menos desenvolvidas. Em estudo considerando diversos países, Beck, Demirgüç-Kunt e Levine (2007) constatam que a presença de instituições financeiras também auxilia o crescimento econômico de regiões mais pobres, na medida em que o desenvolvimento financeiro está associado a uma redução mais rápida da pobreza, fazendo com que a renda dos pobres cresça mais rapidamente que o crescimento médio do PIB per capita, proporcionando redução na desigualdade de renda, refletida na diminuição do crescimento do índice de Gini quando há desenvolvimento financeiro.

No Brasil, diversas são as categorias de instituições financeiras, mas os bancos tradicionais concentram a grande parcela do mercado, com presença mais intensa em grandes centros e regiões com maior movimentação financeira, com uma alta concentração bancária nas regiões Sul e Sudeste do país (Horn e Feil, 2018).

Dados do Relatório de Cidadania Financeira de 2021 do Banco Central mostram que há um cenário existente de exclusão financeira, em que mais de 17 milhões de brasileiros não têm acesso a agências bancárias, dos quais 1,6 milhões também não conseguem acesso a instituição financeira em seu município de residência através de Postos de Atendimento (BCB, 2021). Esta população desassistida reside em municípios menos populosos e distantes de centros econômicos regionais, que não representam estímulo à presença de conglomerados financeiros, fazendo com que agências bancárias estejam concentradas em áreas mais populosas e mais próximas das capitais dos estados (Assunção, 2020).

Desta forma, as cooperativas de crédito, como instituições que surgem para cobrir falhas de mercado, como o desequilíbrio de poder de mercado e assimetrias de informação (Staatz, 1987), podem ocupar este espaço, pois são formadas a partir da união das pessoas que se organizam em torno da sociedade cooperativa e passam a adquirir condições para acesso a serviços, informações, e outros elementos que individualmente, seriam inacessíveis. Estas organizações surgem, na maioria das vezes, pela necessidade de acesso a serviços financeiros em localidades onde há demanda reprimida ou o acesso é impossibilitado ou dificultado, contribuindo para a inclusão financeira.

As cooperativas de crédito são instituições financeiras sem finalidade de lucro, formadas pela associação de pessoas que buscam acessar serviços financeiros, conforme estabelecido pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas no Brasil (Brasil, 1971). Nessas instituições, os cooperados exercem dois papéis: o de proprietários, participando da gestão e exercendo o poder de voto independentemente da sua participação no capital social; e o de usuários de serviços financeiros (Bauer, 2009). Apesar de suas especificidades, quanto aos serviços oferecidos, as cooperativas de crédito concorrem no mesmo mercado em que os bancos comerciais, através do oferecimento de serviços como conta-corrente, aplicações financeiras, cartões, financiamentos, seguros, entre outros (BACEN, 2024a; Taylor, 1971; Bauer, 2009).

O cooperativismo de crédito brasileiro tem se destacado pelo crescimento e pela capilaridade. De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), em 2023 haviam 768 cooperativas singulares ativas, atuando em 3.177 municípios e atendendo 17,3 milhões de

associados - um crescimento de 11,2% em relação a 2022. Ao passo que a presença física de agências e postos de atendimento bancários nos municípios brasileiros têm diminuído, as cooperativas de crédito seguem uma estratégia de expansão da rede de atendimento. Em 2023, 32 municípios deixaram de ser atendidos por bancos, enquanto 97 passaram a fazer parte da rede de atendimento das cooperativas de crédito, sinalizando este movimento. Embora o número de cooperativas singulares tenha diminuído 13,5% entre 2019 e 2023, passando de 872 para 768, segundo Maia (2022), este processo está relacionado principalmente a incorporações entre cooperativas, e não à extinção da estrutura destas.

Assunção (2020) destaca que os postos de atendimento de cooperativas de crédito têm a capacidade de atender áreas onde cidadãos têm dificuldades de acesso a serviços financeiros, como localidades menos populosas, mais rurais e isoladas do que os atendidos por agências bancárias. O autor encontra resultados que indicam que bancos têm, na média, um limite mínimo de 8 mil habitantes para a abertura de agência em um município, enquanto cooperativas de crédito tem capacidade de abrir agências em municípios a partir de 2,3 mil habitantes. De fato, a presença das cooperativas de crédito em localidades menos assistidas por serviços financeiros evidencia a atuação destas instituições como agentes de inclusão financeira. Em 368 municípios brasileiros, as cooperativas de crédito são a única alternativa de acesso a produtos e serviços financeiros presencialmente (BACEN, 2024b).

Por mais que o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) represente uma parcela relativamente pequena do SFN, o crédito cooperativo tem se expandido e ampliado sua presença no território brasileiro, em um ritmo de crescimento mais rápido do que o restante do sistema financeiro. Dados do Banco Central do Brasil mostram que os ativos do SNCC totalizavam R\$ 730,9 bilhões em 2023, com um crescimento de 23,9% em comparação ao ano anterior, fato que supera o crescimento observado no restante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) no mesmo período. O SNCC também aumentou sua representatividade no SFN, destacando-se como um dos segmentos com maior expansão de crédito entre 2022 e 2023, com um *market share* no SFN de 7,3% (BACEN, 2024b).

Por mais que esta expansão esteja em curso, o crédito cooperativo ainda está em processo de expansão no Brasil e suas características o tornam no objeto de estudo desse trabalho. Estas características são discutidas por autores como Taylor (1971), Bauer (2009), Zeuli (2001) e Zeuli e Radel (2005), e envolvem as diferenças entre cooperativas de crédito e instituições bancárias. Inicialmente, os serviços ofertados são os mesmos, visto que uma cooperativa de crédito do tipo plena pode captar depósitos à vista e à prazo, além de ofertar

uma gama de produtos e serviços que bancos comerciais oferecem a seus clientes, se assemelhando a estes na prestação de serviços, e, portanto, concorrendo no mesmo mercado. Porém, cooperativas seguem princípios doutrinários que preconizam o interesse pela comunidade e a promoção da educação a seus membros, aspectos cada vez mais discutidos em estudos que têm buscado compreender a relação entre as cooperativas e a contribuição destas para o desenvolvimento de localidades.

É importante salientar que existem diferenças importantes entre os termos “crescimento econômico” e “desenvolvimento econômico”. O crescimento econômico é um conceito ligado à expansão quantitativa da capacidade produtiva de um país ao longo do tempo, ou seja, está ligado a um aumento da produtividade, expressa através do aumento na quantidade de bens e serviços produzidos. Desenvolvimento econômico é um conceito tratado de forma mais ampla, e passou por diversas mutações e ganhou adjetivos variados ao longo dos tempos (Siedenberg, 2006). A abordagem do desenvolvimento busca considerar variáveis para além daquelas consideradas na avaliação do crescimento econômico, passando a dar importância às condições de vida que os cidadãos desfrutam, como renda, saúde e educação. Por sua maior abrangência, o conceito de desenvolvimento econômico é mais complexo, dificultando uma definição mais conclusiva. No entanto, para Seers (1969) saber se um país está se desenvolvendo demanda compreender o que está acontecendo com a pobreza, com o desemprego e com a desigualdade. Se todas estas três diminuem, é possível que haja desenvolvimento. Se uma ou duas delas está piorando, especialmente se a desigualdade está aumentando, não é possível considerar isso como desenvolvimento.

Os capítulos deste trabalho abordam diferentes perspectivas nas análises realizadas. O primeiro, considera aspectos mais ligados ao crescimento, pois verifica-se as contribuições da presença de cooperativas de crédito e bancos em variáveis relacionadas ao que se convencionou chamar de crescimento: taxas de crescimento do PIB per capita, da presença de empresas per capita e dos empregos per capita. Seguindo a visão de Seers (1969), apenas o emprego se aproximaria do que se considera “desenvolvimento”.

No segundo capítulo, há o intuito de, através de um estudo de caso único, realizar uma tentativa de investigar a relação entre as ações da cooperativa de crédito estudada e a promoção de desenvolvimento endógeno, ou seja, a partir das características e potencialidades do território. Para a realização do estudo de caso único, foi escolhida a cooperativa de crédito Sicoob Sarom. Fundada em 1991 no município de São Roque de Minas (MG) em um cenário onde os cidadãos passavam por dificuldades para acessar serviços financeiros básicos, a criação

da cooperativa de crédito rural representou a possibilidade do acesso a serviços financeiros e ao crédito pela população do município, o que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura e dos serviços locais. A partir de então, a cooperativa passou a ser reconhecida no meio cooperativista como um caso de sucesso, dado o cenário desafiador anteriormente experimentado no município (Souza, 2008).

Portanto, como o presente estudo se concentra em contribuições para além da capacidade produtiva ou acumulação de riquezas por municípios e regiões, constitui uma tentativa de incorporar outras dimensões através da análise qualitativa da atuação de uma cooperativa de crédito em um município, considerando não somente a sua atividade-fim, mas as ações diversas que realiza no território. Portanto, no primeiro capítulo, adota-se a teoria do crescimento econômico e como o crédito e, em especial as cooperativas de crédito podem, a partir de suas características próprias, contribuir para o crescimento no âmbito municipal, pela capacidade de reter recursos localmente. No segundo capítulo, o ponto de partida é a teoria do desenvolvimento endógeno, com uma interface com a teoria do desenvolvimento comunitário cooperativo.

Neste sentido, o trabalho se assimila a estudos anteriores que buscam avaliar contribuições da presença de instituições financeiras, em especial aos trabalhos que analisam como a presença de cooperativas de crédito pode contribuir em variáveis no desenvolvimento de municípios brasileiros, mas traz inovações ao usar método quantitativo para captar o efeito da presença das cooperativas de crédito nas variáveis de crescimento estudadas, adicionando o uso de estratégia de pesquisa qualitativa, através de uma visão holística de um estudo de caso único, como uma tentativa de superar limitações que métodos quantitativos encontram em tentativas de captar efeitos da presença das cooperativas de crédito no desenvolvimento.

Busca-se avançar no estudo de variáveis ainda pouco exploradas na literatura brasileira, como a presença de empresas e o crescimento do número de empregos. Busca-se, ainda, incorporar o efeito temporal da presença da cooperativa de crédito, através da adoção de defasagens na presença de instituições financeiras, considerando que estas instituições demandam tempo após sua instalação para que consiga uma base sólida de cooperados e possa iniciar a operacionalização de seus serviços como o crédito, gerando encadeamentos apenas a médio e longo prazo.

Considerando o cenário descrito de antemão, e a fim de entender o papel das cooperativas de crédito no desenvolvimento econômico, o presente trabalho busca responder a duas questões de pesquisa fundamentais:

1. *Há relação entre a presença de cooperativas de crédito em municípios brasileiros e indicadores de crescimento econômico, como emprego, renda e presença de empresas?*

2. *Como a Sicoob Sarom pode contribuir para o desenvolvimento endógeno de São Roque de Minas?*

Para responder à primeira pergunta, modelos econométricos foram estimados a partir de dados públicos, buscando verificar a existência de uma possível relação entre as variáveis da pesquisa.

A fim de responder à segunda pergunta, além de dados públicos, foram usadas informações fornecidas pela cooperativa de crédito que foi objeto de estudo do segundo capítulo. Para compreender a percepção da comunidade sobre a atuação da cooperativa, foram utilizadas diversas estratégias de pesquisa qualitativa, como observação assistemática, anotações no diário de campo e entrevistas semiestruturadas com atores locais no município de São Roque de Minas.

Desta forma, o estudo busca dar sua contribuição à literatura através de uma análise das contribuições da presença das cooperativas em um nível mais amplo, considerando o cenário nacional, porém lançando também um olhar aprofundado sobre um caso único, buscando, a partir dessa realidade, um recorte que pode ajudar a compreender de quais formas uma cooperativa de crédito pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, através de um estudo de caso realizado na Sicoob Sarom, em seu município sede, São Roque de Minas.

Espera-se que este estudo possa contribuir para o conhecimento sobre contribuições das cooperativas de crédito no desenvolvimento nos municípios brasileiros através de aspectos multidimensionais e sobre como uma instituição financeira cooperativa em particular pode interagir com diversos atores em uma comunidade através de mecanismos que não necessariamente estejam ligados à sua atividade-fim, mas ao fomento de iniciativas locais. O trabalho também tem a intenção de contribuir para órgãos reguladores e formuladores de políticas ao apresentar evidências sobre a atuação das cooperativas de crédito e de potenciais benefícios às comunidades, podendo auxiliar na elaboração de políticas públicas e regulatórias para o setor, considerando que cooperativas não recolhem alguns tributos que outras sociedades recolhem.

Diante do que foi apresentado, esta dissertação segue uma estrutura formada por esta introdução geral, seguida de dois capítulos e uma conclusão geral. Os capítulos investigam os

impactos da atuação das cooperativas de crédito no desenvolvimento econômico local dos municípios brasileiros, sendo o primeiro capítulo composto por uma análise mais abrangente a nível nacional, realizada exclusivamente através de métodos quantitativos e o segundo, um estudo de caso das contribuições da cooperativa de crédito Sicoob Sarom, no desenvolvimento endógeno do município de São Roque de Minas. As hipóteses adotadas no estudo são:

- Municípios atendidos por cooperativas de crédito experimentam melhorias nos indicadores de crescimento econômico;
- A Sicoob Sarom contribui para o desenvolvimento endógeno de São Roque de Minas através de sua atuação na comunidade.

Estas hipóteses se baseiam na teoria do desenvolvimento e em estudos que encontraram relação positiva entre a presença de cooperativas de crédito e melhores taxas de emprego, renda e presença de empresas e na importância que estas instituições têm, especialmente em regiões desassistidas de serviços financeiros, proporcionando acesso a serviços financeiros básicos e fomentando a poupança local, através da distribuição de sobras e da captação e aplicação de recursos na comunidade, além de ações voltadas ao desenvolvimento da comunidade local (Schuntzemberger, 2015; Jacques e Gonçalves, 2016; Sfar e Ouda, 2016; Coccorese e Schaffer, 2020; Höher, Souza e Fochezatto, 2020; Alonso et al, 2023; Neves et al, 2024).

Os resultados desta pesquisa podem contribuir para o entendimento do papel das cooperativas de crédito para o desenvolvimento. A teoria tem considerado as cooperativas como agentes de promoção do desenvolvimento, na medida em que são formadas por atores locais, se envolvem com as comunidades onde estão inseridas e promovem benefícios a estas através da oferta de serviços financeiros, estando orientadas à promoção do desenvolvimento de seus associados e da região, e não a resultados financeiros exclusivamente (Zeuli, 2001; Zeuli e Radel, 2005). Estudos têm atestado estas e outras contribuições das cooperativas de crédito (Coccorese e Schafer, 2020; Alonso et al., 2023; Neves et al., 2024), mas também abrem espaço para novas reflexões.

Busca-se uma contribuição à literatura das cooperativas de crédito e sobre as possíveis contribuições destas para o crescimento e desenvolvimento de municípios brasileiros. Ao considerar outras variáveis que podem ser impactadas pela presença de instituições financeiras cooperativas para além do PIB per capita, como crescimento do emprego e da presença de empresas, busca-se avançar no entendimento de quais fatores podem ser impactados pela atuação das cooperativas de crédito nos municípios, e se estas instituições contribuem para dinamizar a fortalecer a economia local. Os resultados da pesquisa também podem auxiliar para

que formuladores de políticas e órgãos reguladores possam compreender de forma mais clara o papel das cooperativas de crédito, melhorando o fortalecimento e a formulação de políticas para o setor no Brasil.

2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Analisar a relação entre a presença de cooperativas de crédito e o desenvolvimento de municípios brasileiros.

2.2 Objetivos Específicos

- Mensurar a relação entre a presença de cooperativas de crédito e indicadores de crescimento econômico, como emprego, presença de empresas e PIB per capita;
- Verificar a existência de efeitos temporais da presença da cooperativa de crédito, em comparação a presença de bancos, sobre o crescimento econômico nos municípios;
- Caracterizar o desempenho econômico de São Roque de Minas, a partir de indicadores selecionados que evidenciam o contexto no qual a cooperativa se insere;
- Compreender, através da percepção de atores locais, como a atuação da Sicoob Sarom pode contribuir para o desenvolvimento endógeno no município de São Roque de Minas.

CAPÍTULO 1

CONTRIBUIÇÕES DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS

RESUMO

Este capítulo analisa as contribuições da presença de cooperativas de crédito no crescimento econômico de municípios brasileiros entre 2016 e 2021. Utilizando dados em painel com efeitos fixos, foram examinadas três variáveis dependentes: crescimento do PIB per capita, do emprego per capita e de empresas per capita. Os resultados encontrados indicam que a presença de cooperativas de crédito está associada a um aumento no crescimento da presença de empresas e do crescimento do PIB per capita municipal, apresentando resultados superiores aos dos bancos. Para a taxa de crescimento dos empregos per capita, os resultados não foram estatisticamente significativos. Os resultados mostram a importância do crédito para o crescimento de municípios e indica que o modelo de crédito cooperativo se mostra mais eficaz do que os bancos neste papel no contexto brasileiro, indicando que as cooperativas de crédito podem atuar como mecanismos estratégicos para o desenvolvimento de regiões que ainda sofrem com problemas econômicos e de acesso ao crédito.

1. INTRODUÇÃO

O crédito desempenha um papel fundamental no crescimento econômico, sendo considerado um dos principais mecanismos para viabilizar investimentos, ampliar a capacidade produtiva e promover a inclusão econômica (Schumpeter, 1911). Essa relação já foi objeto de análise em diversos estudos clássicos, como os de Gurley e Shaw (1955), Goldsmith (1969) e McKinnon (1973), que estabeleceram vínculos entre a oferta de crédito e o crescimento econômico, influenciando o debate sobre o papel do sistema financeiro no processo de desenvolvimento. Trabalhos empíricos, como os de Levine, Loayza e Beck (2000), corroboram com essa visão ao evidenciar que economias com sistemas financeiros mais desenvolvidos tendem a apresentar maiores taxas de crescimento.

Apesar do desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro, a distribuição do acesso ao crédito permanece desigual, principalmente nas regiões mais distantes dos grandes centros urbanos, que impacta o desenvolvimento das regiões (Monteiro Neto, 2024). A presença dos bancos comerciais é fortemente concentrada em áreas onde a movimentação financeira justifica economicamente a sua atuação (Assunção, 2020). Dados do Relatório de Cidadania Financeira do Banco Central (BCB, 2021) mostram que, em 2020, mais de 17 milhões de brasileiros não

tinham acesso a agências bancárias e, dentre esses, 1,6 milhão reside em municípios onde sequer existem Postos de Atendimento. Essa realidade demonstra o cenário de exclusão financeira, sobretudo entre a população de baixa renda e em localidades com pouca atratividade econômica.

Nesse contexto, as cooperativas de crédito emergem como instituições que podem contribuir para reduzir o problema da inclusão financeira. Criadas a partir da associação de pessoas que compartilham interesses comuns, as cooperativas de crédito prestam serviços financeiros exclusivamente aos seus associados e atuam em regiões com demanda reprimida ou com dificuldades de acesso a instituições financeiras tradicionais. Segundo Staatz (1987), as cooperativas frequentemente são criadas com vistas a cobrir falhas de mercado, como o desequilíbrio do poder de mercado e assimetrias de informação.

A oferta de crédito e o reinvestimento dos recursos na própria comunidade, contribui para que as cooperativas de crédito sejam frequentemente associadas à promoção da inclusão financeira e da dinamização econômica. Ao promover a captação e aplicação de recursos privados localmente e assumir riscos em favor da comunidade em que se desenvolve, as cooperativas contribuem para a formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais que trazem benefícios em termos de geração de empregos e de distribuição de renda (Soares e Melo Sobrinho, 2008).

Dados do Banco Central do Brasil referentes a 2023, indicam que, em 368 municípios brasileiros, as cooperativas de crédito eram a única alternativa de acesso a produtos e serviços financeiros presencialmente. Soma-se a isso o fato de os bancos seguirem desmobilizado agências físicas, enquanto as cooperativas de crédito expandem suas estruturas de atendimento, especialmente em municípios menores. Em 2023, 32 municípios deixaram de ser atendidos por bancos, enquanto 97 passaram a fazer parte da rede de atendimento das cooperativas de crédito. Embora o número de cooperativas singulares tenha diminuído 13,5% entre 2019 e 2023, passando de 872 para 768, de acordo com Maia (2022), este processo está relacionado principalmente a incorporações, e não à extinção da estrutura das cooperativas (BCB, 2024b).

O cenário de concentração da oferta de serviços financeiros em grandes centros urbanos, onde a atividade econômica é mais intensa e, portanto, mais atrativa para os grandes conglomerados financeiros, contrasta com a realidade das populações residentes em municípios de menor porte e mais distantes dos centros regionais, em que parte destas pessoas podem permanecer desassistidas, em virtude de fatores como baixa densidade populacional e reduzida movimentação econômica. Cazella e Búrigo (2009) destacam que, bancos tradicionais, em

especial, tendem a não priorizar essas regiões periféricas, o que pode acentuar desigualdades regionais e comprometer o desenvolvimento local, ao restringir o acesso ao crédito. Diante desse contexto, torna-se evidente a necessidade de promover soluções financeiras alternativas que sejam capazes de atender às demandas específicas dessas comunidades excluídas do sistema financeiro convencional.

Este modelo é comum no Brasil e a presença das cooperativas de crédito em localidades menos assistidas por serviços financeiros evidencia a atuação destas instituições como agentes de inclusão financeira. Conforme Greatti e Sela (2020), as cooperativas de crédito são agentes importantes para a inclusão financeira, pois oferecem produtos e serviços acessíveis, surgem em comunidades com baixo acesso a serviços financeiros, aplicam recursos localmente e promovem concorrência no sistema financeiro, além de incentivar a educação financeira, contribuindo para a sustentabilidade econômica dos cooperados.

No cenário onde a presença física de agências bancárias e de Postos de Atendimento Bancários nos municípios brasileiros têm diminuído, as cooperativas de crédito têm adotado, nos últimos anos, uma estratégia de expansão da rede de atendimento através de novos Postos de Atendimento, movimento contrário ao restante do Sistema Financeiro Nacional, onde grandes bancos reduzem os Postos de Atendimento (Castro et. al., 2024). Mesmo que o SNCC represente uma parcela relativamente pequena do SFN, as instituições de crédito cooperativo têm ampliado a rede de atendimento e aumentado a parcela do mercado. Dados do Banco Central do Brasil mostram que os ativos do SNCC totalizavam R\$ 730,9 bilhões em 2023, com um crescimento de 23,9% em comparação ao ano anterior, superando o crescimento observado no restante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) no mesmo período. O SNCC também aumentou sua representatividade no SFN, destacando-se como um dos segmentos com maior expansão de crédito entre 2022 e 2023, com um *market share* no SFN de 7,3%. O destaque neste quesito é a participação de mercado, onde nas regiões Sul e Centro-Oeste, o SNCC apresenta participação superior à média nacional: 18% e 10%, respectivamente (BCB, 2024b).

Portanto, dado o crescimento da importância do cooperativismo de crédito no Sistema Financeiro Nacional e suas contribuições para a inclusão financeira, o presente capítulo buscou investigar a relação entre a presença de instituições financeiras cooperativas e variáveis de crescimento econômico. Para isso, foram construídos três modelos, com as variáveis dependentes: crescimento do PIB per capita, crescimento dos empregos per capita e crescimento da presença de empresas per capita. Estes modelos buscam captar as contribuições

tanto da presença de cooperativas de crédito como de bancos nestas variáveis dependentes, para efeito de comparação.

A questão que guia o estudo aqui realizado é: “quais são as contribuições das cooperativas de crédito para as variáveis de crescimento do PIB per capita, emprego e presença de empresas?” A hipótese a ser verificada é a de que municípios que são atendidos por cooperativas de crédito apresentam maiores índices de crescimento de emprego, renda e empreendedorismo. Tal hipótese se baseia no fato da literatura especializada atribuir às cooperativas de crédito um papel relacionado ao desenvolvimento econômico de comunidades a partir da atuação local destas cooperativas, que contribuem para a retenção de recursos nestas comunidades e para a dinamização da economia.

Assim, este capítulo busca contribuir com a literatura ao analisar as possíveis contribuições da presença de cooperativas de crédito tanto em relação à renda média de um município, representada pelo PIB per capita, variável já observada em alguns estudos que lançam olhar sobre as cooperativas de crédito, (tratada neste como taxa de crescimento do PIB per capita), quanto em variáveis que ainda são pouco exploradas na literatura brasileira, como emprego e presença de empresas, que podem contribuir para melhorar a compreensão sobre as possíveis contribuições das cooperativas de crédito.

A organização do capítulo compreende esta introdução, seguida de uma revisão de literatura na segunda seção, que busca discutir o papel do crédito no crescimento econômico, apresentar o cooperativismo de crédito e como a este é frequentemente atribuído o papel de agente que pode contribuir para o desenvolvimento e, portanto, para o crescimento, além de evidências empíricas da presença de cooperativas de crédito em variáveis relacionadas ao objetivo deste estudo. Segue-se na seção 3 uma apresentação da estratégia empírica e das variáveis utilizadas no estudo, acompanhadas de justificativas para a inclusão. Na seção 4, são apresentados e discutidos os resultados encontrados nas estimações e na seção 5, são tecidas as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção consiste em uma apresentação dos conceitos e das bases teóricas que norteiam este trabalho, apresentados em três tópicos. O primeiro trata do papel do crédito no crescimento econômico e o segundo define as cooperativas de crédito e sobre como estas instituições financeiras podem contribuir para o crescimento. Finalmente, busca-se apresentar

evidências empíricas que analisam a relação entre as cooperativas de crédito, o crescimento econômico e variáveis a ele relacionadas.

2.1 O papel do crédito no crescimento econômico

A relação entre o desenvolvimento do setor financeiro e o crescimento econômico tem sido tratada por diversos autores ao longo dos anos. Um dos principais argumentos é que os serviços que o setor financeiro oferece – de realocação de capital para o uso de maior valor sem risco substancial de perda por risco moral, seleção adversa ou custos de transação – são um catalisador do crescimento econômico (Rajan e Zingales, 1998).

Schumpeter (1911) investigou esta relação de forma pioneira, destacando a importância dos serviços financeiros no crescimento econômico, enfatizando que o crédito seria uma ferramenta auxiliar ao crescimento e ao processo de inovação, permitindo que empreendedores tenham condições de implementar novos fatores de produção, direcionando recursos a novos empreendimentos a partir do crédito tomado.

Trabalhos posteriores discutiram empiricamente a correlação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico, e convergem para o entendimento de que um setor financeiro desenvolvido está diretamente ligado à promoção do crescimento econômico, na medida em que os intermediários financeiros oferecem serviços como obtenção e análise de informação, compartilhamento de riscos e provisão de liquidez, entre outros. (Gurley e Shaw; 1955; King e Levine, 1963; Cameron, 1967; Goldsmith, 1969 e McKinnon, 1973).

Os trabalhos de Gurley e Shaw (1955) e Goldsmith (1969), assim como a teoria neoclássica do crescimento, sofrem de uma limitação ao não modelarem a ligação entre o desenvolvimento do sistema financeiro e o crescimento econômico por meio de um arcabouço matemático suficiente para explicar o encadeamento existente entre tais variáveis. Os modelos de crescimento endógeno que incorporam diretamente o sistema financeiro trazem esta contribuição à literatura.

O desenvolvimento dos sistemas financeiros pode levar a um maior crescimento econômico através do progresso tecnológico, uma vez que a expansão dos sistemas financeiros permite que os projetos mais inovadores passem a ser realizados. No entanto, no longo prazo o crescimento só é possível com o desenvolvimento tecnológico contínuo. Dado que o progresso tecnológico é tratado como um fator exógeno, o desenvolvimento financeiro não pode ser um determinante do crescimento no longo prazo no contexto neoclássico. Os modelos de crescimento endógenos são modelos em que, no longo prazo, o crescimento é uma variável

endógena. Estes modelos fornecem um quadro teórico demonstrando que a intermediação financeira pode ter efeito tanto na taxa de crescimento quanto no nível (Pessoa, 2015).

O modelo desenvolvido por Pagano (1993) destaca a importância de fatores financeiros no crescimento econômico. Neste modelo, é assumida a configuração mais simples de crescimento endógeno, isto é, o modelo AK de Rebelo (1991). Postula-se que somente o capital (K_t) é usado na produção, e apresenta rendimentos constantes de escala. O capital deprecia-se a uma taxa δ e não há aumento de população, de modo que $K_{\{t+1\}} = I_t + (1 - \delta)K_t$. Supõe-se que uma proporção da poupança $1 - \phi$ é perdida durante o processo de intermediação financeira, sendo direcionada aos bancos como o spread entre a taxa de retorno sobre a poupança e os empréstimos e também como comissões e taxas a revendedores de crédito e corretoras de valores mobiliários. Esta perda de poupança indica ineficiência dos sistemas financeiros.

Somente a fração ϕ da poupança total pode ser usada para financiar os investimentos. Portanto, a relação poupança-investimento pode ser descrita como $I_t = \phi S_t$, e a taxa de crescimento no estado estacionário como:

$$g = \frac{K_{\{t+1\}} - K_t}{K_t} = \frac{I_t + (1 - \delta)K_t - K_t}{K_t} = \frac{\phi S_t}{K_t} - \delta = A \phi s_t - \delta$$

Em que $s_t = \frac{S_t}{Y_t} = \frac{S_t}{A K_t}$. Portanto, existem três formas pelas quais o sistema financeiro influencia o crescimento: aumentar a produtividade marginal da capital (A), aumentar a proporção da poupança canalizada para o investimento (ϕ) e influenciar a taxa de poupança (s). Assume-se que a taxa de depreciação (δ) é constante. O modelo se baseia em sistema de economia fechada, limitado a atividades de intermediação financeira e não leva em conta a entrada de capitais além de não considerar outras atividades do mercado de ações e outros componentes do sistema financeiro.

Assim, as instituições financeiras tem a capacidade de desempenhar um importante papel, através da viabilização de transferências de recursos entre poupadores e investidores, fazendo com que o sistema financeiro promova o crescimento econômico. De forma inversa, quando o sistema financeiro é subdesenvolvido ou ineficiente, ele restringe o crescimento abaixo do que seria ótimo (Patrick, 1966).

Analogamente, Demirgüç-Kunt e Levine (2001), afirmam que o desenvolvimento financeiro tende a acelerar o crescimento econômico ao facilitar a formação de novas empresas e o acesso das empresas a financiamentos, contribuindo para impulsionar o crescimento das

firmas. Levine (2005) enfatiza a relevância do desenvolvimento financeiro para o crescimento econômico no longo prazo, graças ao impacto exercido pelos serviços ofertados pelo setor financeiro, como a formação de poupança, a disponibilização de informações sobre investimentos, a alocação de recursos, o controle corporativo, entre outras.

A corrente pós-keynesiana incorporou estudos sobre o papel que a moeda e os bancos exercem nos territórios, fornecendo explicações para relação entre diferenças regionais com a exclusão financeira. Dow (1982) argumenta que o sistema financeiro pode promover padrões de crescimento regional desigual quando bancos optam por não emprestar recursos em regiões periféricas, dada a preferência destes pela liquidez, restringindo a oferta de crédito em regiões menos desenvolvidas, contribuindo para que haja um reforço desta condição.

Assim, em regiões onde o acesso a crédito é escasso, é reforçado também o grau de dependência destas em função de regiões desenvolvidas, o que faz com que as primeiras exportem depósitos para as segundas e importem produtos e serviços, ocasionando um processo de vazamento de recursos, na medida em que o crédito tomado pelos agentes não circula na região, pois é transferido na aquisição de bens e serviços em outras localidades (Dow, 1982). Portanto, como apontam Silva e Jaime Jr. (2013), em regiões com baixo desenvolvimento, uma vez que tanto a oferta quanto a demanda por crédito são baixas, devido às condições econômicas, a escassez de crédito reforça o atraso, criando um ciclo vicioso de causação circular cumulativa.

Conforme apontam Silva e Jaime Jr. (2013), ao passo que, em regiões periféricas, com economias pouco dinâmicas, o aumento da concessão de crédito pode ter impactos profundos sobre seu desempenho econômico, a elevação do investimento fruto do crédito proporciona aumento da produção, fazendo com que a economia da região cresça. Assim, um maior otimismo com as condições econômicas pode reduzir a retenção de moeda e elevar a demanda agregada, que por sua vez, aumenta o otimismo dos produtores e incentiva nova rodada de investimentos, gerando aumento da produção, emprego e renda. De forma gradativa, a incerteza na região tende a cair, pois o dinamismo aumenta e a preferência pela liquidez cai, criando um ciclo virtuoso de causação circular cumulativa (Myrdal, 1957).

2.2 Cooperativismo de crédito

Em economias de países desenvolvidos, especialmente em países europeus como Alemanha, Bélgica, França, Espanha, Holanda, além de Estados Unidos, Canadá e Japão, o cooperativismo de crédito, há algum tempo, exerce um papel central no sistema financeiro como um instrumento estratégico de fomento a setores econômicos, contribuindo para a

formação de poupança e ao financiamento de iniciativas empreendedoras que favorecem a distribuição de emprego e renda (Soares e Melo Sobrinho, 2008).

O surgimento do cooperativismo liga-se ao desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa do século XVIII, como a expressão de um movimento operário que buscava contornar o sofrimento que problemas socioeconômicos da sociedade industrial os causavam. Neste contexto, surge, no ano de 1844, em Rochdale, distrito de Manchester, Inglaterra, uma cooperativa de consumo que viria a ser considerada a precursora do cooperativismo moderno. Formada por 28 tecelões, era denominada “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” (Rios, 2007). Esta cooperativa pioneira tinha diversos princípios de organização, elaborados por seus membros. Segundo Pinho (1962), tais princípios sofreram diversas alterações ao longo do tempo até passarem a servir como fundamentos da doutrina cooperativista, sendo usados em outras organizações que seguiam aquele modelo. Os princípios sofreram sua última alteração em 1995 na assembleia da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)¹.

Assim como o cooperativismo, as cooperativas de crédito também surgem na Europa. A primeira cooperativa de crédito urbana foi criada no ano de 1852, na cidade alemã de Delitzsch. A partir deste movimento, diversos modelos de cooperativas de crédito passaram a surgir. Os Volksbank (banco do povo) eram voltados para as necessidades dos proprietários de pequenas empresas. Friedrich Wilhelm Raiffeisen, após ter experimentado situações de solidariedade e caridade, constituiu entre 1862 e 1864, cooperativas de crédito rural, que passaram a ser conhecidas como Raiffeisenbank. Este modelo foi importante, pois as comunidades rurais alemãs eram carentes de assistência financeira. Assim, novas cooperativas de crédito passam a surgir em outros países, como Itália, França, Holanda, Inglaterra e Áustria. Em 1865 surge na Itália o modelo conhecido como Luzzatti, caracterizado pela livre associação (Meinen e Port, 2013).

No Brasil, estes modelos também foram reproduzidos, onde muitas foram as cooperativas do tipo “Raiffeisen” constituídas por produtores rurais durante o século XX. Diversas foram as Raiffeisen que se tornaram Luzatti com o passar dos anos, ou seja, se tornaram cooperativas de quadro social aberto. Isso acontece especialmente a partir de 2003, ano da “grande abertura” do cooperativismo de crédito brasileiro, feita através de mudanças

¹ A ACI é uma organização internacional que congrega as cooperativas, e visa defender os interesses destas instituições, além de funcionar como um fórum que fomenta a cooperação entre as cooperativas (ICA, 2025). A instituição define como princípios cooperativistas: Adesão Voluntária e Livre; Gestão democrática pelos membros; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Interooperação; Interesse pela comunidade.

institucionais na regulação de cooperativas promovidas pelo CMN, que permitiu a livre admissão de associados (CMN, 2003; Schuntzemberger, 2015).

A expansão do cooperativismo de crédito brasileiro se consolida na década de 1990, com um processo de expansão pela constituição de novas cooperativas, que viriam a atuar como instrumentos de dinamização em regiões economicamente estagnadas e com acesso restrito a serviços financeiros. Entretanto, a distribuição geográfica das cooperativas de crédito ainda permaneceu concentrada em regiões com dinâmicas econômicas mais desenvolvidas, graças a características das regiões, como o nível de renda da população, a ausência de uma cultura cooperativista em algumas localidades e fatores histórico-culturais (Chaves, 2011).

Posteriormente, o cooperativismo de crédito se difundiu pelo país e têm crescido de forma contínua nos últimos anos, mas as cooperativas de crédito ainda possuem baixa representatividade em termos do percentual do volume de crédito ofertado pelo Sistema Financeiro Nacional. Em termos de ativos totais, carteira de crédito e depósitos, o SNCC em 2023, tinha participação de 5,6%, 7,1% e 8%, respectivamente no total do SFN (BCB, 2024). Em outros países, a participação do cooperativismo de crédito no sistema financeiro como um todo é mais expressiva quando comparada ao cenário brasileiro. De acordo com dados de 2017 do FGCoop, enquanto no Brasil, apenas cerca de 4% da população era associada a cooperativas de crédito, no Canadá esse percentual chegou a 33%, enquanto Estados Unidos e Alemanha tinham, respectivamente, 30% e 22% da população associada a cooperativas de crédito. (FGCOOP, 2017).

A Tabela 1 evidencia o cenário de 2016 a 2023 em relação à participação do cooperativismo de crédito no Sistema Financeiro Nacional. Nota-se um crescimento constante do setor, com destaque para a carteira de crédito, que em 2016 representava apenas 2,7% do SFN e em 2023, 7,1%, mais do que o dobro do valor observado em 2016.

Tabela 1 - Participação das cooperativas de crédito no SFN.

Ano	Ativos totais	Carteira de crédito	Depósitos
2016	2,5%	2,7%	5,1%
2017	2,9%	3,2%	5,4%
2018	3,1%	3,7%	5,6%
2019	3,4%	4,4%	6,1%
2020	3,8%	5,1%	6,3%
2021	4,4%	6,0%	7,0%
2022	5,0%	6,4%	7,5%
2023	5,6%	7,1%	8,0%

Fonte: BCB, 2024.

No que tange à regulamentação do cooperativismo brasileiro, dois normativos importantes são a Lei da Reforma Bancária (Lei nº 4.595 de 1964) e a Lei do Cooperativismo (Lei nº 5.764 de 1971). A primeira equiparava cooperativas de crédito às demais instituições financeiras e transferiu a responsabilidade de conceder autorizações de funcionamento e fiscalizar cooperativas de crédito do Ministério da Agricultura ao Banco Central do Brasil. Portanto, ficava estabelecida a regulação das cooperativas de crédito pelo BCB, como ainda ocorre atualmente. A partir de então, seguem-se, até os dias atuais, diversas resoluções do Conselho Monetário Nacional, órgão que também foi criado pela Lei 4.595/1964². A 5.764/1971 é o principal marco normativo do cooperativismo no Brasil, e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas, definindo-as como sociedades de pessoas, de natureza civil, com forma e características próprias. No que se refere às cooperativas de crédito e às seções de crédito das cooperativas agropecuárias mistas, a lei manteve a supervisão e controle destas sob responsabilidade do Banco Central do Brasil (BRASIL, 1971).

Uma série de aprimoramentos normativos foram realizados desde então, alicerçados nas mudanças causadas especialmente a partir da 4.595/64 e da 5.764/71. Em 2009, foi sancionada a LC nº 130/2009, que dispõe sobre o SNCC e revogou dispositivos tanto da Lei 4.595 quanto da Lei 5.764. Entre as principais mudanças, a LC 130 vedou a constituição de cooperativas mistas com seção de crédito, anteriormente permitida e expressa na 5.764/1971.

Um importante normativo, que incentivou a expansão das cooperativas de crédito foi a Resolução 3.106/2003 do CMN, que permitiu a constituição de novas cooperativas e postos de atendimento e a transformação para a modalidade de livre admissão de associados, fatores preponderantes para a expansão do crédito cooperativo ocorrida nos anos seguintes. Segundo Schuntzemebrger (2015), o ano de 2003 representou, por conta deste normativo, um momento da “grande abertura” ao cooperativismo de crédito.

Recentemente, outras resoluções buscaram fortalecer a organização e a regulação do setor, como a Resolução do CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Foi alterada pela Resolução Nº 5.131/2022, que determina as operações que cooperativas

² A primeira resolução do CMN que tratou das cooperativas de crédito, foi a Resolução nº 11, em 1965, que, entre outras atribuições, vedou o uso da palavra “banco” na denominação de cooperativas de crédito. Também autorizou a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito sob duas modalidades: cooperativas de crédito de produção rural com objetivo de operar em crédito e cooperativas de crédito com quadro social formado unicamente por empregados de determinada empresa ou entidade pública ou privada.

classificadas como plenas, clássicas e de capital e empréstimo estão autorizadas a realizar, além de outras alterações referentes à organização e ao funcionamento.

Além destes instrumentos normativos, são diversas as recentes resoluções do CMN que tratam de assuntos diversos como conformidade (Resolução CMN N° 4.595/2017), captação de recursos de municípios (Resolução CMN N° 5.051/2022), limites para operação de crédito com partes relacionadas (Resolução CMN N° 4.693/2018, entre outros, que foram editadas nos últimos anos e que demonstram que o setor tem sido regulamentado, o que promove seu desenvolvimento.

Diversos regramentos específicos se justificam perante as disparidades entre cooperativas de crédito e instituições bancárias. Cooperativas em geral, possuem múltiplas diferenças quando comparadas às firmas tradicionais. Taylor (1971) descreve cooperativas como instituições que se distinguem de outras sociedades por sua “natureza subsidiária”, pois não visam lucro, mas sim atingir os objetivos sociais de seus membros. Portanto, o objetivo principal de uma cooperativa deve ser o de prestar serviço a seus associados.

Especificamente para cooperativas de crédito, Bauer (2009) elenca diferenças entre estas e as instituições bancárias: a principal é a relação contratual com os investidores - como as cooperativas de crédito são geridas por seus cooperados, que exercem os papéis de usuários e proprietários da organização, elas devem priorizar a prestação de assistência financeira a estes, não se orientando ao lucro, e destinando eventuais sobras de recursos, conforme deliberação em Assembleia Geral para este fim.

Além de oferecer crédito localmente a pequenos e médios empreendedores, reduzindo a fuga de capitais e fortalecendo a economia regional, as cooperativas de crédito possuem características institucionais que amplificam seu impacto local. Sua estrutura de governança é composta por diretores eleitos entre os associados, geralmente membros da própria comunidade, o que reforça seu vínculo territorial. Essas instituições também mantêm fundos indivisíveis destinados à capacitação dos associados e a investimentos sociais. Essa estrutura diferenciada, combinada com uma atuação orientada para o bem-estar coletivo, explica por que as cooperativas têm efeitos positivos mais profundos nas comunidades onde operam (Usai e Vannini, 2005; McKillop et al., 2020).

Portanto, as cooperativas de crédito são frequentemente associadas à promoção do desenvolvimento nas localidades onde atuam. Como destacam Soares e Melo Sobrinho (2008), o setor cooperativista é importante para a sociedade, podendo contribuir para o desenvolvimento local aplicando recursos privados na comunidade e representando iniciativas

dos próprios cidadãos, contribuindo também para a formação de poupança e outros benefícios à economia local

2.3 Evidências empíricas sobre as contribuições das cooperativas de crédito ao crescimento econômico

Diversos são os trabalhos que analisam a relação entre cooperativismo de crédito e crescimento ou desenvolvimento econômico, e a variáveis a estes relacionadas, especialmente abordando o impacto da presença de cooperativas de crédito através de métodos quantitativos. Estes resultados convergem para um entendimento de que as cooperativas de crédito produzem impactos positivos no crescimento econômico de localidades. Alguns dos resultados dos principais trabalhos neste sentido, na literatura nacional e internacional são apresentados a seguir.

O trabalho de Schuntzemberger et. al. (2015) faz uma análise para as cooperativas de crédito rural solidário brasileiras e o impacto destas sobre o PIB per capita da agropecuária em nível de R\$987,66 a maior para o PIB per capita em municípios onde haviam cooperativas. Estes municípios tiveram um PIB per capita da agropecuária 20% maior, evidenciando a importância destas para a atividade agropecuária.

Resultado semelhante é encontrado por Jacques e Gonçalves (2016), que, buscando mensurar o impacto das cooperativas de crédito na renda de 3.580 municípios brasileiros, realizaram uma análise do PIB per capita desses municípios através da metodologia de Diferenças-em-Diferenças. Os resultados mostraram que os municípios atendidos por cooperativas de crédito tiveram um PIB per capita na ordem de R\$1.825,00 maior do que aqueles sem cooperativas de crédito, indicando que as cooperativas exercem um impacto direto na renda e na produtividade dos municípios.

Sfar e Ouda (2016) verificaram a contribuição das cooperativas de crédito para o desenvolvimento regional na França. O estudo confirma a importância dos bancos cooperativos ao encontrar forte relação positiva entre a presença destes e o crescimento econômico das regiões onde atuam - que são, via de regra, carentes de serviços financeiros.

Höher, Souza e Fochezatto (2020) analisam a relação entre a presença de cooperativas de crédito e a concessão de crédito per capita através da distribuição espacial das cooperativas de crédito no estado do Rio Grande do Sul, verificando a relação entre a presença destas cooperativas com o PIB dos municípios. A pesquisa confirmou a existência de uma dependência espacial entre a presença de PACs e a concessão de crédito, indicando também um efeito

transbordamento na região norte do estado, onde a presença de cooperativas de crédito também impactou no crescimento econômico dos municípios vizinhos, sinalizando para um efeito positivo regional em relação à presença destas instituições e o desenvolvimento.

Coccorese e Schaffer (2021) verificaram o impacto das cooperativas de crédito no desenvolvimento econômico local de municípios italianos, apontando para um importante papel exercido por estas instituições na melhoria do desenvolvimento local, medido especialmente através de níveis de renda, emprego e tecido empresarial. Ademais, o trabalho analisa se as cooperativas, quando comparadas a bancos, conseguem ter uma atuação mais efetiva nestes indicadores, encontrando resultados que confirmam tal hipótese.

Alonso et al. (2023) também estudam a contribuição do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento econômico local e para a inclusão financeira em municípios menores da Polônia. O estudo confirma que as cooperativas de crédito contribuem para o desenvolvimento econômico local de regiões polonesas, pois em municípios onde estas instituições estão presentes, os níveis de renda, emprego e de empresas são superiores às regiões que não as têm. Os autores apontam que cooperativas auxiliam na promoção da inclusão financeira.

Neves et al. (2024) avaliaram o impacto das cooperativas de crédito brasileiras no desenvolvimento local entre 2016 e 2019 utilizando o Índice Sebrae de Desenvolvimento Econômico Local (ISDEL) como medida de desenvolvimento local, métrica desenvolvida pelo SEBRAE que considera as várias dimensões do desenvolvimento. O trabalho aponta que municípios de até 50 mil habitantes com cooperativas de crédito apresentam ISDEL até 2,5 pontos percentuais maior quando comparados a municípios não atendidos por cooperativas, resultado que mostra a importância das cooperativas de crédito, especialmente para municípios menores, onde, muitas vezes, são a única alternativa para o acesso a serviços financeiros.

Os resultados encontrados por estes trabalhos formam uma série de evidências de que as cooperativas de crédito contribuem para o desenvolvimento das comunidades onde atuam, auxiliando no crescimento econômico e gerando impactos positivos localmente. Os trabalhos recentes partem deste pressuposto e buscam incorporar novas análises, como o uso de um índice multidimensional como variável dependente em relação à presença de IFs cooperativas (Neves et al. 2024) ou usando econometria espacial (Coccorese e Schaffer, 2020; Höher, Souza e Fochezatto, 2020; Neves et al. 2024). Porém, em relação ao estudo das contribuições do cooperativismo de crédito no cenário brasileiro, ainda é possível incorporar outros elementos, buscados por este trabalho, como o uso de defasagens em variáveis de interesse buscando captar o efeito da presença da cooperativa de crédito no tempo, como fazem Sfar e Ouda (2016), que

usaram GMM com observações a nível de bancos cooperativos. Ademais, é possível explorar a relação entre a presença de cooperativas de crédito e outras variáveis, como emprego e presença de empresas (Coccoresse e Schaffer, 2020).

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos estudos empíricos na área de economia que analisam as contribuições e impactos de cooperativas de crédito sobre variáveis de crescimento e desenvolvimento.

Quadro 1 - Estudos empíricos que tratam da relação entre cooperativas de crédito e variáveis relacionadas a crescimento e desenvolvimento.

Autor e ano da publicação	Objetivo	Amostra	Metodologia	Principais resultados
Schuntzemberger et. al. (2015)	Medir o impacto da implantação de cooperativas de crédito rural solidário nos municípios brasileiros sobre o PIB per capita da agropecuária.	Estabelecimentos agropecuários de 5.296 municípios brasileiros em 2006, de acordo com o Censo.	Diferenças-em-Diferenças ponderadas pelo Escore de Propensão (Double Difference Matching – DDM).	Relação causal positiva entre a presença de cooperativas de crédito e o PIB per capita da agropecuária, com impacto médio de R\$ 987,66 em municípios com cooperativas de crédito.
Jacques e Gonçalves (2016)	Apresentar a importância do crédito das cooperativas para o crescimento dos municípios brasileiros.	3.580 municípios brasileiros, entre os anos de 2006 e 2010.	Diferenças-em-Diferenças.	Municípios atendidos por cooperativas de crédito tiveram um PIB per capita R\$1.825,00 maior do que aqueles sem estas instituições.
Sfar e Ouda (2016)	Estudar a contribuição dos bancos cooperativos franceses no crescimento econômico regional	88 bancos cooperativos de 26 regiões diferentes da França no período de 2006 a 2012.	Momentos Generalizados (GMM)	Há forte associação positiva entre o desenvolvimento de bancos cooperativos e o crescimento econômico regional. A eficiência destas instituições está positivamente correlacionada ao desenvolvimento econômico local, ao passo que os bancos cooperativos atendem regiões com baixo crescimento, contribuindo para o crescimento destas regiões.
Coccorese e Schaffer (2020)	Explorar se a presença de bancos cooperativos em municípios da Itália está associada a padrões distintos de desenvolvimento econômico local.	8059 municípios da Itália no período entre 2001 e 2011.	Mínimos Quadrados Ordinários (MQO); Combinação Autoregressiva Espacial (Modelo SAC)	A presença de cooperativas de crédito influencia positivamente o crescimento da renda e do emprego nos municípios atendidos. Os resultados também apontam que as cooperativas de crédito fornecem mais benefícios ao desenvolvimento regional quando comparada aos bancos convencionais.

Höher, Souza e Fochezatto (2020).	Analisar a distribuição espacial das cooperativas de crédito e da concessão de crédito rural nos municípios gaúchos, bem como verificar a relação com o PIB de cada cidade.	497 municípios do estado Rio Grande do Sul	Modelo de Defasagem Espacial – SAR.	Em regiões enquadradas no diagrama de dispersão alto-alto, a presença de cooperativas de crédito e o crédito rural ofertado têm relação com o desempenho econômico local, por meio de efeito transbordamento. Regiões com concentração de cooperativas de crédito também tendem a ter maior volume de concessão de crédito per capita e maior PIB per capita.
Alonso et al. (2023)	Examinar a contribuição das cooperativas de crédito para os processos de inclusão financeira e desenvolvimento econômico na Polônia sob uma abordagem de análise regional.	3.557 agências de cooperativas de crédito em todas as voivodias polonesas no período entre janeiro e maio de 2022.	Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).	Cooperativas de crédito contribuem para o desenvolvimento econômico local das voivodias polonesas, oferecendo serviços financeiros às populações mais isoladas dos grandes centros. Indicadores como renda, emprego e presença de empresas estão correlacionados com a presença das cooperativas de crédito nas voivodias.
Neves et al. (2024)	Avaliar o impacto das cooperativas de crédito no desenvolvimento local em municípios brasileiros.	5.570 municípios brasileiros, entre os anos de 2016 e 2019.	Modelo Econométrico Espacial Autoregressivo (SAR); Propensity Score Matching (PSM).	Municípios de até 50 mil habitantes atendidos por cooperativas de crédito apresentaram o ISDEL com cerca de 1 ponto percentual a mais do que o grupo de municípios sem instituição financeira no ano de 2017. Em 2019, o valor passa para um ISDEL quase 2,5 pontos percentuais mais elevado, mostrando o impacto das cooperativas de crédito especialmente em municípios menores.

Fonte: elaborado pelo autor.

3. METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentadas as estratégias metodológicas do estudo. Inicialmente, apresenta-se de forma breve o modelo de dados em painel. Em seguida, são discutidas as variáveis utilizadas, bem como suas fontes e os procedimentos para obtenção dos dados, além da especificação das regressões estimadas.

3.1 Modelo de dados em painel

Dados em painel são conjuntos de dados nos quais existem dados de n indivíduos diferentes ao longo de dois ou mais T períodos de tempo. Portanto, este tipo de dados são combinações de dados de séries temporais e observações em corte transversal (indivíduos, empresas, estados, países, etc.) e oferecem vantagens significativas em relação a análises puramente transversais ou temporais, como: permitir controlar explicitamente a heterogeneidade não observada entre unidades, incorporando variáveis específicas a cada sujeito; proporcionar maior variabilidade nos dados; reduzir problemas de colinearidade e ampliar os graus de liberdade, facilitando a análise de dinâmicas complexas. O uso de dados em painel também pode contornar dificuldades que surgem quando há omissão de variáveis (Gujarati, 2006; Pindyck e Rubinfeld, 2004).

Um painel de dados pode ser classificado de duas formas principais. Pode ser balanceado ou desbalanceado e curto ou longo. Um painel é balanceado se cada unidade de corte transversal tem o mesmo número de observações, e, caso contrário, o painel é desbalanceado. Um painel é considerado curto quando o número de sujeitos de corte transversal, N , é maior que o número de períodos de tempo, T . No painel longo, T é maior que N . A técnica de estimação mais adequada pode mudar a depender se o painel é curto ou longo (Wooldridge, 2002).

Considerando um conjunto de dados $i = 1, 2, \dots, N$ unidades e $t = 1, 2, \dots, T$ períodos de tempo, o modelo geral dos dados em painel é expresso por:

$$Y_{it} = \alpha + X_{it}\beta + v_i + z_t + E_{it}$$

Em que Y_{it} é a variável dependente observada para a unidade i no período t ; X_{it} corresponde ao conjunto de variáveis explicativas (covariadas) que podem variar entre unidades (i) e no tempo (t); β representa os coeficientes que medem o efeito marginal das variáveis X_{it} sobre Y_{it} ; α é o intercepto do modelo; v_i representa as características não observáveis da

unidade i ; z_t consiste no efeito temporal comum a todas as unidades no período t e E_{it} é o termo de erro.

Os modelos de regressão em painel podem ser classificados em dois modelos que são estimados de acordo com as pressuposições feitas em relação à possível correlação entre o termo de erro e as variáveis explicativas X_{it} : modelo de efeitos fixos e modelo de efeitos aleatórios. De acordo com Wooldridge (2010), a regressão com efeitos fixos pode ser utilizada quando há duas ou mais observações temporais para cada entidade, sendo um método aplicado para controlar variáveis omitidas em dados de painel quando elas variam entre entidades, e são invariantes no tempo.

O modelo de efeitos aleatórios (ou modelo de componentes dos erros) é uma alternativa ao modelo de efeitos fixos. O pressuposto para esse modelo é que o intercepto de uma unidade individual seja uma extração aleatória de uma população muito maior com um valor médio constante. Assim, dado o modelo de efeitos aleatórios $Y_{it} = X_{it}\beta + v_{it}$, seu estimador irá considerar o erro combinado $v_{it} = \alpha_i + \varepsilon_{it}$. Assume-se que α_i é independente e identicamente distribuído com variância σ_α^2 e que ε_{it} também seja independente e identicamente distribuído, com variância σ_ε^2 . Portanto, o modelo de efeitos aleatórios pressupõe a correlação serial no erro (Baltagi, 2021).

Ao comparar os resultados obtidos com modelos de efeitos fixos e de efeitos aleatórios, percebe-se que há diferenças substanciais entre eles. Para escolher qual modelo é mais adequado, é usual aplicar o teste de Hausman. A estatística do teste de Hausman é obtida a partir da seguinte equação:

$$H = (\widehat{\beta}_{EA} - \widehat{\beta}_{EF})' (\Sigma_{EF} - \Sigma_{EA})^{-1} (\widehat{\beta}_{EA} - \widehat{\beta}_{EF})$$

Em que $\widehat{\beta}_{EA}$ denota o vetor de coeficientes estimados pelos efeitos aleatórios e $\widehat{\beta}_{EF}$, o vetor de coeficientes estimados por efeitos fixos; Σ_{EF} e Σ_{EA} representam as matrizes de covariância dos modelos de efeitos fixos e efeitos aleatórios. A hipótese nula do teste de Hausman é que os efeitos individuais não observados não estão correlacionados com os regressores do modelo. Se essa hipótese for rejeitada, conclui-se que há correlação. Nesse caso, o modelo de efeitos fixos é mais apropriado, por fornecer estimativas consistentes mesmo na presença de tal correlação (Wooldridge, 2002).

Nos modelos de dados em painel, a abordagem com efeitos fixos é adequada para controlar a heterogeneidade não observada entre unidades, neste caso, municípios. No entanto, mesmo com a inclusão de efeitos fixos, permanece o risco de endogeneidade, especialmente

quando há correlação entre as variáveis explicativas e o termo de erro. A endogeneidade surge quando variáveis explicativas são determinadas simultaneamente com a variável dependente, ou quando há omissão de variáveis relevantes que estão correlacionadas com os regressores. Em modelos de painel com efeitos fixos, a endogeneidade pode comprometer a consistência dos estimadores, caso as variáveis explicativas não sejam estritamente exógenas. Isso ocorre mesmo após a eliminação dos efeitos inobserváveis constantes via transformação dentro do grupo. (Wooldridge, 2002).

Em economia, a dependência de uma variável sobre outras variáveis explicativas raramente é imediata. Frequentemente, a variável dependente responde às explicativas com lapsos de tempo, chamados defasagens (Gujarati, 2006).

Em termos gerais, podemos escrever:

$$Y_t = \alpha + \beta_0 X_t + \beta_1 X_{t-1} + \beta_2 X_{t-2} + \dots + \beta_k X_{t-k} + \mu_t$$

que é um modelo de defasagens distribuídas com um número de defasagens k finito no tempo. O coeficiente β_0 é conhecido como multiplicador de curto prazo ou de impacto, porque dá a variação do valor médio de Y em decorrência da variação unitária de X no mesmo período. Se a variação em X for mantida no mesmo nível a partir daí, $(\beta_0 + \beta_1)$ dá a variação no (valor médio) Y no período seguinte, $(\beta_0 + \beta_1 + \beta_2)$ no período subsequente, e assim sucessivamente. Essas somas parciais são chamadas de multiplicadores interinos ou intermediários. Depois de k períodos, obtemos:

$$\sum_{i=0}^k \beta_i = \beta_0 + \beta_1 + \beta_2 + \dots + \beta_k = \beta$$

que é conhecido como o multiplicador de defasagens de longo prazo ou total.

Se tivermos a intenção de estimar os parâmetros de um modelo de defasagens distribuídas, existem duas abordagens que podem ser seguidas: a estimativa *ad hoc* e restrições *a priori* do β supondo que os β seguem um padrão sistemático. Na estimação *ad hoc*, abordagem seguida por Alt (1942) e Tinbergen (1949), assume-se que X_t , X_{t-1} , X_{t-2} e assim por diante não são estocásticas e aplica-se MQO na equação a seguir:

$$Y_t = \alpha + \beta_0 X_t + \beta_1 X_{t-1} + \beta_2 X_{t-2} + \dots + u_t$$

Assim, procede-se com a estimação de Y_t contra X_t , depois de Y_t contra X_t e X_{t-1} e assim sucessivamente, até que os coeficientes das variáveis defasadas comecem a tornar-se estatisticamente insignificantes ou os coeficientes mudem de sinal. Assim, escolhe-se a regressão “melhor” de ser interpretada em termos econômicos.

Porém, essa simples estimação *ad hoc* apresenta algumas desvantagens, discutidas por Gujarati (2006): não existe uma orientação sobre a duração máxima da defasagem, o que pode levar a erro de especificação; quanto mais defasagens estimadas, restam menos graus de liberdade, tornando a inferência mais incerta e defasagens tendem a ser altamente correlacionadas, o que pode trazer à tona o problema da multicolinearidade, gerando estimativas imprecisas. Graças a estas limitações associadas à estimação *ad hoc* de modelos com defasagens distribuídas – como a multicolinearidade entre as variáveis defasadas e a arbitrariedade na escolha do número de defasagens, tal abordagem torna-se pouco recomendada.

A fim de determinar o número ideal de defasagens a ser incluído nos modelos de regressão com efeitos fixos, foram usados os critérios de informação de Akaike (AIC) e Bayesiano de Schwarz (BIC), úteis para determinar a extensão da defasagem em modelos. O AIC é uma ferramenta frequentemente utilizada na escolha entre modelos econométricos alternativos, pois permite balancear a qualidade do ajuste e a parcimônia do modelo, penalizando a inclusão de parâmetros adicionais que não contribuam substancialmente para a melhoria do ajuste (Wooldridge, 2002).

A ideia central do AIC é que, ao estimarmos um modelo, estamos tentando representar da melhor forma possível um processo gerador de dados desconhecido. Como nunca conhecemos o modelo verdadeiro, buscamos aquele que minimize a perda de informação com base no logaritmo da verossimilhança do modelo estimado. A função do critério de Akaike pode ser escrita como:

$$\ln AIC = \left(\frac{2k}{n}\right) + \ln\left(\frac{SQR}{n}\right)$$

Em que k é o número de regressores (incluindo o intercepto), n é o número de observações, $\ln AIC$ é o logaritmo natural de AIC e $2k/n$ é o fator de correção.

Como o AIC é um critério baseado na penalização por complexidade, quanto menor seu valor, melhor o modelo em termos do trade-off entre ajuste e parcimônia. Foram estimados modelos que incluíam 3 defasagens, sendo reduzidas até 1. Foram selecionadas as especificações com os menores valores de AIC e BIC observados, por representarem o melhor equilíbrio entre a complexidade do modelo e sua capacidade explicativa.

Para verificar a presença de autocorrelação e heterocedasticidade, foram realizados os testes de Wooldridge, para autocorrelação de primeira ordem (Wooldridge, 2002) e Wald modificado para heterocedasticidade entre grupos (Greene, 2000). No primeiro teste, a hipótese nula é a presença de autocorrelação de primeira ordem nos resíduos, enquanto o teste de Wald

verifica a hipótese nula de que as variâncias dos erros são constantes entre os grupos (homocedasticidade). Na presença de autocorrelação e heterocedasticidade, são usados erros-padrão robustos nas estimações, no intuito de corrigir estes problemas. As equações dos três modelos estimados são apresentadas a seguir.

O primeiro modelo busca estimar a contribuição da presença de cooperativas de crédito na taxa de crescimento de empregos por habitante em idade ativa. A especificação do modelo (1) é:

$$g_empregos_{it} = \alpha_{it} + \beta_0 d_coop_{it-1} + \gamma_0 d_banco_{it-1} + \delta_1 \ln(pib_percapita_{it}) + \delta_2 \ln(ideb_finais_{it}) + \delta_3 \ln(ifgf_geral_{it}) + \varepsilon_{it}$$

Em que: $g_empregos_{it}$ é a taxa de crescimento dos empregos no município i no ano t ; $d_coop_{i,t-1}$ é uma *dummie* indicando a presença de cooperativa de crédito no município i e no ano $t-1$; $d_banco_{i,t-1}$ é uma *dummie* para a presença de agência ou posto bancário no município i e no ano $t-1$; $\ln(pib_percapita_{it})$ é o log do PIB per capita municipal; $\ln(ideb_finais_{it})$ é o log do IDEB municipal; $\ln(ifgf_geral_{it})$ é o log do IFGF do município; α_{it} são os efeitos fixos municipais; ε_{it} é o termo de erro.

O segundo modelo tem a finalidade de estimar o impacto da presença de cooperativas de crédito na taxa de crescimento de empresas por habitante em idade ativa. O modelo (2) foi especificado da seguinte forma:

$$g_empresas_{it} = \alpha_{it} + \beta_0 d_coop_{it-1} + \gamma_0 d_banco_{it-1} + \delta_1 \ln(g_pib_pc) + \delta_2 \ln(ifgf_invest_{it}) + \delta_3 \ln(repasse_{it}) + \delta_3 mdo_disp_{it} + \varepsilon_{it}$$

Em que: $g_empresas_{it}$ é a taxa de crescimento do número de estabelecimentos empresariais no município i no ano t ; $d_coop_{i,t-1}$ é uma *dummie* que indica a presença de cooperativa de crédito no município i e no ano $t-1$; $d_banco_{i,t-1}$ é uma *dummie* para a presença de agência ou posto bancário no município i e no ano $t-1$; $\ln(g_pib_pc)$ é o crescimento do PIB per capita municipal em log; $\ln(ifgf_invest_{it})$ é o log da dimensão investimentos do Índice Firjan de Gestão Fiscal; mdo_disp_{it} corresponde ao percentual da mão de obra no município; α_{it} são os efeitos fixos municipais; ε_{it} é o termo de erro.

No terceiro modelo, busca-se estimar o impacto da presença de cooperativas de crédito na taxa de crescimento do PIB per capita municipal. Segue a especificação do modelo (3):

$$\begin{aligned}
 g_pib_percapita_{it} &= \alpha_{it} + \beta_0 d_coop_{it-1} + \gamma_0 d_banco_{it-1} + \delta_1 \ln(ideb) \\
 &+ \delta_2 \ln(ifgf_invest_{it}) + \delta_3 \ln(repasse_{it}) + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

Em que: $g_pib_percapita_{it}$ é a taxa de crescimento do PIB per capita municipal no município i no ano t ; $d_coop_{i,t-1}$ é uma *dummie* que indica presença de cooperativa de crédito no município i e no tempo $t-1$; $d_banco_{i,t-1}$ é uma *dummie* para a presença de agência ou posto bancário no município i e no ano $t-1$; $\ln(ideb)$ corresponde ao IDEB municipal, em log; $\ln(ifgf_invest_{it})$ é o log da dimensão investimentos do Índice Firjan de Gestão Fiscal; $\ln(repasse_{it})$ são os repasses do Fundo de Participação dos Municípios, em log; α_{it} são os efeitos fixos municipais; ε_{it} é o termo de erro.

Na seção seguinte são apresentadas as descrições das variáveis, as justificativas de inclusão, além dos procedimentos para obtenção dos dados.

3.2 Dados

3.2.1 Fonte e tratamento dos dados

Os dados utilizados na pesquisa compreendem o período de 2016 a 2021, uma vez que os dados para presença de Posto de Atendimento Cooperativo (PAC) passaram a ser divulgados pelo Banco Central do Brasil apenas a partir de 2016 e os dados do PIB per capita municipal estão disponíveis até o ano de 2021. Todos os dados utilizados são públicos e foram extraídos de diversas bases: SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática, BCB - Banco Central do Brasil; RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, Índice Firjan de Gestão Fiscal, Ministério da Educação e Ministério da Saúde – DATASUS, Ministério da Fazenda – Tesouro Transparente (IBGE, 2025; RAIS, 2025; MEC/INEP, 2025; BCB, 2025; FIRJAN, 2025, DATASUS, 2025, MF, 2025).

Alguns dados foram coletados através de consultas SQL por intermédio do software R, como os dados da RAIS para vínculos empregatícios e presença de empresas. Outros foram acessados através do download de planilhas de diferentes anos nos sites dos órgãos responsáveis pelos dados, que foram baixadas localmente e unidas através do R, tendo como parâmetro os anos de cada observação e o Código Municipal do IBGE, que identificava cada observação (municípios), possibilitando a junção de diferentes bases.

Os dados sobre a presença de cooperativas de crédito por município foram obtidos a partir da “Relação de Instituições em Funcionamento no País” e da “Relação de Agências, Postos e Filiais de Administradoras de Consórcio”, ambas disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil. A utilização das duas fontes foi necessária porque o BCB classifica as sedes das cooperativas como instituições independentes no primeiro relatório, agrupadas com bancos e outras IFs, enquanto os postos de atendimento (PAs) são listados apenas no segundo relatório, junto às agências bancárias. Assim, municípios que possuem apenas a sede da cooperativa - via de regra com PAs operantes no mesmo endereço, não aparecem no segundo relatório. Já a presença de bancos nos municípios foi identificada com base na Relação de Agências, Postos e Filiais, utilizando-se o campo “segmento” para distinguir se a unidade pertence a um banco ou a outro tipo de instituição financeira e proceder com a filtragem. Para ambos os casos, como os dados são mensais, foi utilizado o relatório correspondente ao mês de dezembro de cada ano.

Quanto aos dados da RAIS, estes foram obtidos através de consulta SQL aos microdados³, retornando tabelas com as variáveis para quantidade de vínculos ativos em 31 de dezembro de cada ano, quantidade de estabelecimentos e valor da remuneração média. Os dados para população, PIB per capita municipal, Repasses do FPM, IDEB e IFGF foram obtidos nos sites das respectivas instituições responsáveis, com o download das planilhas eletrônicas e o posterior tratamento dos dados e junção de diferentes planilhas através do R. Todas as variáveis financeiras foram deflacionadas para o ano-base de 2016 pelo IPCA.

3.2.2 Descrição das variáveis utilizadas

Nesta seção, são descritas as variáveis utilizadas no estudo, além das justificativas para a inclusão destas. Ao final, apresenta-se um quadro-resumo (Quadro 2) com cada variável, sua descrição e sua fonte.

3.2.2.1 Variáveis dependentes

i) *Taxa de crescimento do PIB per capita ($g_{pib_percapita}$)*

Corresponde à taxa de crescimento do PIB per capita municipal, calculada a partir dos dados de PIB publicados anualmente pelo IBGE, e que mensura o valor médio anual de bens e serviços finais produzidos por habitante em cada município. Foi obtida a partir da primeira diferença dos valores em log de PIB per capita, de forma que: $g_{pib_percapita}_{it} =$

³ O *datalake* público <https://basedosdados.org> foi utilizado para facilitar o acesso aos microdados da RAIS e do IBGE através de consultas SQL no Google Cloud e R, que possibilitaram rapidez a consultas de grandes volumes de dados, agregando-os a nível municipal.

$\{\ln(\text{PIBpc}_{\{it\}}) - \ln(\text{PIBpc}_{\{i,t-1\}})\}$. Tal forma de cálculo aproxima a taxa de crescimento percentual do PIB per capita entre os períodos $t-1$ e t e permite interpretar os coeficientes estimados como variações aproximadas em termos percentuais.

Alguns estudos brasileiros que analisam impactos da presença de cooperativas de crédito utilizam o PIB per capita como variável dependente (Schuntzemberger, 2015; Jacques e Gonçalves, 2016; Höher, Souza e Fochezatto, 2020). No presente estudo, optou-se por utilizar a taxa de crescimento do PIB per capita municipal, como fazem Coccorese e Schaffer (2020), possibilitando que, para além de verificar a diferença de renda média entre municípios atendidos ou não por cooperativas de crédito, seja possível verificar diferenças no ritmo de crescimento da economia. Tal lógica também é seguida para as demais variáveis dependentes deste estudo.

ii) Taxa de crescimento do número de empregos por habitante (g_{empregos})

Representa a taxa de crescimento da razão entre o número de empregos formais registrados em um município e a sua população residente no mesmo ano. A variável indica o número de postos de trabalho por habitante em idade ativa (PIA), representando a participação da população no emprego formal. O número total de vínculos ativos por cidade, obtido da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), foi dividido pela PIA residente no mesmo ano, de acordo com os dados do DATASUS. Prosseguiu-se com o cálculo da primeira diferença dos valores em log dos empregos per capita, de forma que: $g_{\text{empregos}_{\{it\}}} = \ln\{\text{empregospc}_{\{it\}}\} - \ln\{\text{empregospc}_{\{i,t-1\}}\}$, aproximando a taxa de crescimento percentual do emprego per capita entre os períodos $t-1$ e t de modo que a interpretação dos coeficientes estimados sejam como variações aproximadas em termos percentuais. Foi usada por Coccorese e Schaffer (2020) a fim de verificar a relação entre a presença de cooperativas de crédito e o emprego.

iii) Taxa de crescimento do número de estabelecimentos por habitante (g_{empresas})

É a razão entre o número de estabelecimentos formais registrados em um município e sua população residente no mesmo ano. A variável expressa, em média, a disponibilidade de unidades empresariais por habitante. Os dados utilizados para o cálculo foram obtidos a partir do número total de estabelecimentos por município (obtidos através da RAIS), divididos pela população municipal no mesmo ano (IBGE). Também é usada como variável dependente no estudo de Coccorese e Schaffer (2020), e de forma análoga às demais taxas, foi calculada a primeira diferença dos valores em log do número de empresas per capita, resultando na taxa de

crescimento do número de estabelecimentos: $g_empresas_{\{it\}} = \{\ln(empresaspc_{\{it\}}) - \ln(empresaspc_{\{i,t-1\}})\}$.

3.2.2.2 Variáveis explicativas

i) Presença de cooperativas de crédito (d_coop)

A presença de cooperativas de crédito é a variável de interesse do estudo. Ela será representada por uma variável binária que indica a presença ou ausência de cooperativa de crédito no município, assumindo valor 1 caso o município seja atendido por Posto de Atendimento de cooperativa de crédito e 0, caso contrário. Grande parte dos estudos que buscam analisar o impacto da presença de cooperativas em diferentes dimensões utiliza esta variável (Schuntzemberger, 2015; Jacques e Gonçalves, 2016; Coccorese e Schaffer, 2020; Neves et al., 2024).

ii) Presença de bancos (d_banco)

Esta variável binária, que indica a presença ou ausência de agência bancária no município, assumindo valor 1 caso o município seja atendido por agência bancária e 0, caso contrário, busca captar o efeito da presença de agência ou posto bancário nas variáveis dependentes, e pode servir de comparação do efeito das cooperativas em relação ao efeitos das instituições bancárias, dadas as diferenças entre estas duas classes de instituições financeiras, como fazem Coccorese e Schaffer (2020) e Neves et al (2024).

iii) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB ($\ln(ideb_{\text{finais}})$)

O IDEB é um indicador criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para medir a qualidade da educação básica nas escolas públicas brasileiras. É calculado com base no desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas (Prova Brasil e SAEB) e a taxa de aprovação escolar. O índice analisado varia em uma escala de 0 a 10 e é divulgado bianualmente. Para lidar com a ausência de dados em anos não divulgados, adotou-se a estratégia de imputação por interpolação linear, descrita por Little e Rubin (2019) como uma estratégia capaz de fornecer estimativas mais precisas do que métodos *ad hoc* e, que é útil em séries temporais ou dados longitudinais onde a suposição de linearidade entre pontos temporais é plausível, evitando vieses. Neste estudo, o IDEB municipal dos anos finais do ensino fundamental é usado como *proxy* para capital humano. O uso desta variável se orienta pela Teoria do Capital Humano, proposta por Becker (1964), que define o capital humano como o nível geral de habilidades de um indivíduo, capaz de afetar sua

produtividade, que pode ser elevada a longo prazo se um indivíduo se capacita, contribuindo para o crescimento econômico. Portanto, o capital humano se relaciona com a mão de obra qualificada disponível naquela economia, pois uma maior qualificação da mão de obra local permite retornos crescentes que contribuem para a competitividade e para a permanência de empresas (Ross et al., 2015).

iv) Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (Ln(ifgf_geral))

A eficiência da gestão pública municipal é uma variável que pode afetar diretamente o desenvolvimento endógeno, ao criar um ambiente de negócios favorável através da estabilidade institucional. Utiliza-se o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), indicador desenvolvido pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) que mede a qualidade da administração fiscal dos municípios do Brasil. É elaborado a partir de informações oficiais das contas públicas municipais, comunicadas ao Tesouro Nacional através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). O índice é formado por cinco dimensões: Receita Própria, Despesas Pessoais, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida, e varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, mais eficaz é a administração municipal. Segundo Besley e Ghatak (2003), serviços públicos de qualidade são importantes para o crescimento econômico, na medida em que uma gestão pública eficaz leva à melhoria dos serviços públicos, fato que, pode aumentar a produtividade e o desempenho econômico geral. Além disso, os autores também enfatizam que más gestões públicas prejudicam a capacidade de atração de investimentos, pois investidores em potencial podem perceber riscos maiores naquela economia, sinalizando para a importância da gestão pública para a presença de empresas. Rodrik et al. (2004) demonstram empiricamente que a qualidade das instituições é um fator preponderante para o aumento nos níveis de renda per capita, podendo influenciar também o comércio.

v) Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (investimentos)

Corresponde à dimensão de investimentos do IFGF, e mede a parcela da receita total dos municípios destinada a investimentos. Quanto mais próximo de 1 o índice está, mais investimentos foram realizados pelas prefeituras, e para aquelas que investiram mais de 12% da sua Receita Total têm nota 1,00 atribuída (IFGF, 2025). A capacidade de um município de investir em infraestrutura urbana pode ser um fator-chave para a atração de empresas, se constituindo um importante instrumento de política, com intuito de promover mudanças estruturais. O investimento público em infraestrutura econômica, como energia, logística e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), cria condições essenciais para o

crescimento das empresas, aumentando sua capacidade produtiva, reduzindo custos e ampliando mercados através de maior eficiência operacional ancorada em logística, tecnologia e gestão. Esses ganhos setoriais se refletem em maior produtividade, competitividade e expansão, contribuindo para a instalação de novas empresas e para o crescimento das já existentes (Pêgo e Campos Neto, 2010).

vi) Percentual da mão de obra (mdo_disp)

Esta variável foi obtida através da divisão da população em idade ativa (PIA) e a população total, indicando o percentual da força de trabalho naquele município. O percentual de mão de obra é utilizado como variável de controle por estar relacionada às teorias de aglomeração, podendo interferir na presença de empresas. A alocação de mão de obra é um mecanismo reconhecido em economias de aglomeração (Duranton e Puga, 2004). Krugman (1991) sugere que a mão de obra disponível e a distribuição de mão de obra entre as regiões são um dos determinantes da presença de empresas, influenciada pela distribuição da mão de obra entre as regiões.

O “*Labor pooling*” está associado ao agrupamento de empresas em um mesmo mercado de trabalho, de modo que estas empresas são beneficiadas pelo agrupamento de mão de obra neste mercado, fazendo com que os custos das empresas possam ser reduzidos, pois há uma aglomeração de trabalhadores que já possuem algum conhecimento prévio, como experiência, localização, entre outros. Assim, o “*Labor pooling*” ajuda no *matching* entre as firmas e os trabalhadores, diminuindo os custos de empresas (Combes e Duranton, 2006). Greenstone et. al. (2010) corroboram que uma oferta de trabalhadores, especialmente qualificados, é fator preponderante para a atração de novas firmas para uma determinada região, gerando economias de aglomeração.

vii) Repasses do Fundo de Participação dos Municípios (ln_repasses)

Diversos municípios, especialmente pequenos, podem ser extremamente dependentes de repasses dos governos estaduais e federais. Estas transferências também podem contribuir para o desenvolvimento municipal através da injeção de recursos na economia, que geram desdobramentos, como empregos, obras, investimentos públicos, renda e consumo. Massardi e Abrantes (2016) encontram resultados para o estado de Minas Gerais que indicam que a grande maioria dos municípios possui nível de dependência de repasses do FPM superior a 50%, ou seja, os recursos do FPM representam a principal fonte de financiamento do município, especialmente em municípios com menos de 20.000 habitantes.

Quadro 2 – Descrição das variáveis empregadas na pesquisa

Variável	Descrição	Fonte
<i>Variáveis dependentes</i>		
g_empresas	Taxa de crescimento médio anual do número de estabelecimentos por habitante	RAIS/MS
g_empregos	Taxa de crescimento médio anual do número de vínculos de emprego por habitante	RAIS/MS
g_pib_percapita	Taxa de crescimento médio anual do PIB per capita	IBGE
<i>Variáveis explicativas (controles)</i>		
Ln(pib_percapita)	Log do PIB per capita municipal	IBGE
Ln(ideb_finais)	Log do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) municipal	MEC/INEP
Ln(ifgf_gestao)	Log do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)	FIRJAN
Ln(ifgf_invest)	Log do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), dimensão investimentos	FIRJAN
Ln(repasses)	Log dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios	MF - Tesouro Transparente
mdo_disp	Percentual da mão de obra disponível	RAIS/IBGE
<i>Variáveis explicativas (de interesse)</i>		
d_coop	Variável binária que representa a presença de sede ou Posto de Atendimento de cooperativa de crédito	BCB
d_banco	Variável binária que representa a presença de agência ou Posto de Atendimento bancário	BCB

Fonte: elaborado pelo autor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção é composta por duas subseções. São apresentadas as estatísticas descritivas dos dados e, em seguida, discute-se os resultados das estimações realizadas.

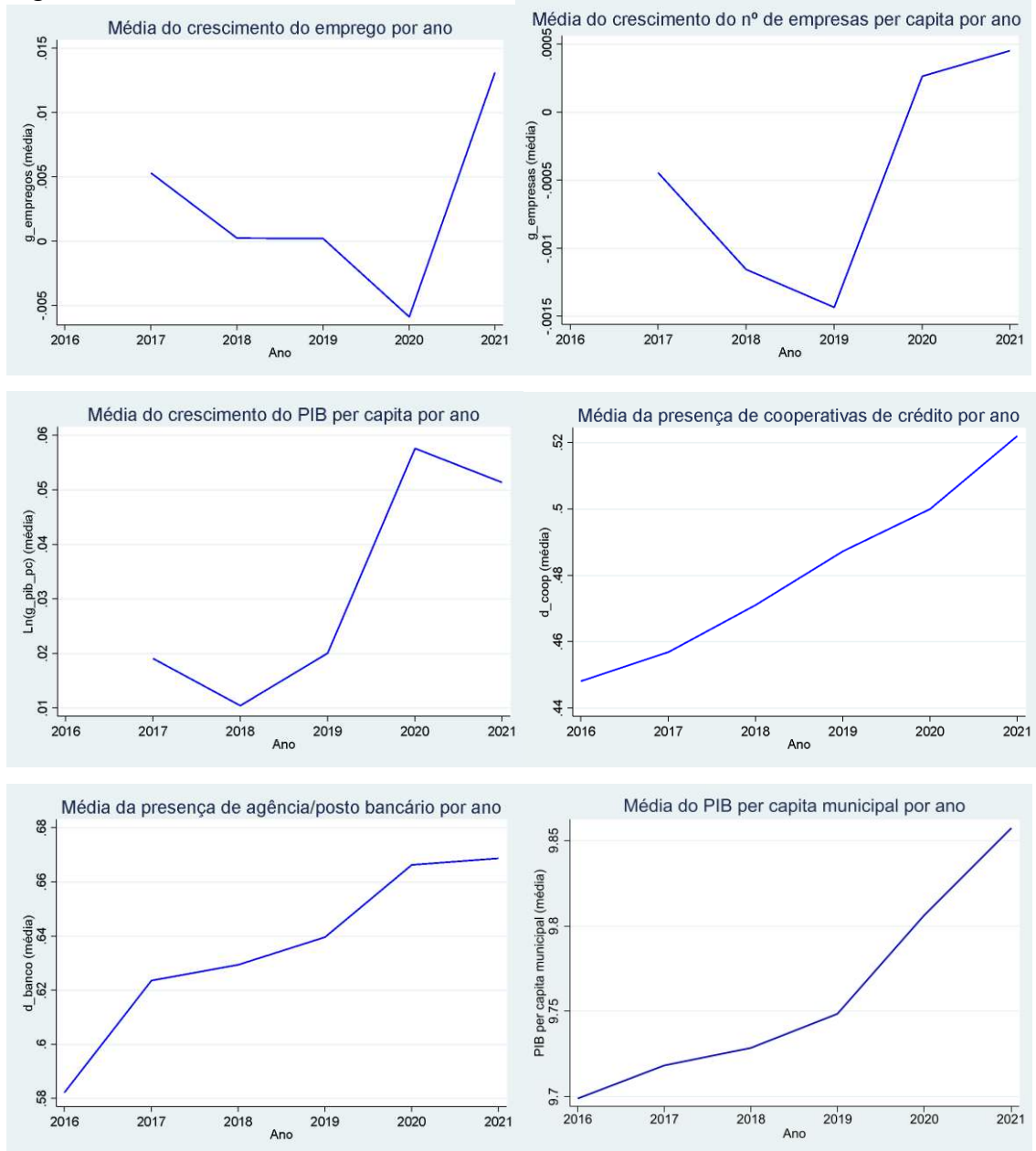
4.1 Análises das estatísticas descritivas

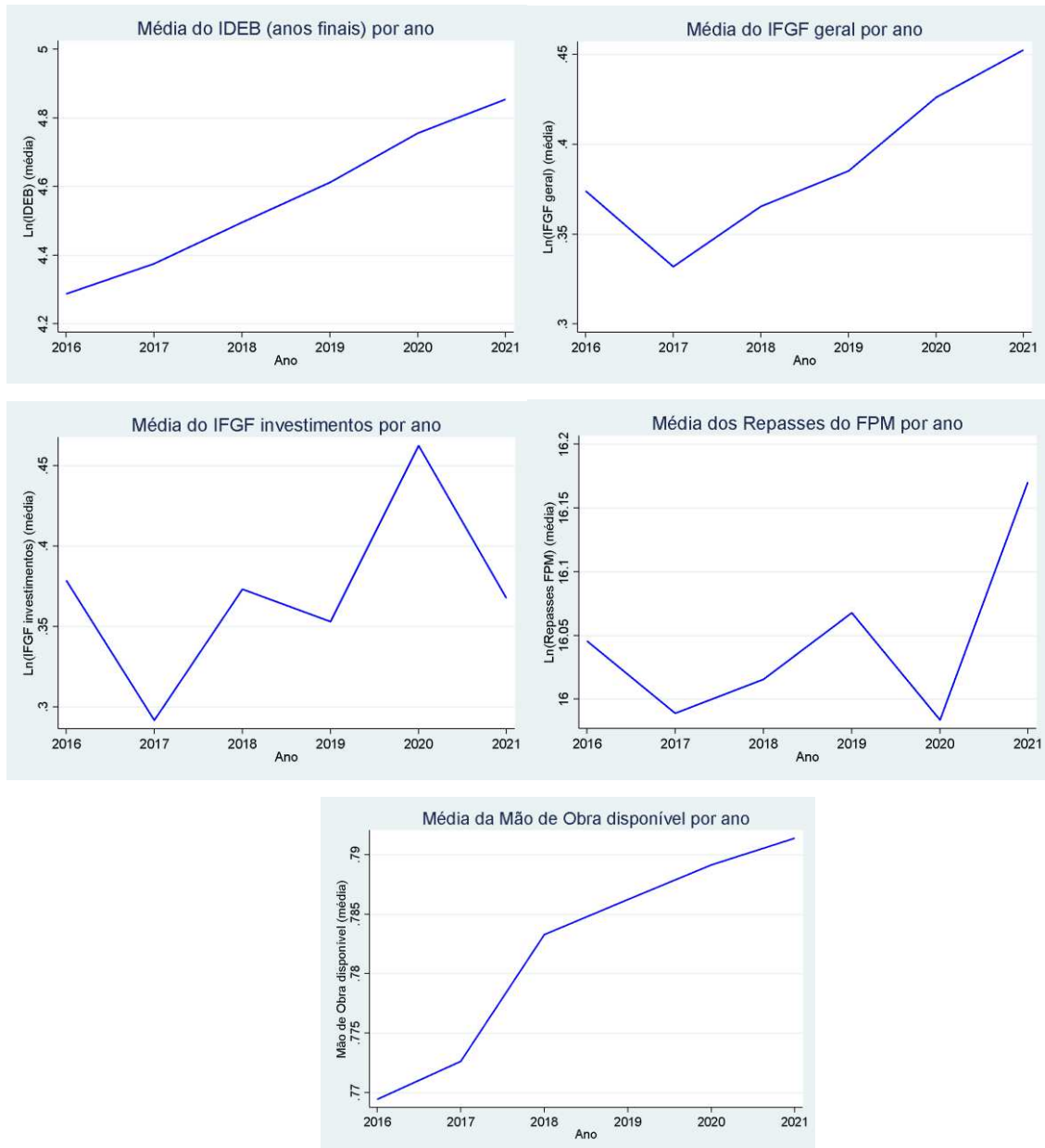
A base de dados utilizada para este trabalho consiste em um painel curto e desbalanceado, ou seja, a quantidade de unidades é maior do que a quantidade de períodos e não há o mesmo número de observações para todas as variáveis ao longo do tempo. São usados dados de presença de instituições financeiras (cooperativas de crédito e bancos públicos e privados), além de variáveis relacionadas ao desenvolvimento dos municípios, compreendendo trabalho, renda e presença de empresas, como já destacado.

As estatísticas descritivas compreendem os dados de 2016 a 2021 para cada variável utilizada nas estimações. Quanto ao número de observações, nota-se que para as variáveis IDEB, IFGF gestão e IFGF investimentos, há valores faltantes, tornando o painel desbalanceado. Dada a grande variabilidade, especialmente nas variáveis monetárias, as variáveis foram transformadas para suas formas logarítmicas, exceto a variável Mão de obra,

que está expressa em termos percentuais. Esta transformação facilita a interpretação dos coeficientes das variáveis dependentes, que representam a elasticidade desta em relação às variáveis explicativas. Na Figura 1, é possível visualizar o comportamento das médias das variáveis utilizadas na pesquisa ao longo do tempo.

Figura 1 - Linhas de tendência das médias das variáveis da pesquisa ao longo do tempo.





Fonte: elaborado pelo autor.

No contexto da variável Crescimento do PIB per capita, a tendência é de variação positiva, na média. A manutenção do crescimento, mesmo na pandemia, reflete a natureza dos dados desagregados por municípios e o cenário de aumento de repasses de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em um contexto de crise sanitária. Transferências externas para municípios contribuem para aumentar a renda per capita (Bulut-Çevik, 2020), ocasionando aumento no consumo e na renda e evitando queda significativa no PIB per capita local, que experimentou forte recuperação em 2021.

O PIB per capita e os Repasses do FPM apresentam um desvio-padrão relativamente mais alto do que as demais variáveis, o que demonstra a heterogeneidade entre os municípios da

amostra, composta por todos os municípios brasileiros, que guardam características socioeconômicas muito distintas, fato pelo qual foi utilizado efeitos fixos para municípios a fim de controlar heterogeneidade.

Ainda no contexto da pandemia, é possível notar que o crescimento do emprego, na média, sofreu uma queda em 2020 e teve uma forte recuperação em 2021, e que os investimentos municipais, representados pelo IFGF – dimensão investimentos, são, em média, maiores no ano de 2020, demonstrando a atuação do poder público no contexto de crise sanitária global causada pelo Covid-19.

Nota-se que em relação à presença de instituições financeiras, houve redução no crescimento do número de agências e postos bancários após 2020, enquanto observa-se um aumento no ritmo de crescimento de Postos de Atendimento de cooperativas de crédito no mesmo período.

4.2 Análise dos resultados

Primeiramente, para selecionar a melhor especificação dos modelos, a estratégia adotada consistiu no uso do teste de Hausman para verificar a adequação entre os modelos de efeitos fixos e efeitos aleatórios. O teste verifica a hipótese nula de que os efeitos individuais não observados não estão correlacionados com os regressores do modelo. Sob essa hipótese, o estimador de efeitos aleatórios seria consistente e eficiente. Caso essa hipótese seja rejeitada, o estimador de efeitos aleatórios torna-se inconsistente, sendo preferível o uso do modelo de efeitos fixos, que permanece consistente mesmo na presença de correlação entre regressores e efeitos não observados.

Em todos os casos analisados, os testes de Hausman rejeitaram a hipótese nula com alto nível de significância (p -valor $< 0,01$), indicando que há evidência estatística robusta de correlação entre os efeitos não observados e os regressores e que, portanto, o modelo com efeitos fixos é o mais apropriado para os três modelos estimados, pois leva em conta a heterogeneidade não observada entre os municípios ao longo do tempo. Assim, os três modelos foram estimados usando efeitos fixos.

Para especificar corretamente os modelos, foi definido o número necessário de defasagens usando os critérios de Akaike (AIC) e Schwarz (BIC), onde ambos indicaram o uso de apenas uma defasagem nas variáveis. Os valores de AIC e BIC para os modelos (1) *g_empregos* (2) *g_empresas* e (3) *g_pib_percapita*, são apresentados na Tabela 2. É possível notar que os valores são muito próximos entre AIC e BIC, e que todos os valores entre os modelos, são menores na primeira defasagem.

Tabela 2 - Critérios de informação AIC e BIC para os três modelos estimados.

Defasagens	(1) <i>g_empregos</i>		(2) <i>g_empresas</i>		(3) <i>g_pib_percapita</i>	
	AIC	BIC	AIC	BIC	AIC	BIC
1	-126540,4	-126499,7	-231133,9	-231084,7	-34909,95	-34869,3
2	-99896,58	-99841,37	-185283,9	-185220,1	-28308,49	-28253,28
3	-74103,12	-74034,88	-139616,5	-139539,7	-22778,77	-22710,53

Fonte: elaborada pelo autor.

AIC – Critério de Informação de Akaike.

BIC – Critério Bayesiano de Schwarz.

Foram realizados testes diagnósticos comumente utilizados na literatura econométrica para avaliar a validade dos pressupostos do modelo de efeitos fixos com dados em painel. O teste de Wooldridge para autocorrelação de primeira ordem (Wooldridge, 2002) indicou a presença de autocorrelação serial nos resíduos nos três modelos. O teste de Wald modificado

para heterocedasticidade entre grupos (Greene, 2000) rejeitou a hipótese de homocedasticidade para as três estimações, indicando variâncias distintas entre grupos. Considerando os resultados dos testes, as estimações foram realizadas com o uso de erros-padrão robustos, para corrigir problemas de autocorrelação e heterocedasticidade. Os valores dos testes para os três modelos estão descritos na Tabela 3, que apresenta também os resultados das estimações realizadas.

Tabela 3 - Resultados das estimações.

Var. explicativas	Variáveis dependentes		
	<i>g_empregos</i>	<i>g_empresas</i>	<i>g_pib_pc</i>
<i>L.d_coop</i>	-0,00125 (0,00098)	0,00044** (0,00017)	0,0227*** (0,00686)
<i>L.d_banco</i>	-0,0002648 (0,000615)	0,000273** (0,000129)	0,00985** (0,00436)
<i>Ln(pib_pc)</i>	0,01358*** (0,00228)	-	-
<i>Ln(ideb)</i>	0,0108*** (0,00415)	-	0,0384** (0,0179)
<i>Ln(ifgf_geral)</i>	0,00239 (0,00222)	-	-
<i>Ln(g_pib_pc)</i>	-	0,000918*** (0,000174)	-
<i>Ln(ifgf_invest)</i>	-	0,00271*** (0,000361)	0,0310*** (0,00725)
<i>Ln(repasses)</i>	-	0,00271*** (0,000361)	0,0425*** (0,0141)
<i>mdo_disp</i>	-	0,000623 (0,0023)	-
<i>Constante</i>	-0,149*** (0,0244)	-0,0453*** (0,00538)	-0,750*** (0,217)
Nº de Observações	25061	26808	25061
R ²	0,009	0,009	0,003
R ² ajustado	0,009	0,009	0,003
Estat. F	12,43	32,31	14,68
Prob > F	0,000	0,000	0,000
VIF	6,27	5,30	6,00
Nº de Municípios	5526	5549	5526
Hausman chi ²	177,88	135,26	43,16
Prob > chi ²	0,000	0,000	0,000
Teste de Wooldridge	5,589	11,15	5,436
Prob > F	0,0181	0,0008	0,0198
Teste de Wald	9633745,35	39514,73	51877782,45
Prob > chi ²	0,000	0,000	0,000

Erro padrão robustos entre parênteses. * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

L denota uma defasagem na variável

Na primeira estimação, para a taxa de crescimento dos empregos per capita, os resultados não foram estatisticamente significativos para as variáveis de interesse presença de bancos e de cooperativas de crédito. Ressalta-se que esta variável dependente foi construída a partir de dados de emprego formal da RAIS, e pode sofrer de limitações para capturar as dinâmicas do mercado de trabalho, especialmente no contexto de municípios menores e com mercado de trabalho com altos níveis de informalidade, onde o efeito da presença da cooperativa pode se dar através de ocupações autônomas ou até mesmo informais e que, portanto, não podem ser captadas por esta variável.

Em relação às variáveis de controle, os resultados mostram que um aumento de 1% no PIB per capita está associado a um crescimento de 0,013% na taxa de emprego per capita, enquanto um aumento de 1% no IDEB eleva a taxa em 0,011%, ambos estatisticamente significativos a 1%. Esses efeitos indicam que municípios com maior renda média e melhores resultados educacionais apresentam crescimento mais acelerado do emprego, o que é condizente com os resultados esperados.

Já o IFGF geral, que busca captar a qualidade da gestão fiscal municipal não teve efeito estatisticamente significativo sobre a taxa de empregos per capita, nesta amostra analisada. Isso pode ser justificado pelo fato da variável ser um índice e, portanto, englobar múltiplas dimensões que afetam o emprego de forma distinta. Ademais, é possível que efeitos de uma boa gestão fiscal do município, que reflete em investimentos que podem contribuir para gerar mais emprego e renda, podem levar um período maior de tempo para se manifestarem.

Os resultados da estimação para o modelo (2), revelam que cooperativas de crédito podem contribuir (mais do que os bancos) para o crescimento no número de estabelecimentos empresariais nos municípios onde atuam após um ano de presença no município. Ou seja, considerando que há cooperativa de crédito no município no ano anterior, há um aumento da taxa de crescimento do número de empresas per capita em 0,044%, em média. Para a presença de agência ou posto bancário, esta tendência também é observada, porém com um aumento na taxa de crescimento do número de empresas per capita na ordem de 0,027%, valor 0,017 pontos percentuais menor do que para municípios atendidos por cooperativas de crédito. Ambos os resultados são estatisticamente significativos a 5%.

Estes achados corroboram os encontrados por Coccoresse e Schaffer (2020), que indicam que a presença de cooperativas de crédito contribui para uma maior presença de empresas. Os resultados indicam que a presença de instituições financeiras contribui, especialmente através da oferta de crédito, para o desenvolvimento de negócios, contribuindo também para o crescimento econômico através da abertura de novas firmas e fomentando o crescimento das

existentes, ao viabilizar acesso a financiamentos e serviços financeiros (Demirgüç-Kunt e Levine, 2003).

Os resultados encontrados para as variáveis de controle evidenciam que o crescimento do PIB per capita apresenta um impacto positivo e significativo a 1% sobre a taxa de crescimento de empresas per capita, onde um aumento de 1% no crescimento do PIB está associado a um aumento de 0,0013% na taxa de estabelecimentos empresariais per capita. Tanto a dimensão de investimentos do IFGF quanto os repasses federais demonstraram efeitos positivos e estatisticamente significativos a 1%, com aumentos de 1% nestas variáveis elevando o crescimento da presença de empresas em 0,0009% e 0,0027%, respectivamente. Apenas a disponibilidade de mão de obra (*mdo_disp*) não apresentou significância estatística dentre as variáveis de controle do modelo. É possível que o nível de agregação desta variável tenha contribuído para isso, pois apesar de capturar a aglomeração de mão de obra existente, há uma limitação na incapacidade desta variável de modelar a qualificação da mão de obra disponível para as demandas locais das empresas.

No modelo (3), os resultados indicam que a presença de cooperativas de crédito nos municípios está associada a um aumento na taxa de crescimento do PIB per capita municipal. A presença de cooperativas com defasagem de um ano apresenta um impacto estimado em 2,27%, estatisticamente significativo ao nível de 1%. No que se refere à presença de agências ou postos bancários, há efeito positivo e estatisticamente significativo, associado a um aumento de 0,98% na taxa de crescimento do PIB per capita, a 5% de significância.

Nota-se que, assim como ocorreu na segunda estimação, onde as cooperativas de crédito apresentaram contribuições para o crescimento da presença de empresas superiores aos bancos, para o crescimento do PIB per capita o efeito captado para a presença de cooperativas de crédito também se mostrou superior ao efeito da presença de agência ou posto bancário, o que indica que as cooperativas de crédito contribuem de forma mais efetiva que os bancos comerciais, possivelmente graças à maior oferta de crédito local e à retenção de recursos localmente. Salienta-se que os efeitos após um ano indicam a relação não imediata entre o crédito e seus desdobramentos na economia, pois como salienta Capobianco et al. (2013), recursos avindos de crédito precisam de tempo para serem aplicados e proporcionarem efeitos nas atividades produtivas.

Tal contribuição maior da presença de cooperativas de crédito em relação aos bancos na taxa de crescimento do PIB per capita pode ser interpretado à luz da literatura pós-keynesiana e estruturalista, como discutido por Dow (1982) e Myrdal (1957), que apontam a relevância dos mecanismos de retenção de recursos e reversão de vazamentos em regiões periféricas. As

cooperativas, por captarem e aplicarem recursos regionalmente, podem gerar encadeamentos econômicos mais intensos do que grandes bancos, cuja atuação se dá em nível nacional.

Estes resultados vão ao encontro daqueles encontrados por Schuntzemberger et. al. (2015), que encontraram relação positiva entre o surgimento de cooperativas de crédito rural solidárias e um impacto médio de R\$ 987,66 no PIB per capita da agropecuária de municípios com cooperativas de crédito; Jacques e Gonçalves (2016), que analisam municípios de todo o Brasil e encontram resultados que mostram que municípios atendidos por cooperativas de crédito tiveram um PIB per capita R\$1.825,00 maior do que aqueles sem estas instituições e Hoher, Souza e Fochezatto (2020), que, ao analisar a distribuição espacial das cooperativas de crédito e da concessão de crédito rural nos municípios gaúchos, encontram resultados que mostram que regiões com maior concentração de cooperativas de crédito também tendem a ter maior volume de concessão de crédito per capita e maior PIB per capita.

Entre as variáveis de controle do modelo (3), o IDEB apresenta o maior coeficiente. Um aumento de 1% no IDEB está associado a um crescimento de 0,038% na taxa de crescimento do PIB per capita municipal, significativo a 5%. Este efeito confirma o papel da qualidade da educação no crescimento do PIB per capita, conforme esperado. Os investimentos realizados pelo poder público municipal também se mostraram um importante fator no crescimento do PIB per capita. A dimensão de investimentos do IFGF está associada ao crescimento econômico na medida em que uma melhora de 1% neste índice, eleva o PIB per capita em 0,03%, enquanto a variável de Repasses do FPM (recursos federais) demonstrara contribuição positiva de 0,04% no crescimento do PIB per capita para cada 1% de aumento nos repasses. Ambos os resultados são estatisticamente significativos a 1% e sinalizam a importância da gestão fiscal e dos investimentos da administração pública municipal para o crescimento da economia, indicando também, no caso do FPM, que os recursos públicos externos podem contribuir para gerar renda no município, pois ampliam a capacidade de investimento local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou evidências sobre as contribuições da presença de cooperativas de crédito em variáveis relacionadas ao crescimento econômico de municípios, expressa pelas variáveis de crescimento do PIB per capita, empregos per capita e empresas per capita.

De modo geral, os resultados mostram que as instituições financeiras contribuem para o crescimento da presença de empresas per capita em municípios brasileiros e para o crescimento do PIB per capita, que apresentaram contribuições maiores que os bancos. Esta diferença corrobora com resultados de trabalhos anteriores e pode ser explicada pelas

características das cooperativas ao fomentar o crescimento endógeno, captando e aplicando recursos na região, contribuindo para processos geradores de ciclos virtuosos de causação circular cumulativa, discutidos por Myrdal (1957).

As cooperativas de crédito demonstraram efeitos maiores do que agências e postos bancários, tanto para a taxa de crescimento do número de empresas per capita quanto para a taxa de crescimento do PIB per capita. A presença de cooperativas de crédito está associada a um aumento na taxa de crescimento do PIB per capita em 2,27% e de 0,44% na presença de empresas, enquanto para a presença de bancos estes efeitos são de 0,98% e 0,027, respectivamente. Este padrão indica que as cooperativas de crédito contribuem de forma mais significativa do que os bancos, possivelmente devido ao seu modelo de atuação baseado na captação e aplicação de recursos localmente, além de proximidade com as demandas da comunidade.

Quanto aos resultados da presença de instituições financeiras no crescimento dos empregos per capita com uma defasagem, os resultados não foram estatisticamente significativos. A existência de choques simultâneos no período da análise, como desdobramentos da crise de 2015 e 2016 e a pandemia de Covid-19, fatores que afetaram o mercado de trabalho e podem ter mascarado efeitos locais positivos. Ademais, o efeito do crédito e da presença de uma instituição financeira no emprego local tende a ocorrer no médio/longo prazo. A exploração de um painel maior de dados que permita um número maior de defasagens, pode ser capaz de captar efeitos de forma mais robusta. Trabalhos futuros também podem usar variáveis de emprego oriundas do Censo ou da PNAD contínua com microdados agregados por municípios.

Sugere-se que estudos considerem o volume de operações de crédito realizadas localmente, com o intuito de diferenciar o tamanho e o potencial das instituições financeiras em termos de concessão de crédito e prestação de serviços a associados, no caso das cooperativas, considerando assim, as heterogeneidades referentes à oferta de crédito nas economias locais. Outros estudos podem, ainda, verificar se existem diferentes resultados entre municípios que abrigam sedes administrativas de cooperativas de crédito e municípios que são apenas atendidos por Postos de Atendimento. É possível que nos municípios que onde hajam unidades administrativas, exista um maior vínculo entre a cooperativa e a comunidade, graças a um maior enraizamento da organização e maior número de membros de conselhos, dirigentes e colaboradores locais, podendo gerar mais benefícios diretos à economia local do que em municípios mais distantes onde a cooperativa apenas mantém Posto de Atendimento.

Uma limitação do capítulo se refere ao método e sua incapacidade de resolver possíveis problemas de endogeneidade decorrente das variáveis que mudam ao longo dos períodos sem o uso de variáveis instrumentais, mesmo que ajude a controlar heterogeneidade não observada, pelas características fixas no tempo. Aprimoramentos futuros podem buscar variáveis instrumentais que sejam capazes de aprimorar a análise de causalidade à investigação.

Ao lançar um olhar inicial sobre o emprego e a presença de empresas, até então não exploradas na literatura brasileira, os resultados do estudo contribuem para um avanço no entendimento em torno das contribuições da presença das instituições financeiras nestes fatores. Os achados sugerem a eficácia do modelo de crédito cooperativo como instrumento de promoção do crescimento econômico, que se mostra mais eficaz que o bancário tradicional para promover crescimento, especialmente em municípios com baixo dinamismo econômico e que necessitam estimular o empreendedorismo. Políticas públicas e regulatórias que favoreçam a expansão territorial das cooperativas de crédito, especialmente em regiões que experimentam desafios ao desenvolvimento, como regiões Norte e Nordeste, podem contribuir para diminuir desigualdades estruturais no acesso ao crédito e a serviços financeiros, buscando o desenvolvimento destas localidades e auxiliando no crescimento econômico através do fomento das atividades produtivas.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DO PAPEL DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO PERANTE O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: UM ESTUDO DE CASO NA SICOOB SAROM

RESUMO

Este capítulo busca realizar uma análise da atuação da Sicoob Sarom no contexto do município de São Roque de Minas e das contribuições da cooperativa de crédito para o desenvolvimento endógeno do município, ou seja, a partir das características e potencialidades do território. A estratégia adotada consiste na realização de um estudo de caso único, realizado através de técnicas como análise documental, observação assistemática e entrevistas semiestruturadas com agentes do território em estudo, realizadas em maio de 2025. Os resultados indicam que a Sicoob Sarom contribuiu para o desenvolvimento endógeno do território desde sua constituição, em um cenário onde o município se via desamparado por agentes externos e o acesso a serviços financeiros era dificultado. A cooperativa passou a representar uma importante instituição local que busca, além da oferta de serviços financeiros e do auxílio à organização da cadeia produtiva do município, formar capital social através de mobilização de recursos locais com vistas a encontrar soluções para problemas comunitários, através de parcerias. Sua atuação é importante, mas ainda incapaz de solucionar problemas estruturais relevantes no município, como educação e saúde, cuja responsabilidade compete ao poder público.

1. INTRODUÇÃO

O acesso a serviços financeiros é muito importante para o desenvolvimento e constitui um objeto de estudo em diversos trabalhos empíricos, conforme evidenciado tanto pela literatura teórica quanto por estudos empíricos. No entanto, em regiões menos assistidas pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), frequentemente municípios menores e distantes de centros urbanos, a ausência de instituições financeiras pode contribuir para o crescimento local e reforçar desigualdades regionais (Dow, 1987; Assunção, 2020). Nesse contexto, as cooperativas de crédito emergem como alternativas que podem suprir lacunas deixadas por bancos tradicionais e atuando como agentes de desenvolvimento endógeno (Vazquez-Barquero, 2011), ou seja, a partir das características e potencialidades do território.

As cooperativas também contribuem em outros aspectos, não se limitando apenas à democratização do acesso a crédito e à inclusão financeira, mas também têm potencial de reter recursos locais, promover educação e fortalecer vínculos comunitários, impactando no desenvolvimento endógeno (Fairbarn, 1991; Zeuli e Radel, 2005).

Neste contexto, o presente capítulo investiga o caso da Sicoob Sarom, cooperativa constituída em 1991 em São Roque de Minas (MG), hoje presente em 26 municípios dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Durante os anos 1990, a cooperativa se destacou por gerar contribuições para a população de São Roque de Minas a partir de sua atuação, que possibilitou o desenvolvimento da economia do município. Nascida a partir da mobilização e de atores locais que demandavam acessar serviços financeiros em um contexto de desafios, a cooperativa pôde contribuir para a mudança do cenário de inacessibilidade de serviços financeiros, experimentado pela população à época. A partir daí, passou a ser reconhecida e sistematicamente mencionada como um caso considerado exemplar no contexto do cooperativismo brasileiro, especialmente no que tange ao seu papel como uma instituição financeira com potencial para contribuir na promoção do desenvolvimento das comunidades onde atua, justificando sua escolha como objeto de estudo (Souza, 2008).

Atualmente, a cooperativa atua em diversas frentes além da oferta de crédito e de serviços financeiros. Sua atuação abrange projetos sociais e educacionais, apoio ao empreendedorismo e à produção, buscando parcerias locais e valorizando os recursos da comunidade e participação comunitária, conforme preconiza a teoria do desenvolvimento endógeno (Amaral Filho, 2001). Recentemente, a atuação da cooperativa foi reconhecida no Prêmio Reconhecimento Inovação com Propósito no Cooperativismo Financeiro (RECIP), do Instituto Fenasbac – Banco Central, representando o cooperativismo brasileiro em um congresso na ONU (OCEMG, 2025), o que indica que a cooperativa se destaca entre seus pares, indicando a importância da Sicoob Sarom no contexto de São Roque de Minas.

Este capítulo visa atender aos objetivos específicos da dissertação, ao caracterizar o desempenho econômico de São Roque de Minas a partir de indicadores selecionados que evidenciam o contexto no qual a cooperativa se insere e analisar, através da percepção de atores locais, como a atuação da Sicoob Sarom pode contribuir para o desenvolvimento endógeno no município de São Roque de Minas.

Para tanto, o ponto de partida é a pergunta de pesquisa: “Como a Sicoob Sarom pode contribuir para o desenvolvimento endógeno de São Roque de Minas?” E sob a hipótese central de que a Sicoob Sarom contribui para o desenvolvimento endógeno de São Roque de Minas através de sua atuação na comunidade. Essa hipótese baseia-se na literatura que atribui às cooperativas um papel duplo: como instituições financeiras e como agentes de transformação comunitária (Zeuli e Radel, 2005; Souza et al., 2023) e também nas particularidades do caso a ser estudado, tido como destaque no meio. Estudos empíricos em outros contextos, como os de Sucupira e Freitas (2011), Rovani et al. (2020) e Souza et al. (2023) reforçam que cooperativas

de crédito promovem inclusão financeira, geração de emprego e circulação de renda, corroborando a relação entre cooperativismo e desenvolvimento.

Esta pesquisa adota um estudo de caso qualitativo, apropriado para investigar processos complexos e contextuais. A abordagem permite captar aspectos próprios relacionados à atuação da cooperativa, sua interação com a comunidade e os mecanismos pelos quais podem ser geradas contribuições, aspectos que podem ser carregados de subjetividade e, portanto, métodos quantitativos isolados não seriam capazes de solucionar (Goldenberg, 2011). Ressalta-se, porém, as limitações inerentes ao método, como a dificuldade de generalização dos resultados e a influência da subjetividade do pesquisador.

O trabalho avança ao incorporar uma compreensão da dinâmica econômica de São Roque de Minas frente aos demais municípios da microrregião de Piumhi, buscando identificar padrões e especificidades a partir das características da economia local, conectando estes achados à percepção dos atores locais sobre o município e sobre como a atuação da Sicoob Sarom pode gerar possíveis contribuições à sociedade. Trabalhos que também se debruçam sobre o caso da Sicoob Sarom (Souza, 2008; Gava, 2009) também trazem dados econômicos e demográficos do município, mas sem um parâmetro de comparação regional que caracterize o município frente aos seus vizinhos, o que possibilitaria um parâmetro de “controle” por características edafoclimáticas e regionais. Este capítulo também incorpora a teoria do desenvolvimento endógeno através dos fatores elencados por Boisier (1999), buscando identificar quais destes fatores podem ser identificados no caso estudado, ajudando a explicar como a cooperativa se relaciona com a comunidade e quais fatores constituem esta relação.

Espera-se que os resultados obtidos possam contribuir para o oferecimento de evidências sobre como instituições financeiras cooperativas podem contribuir para a promoção de desenvolvimento endógeno, especialmente em regiões que enfrentam desafios ao desenvolvimento, e que demandam ações voltadas ao desenvolvimento a partir dos recursos locais. Este capítulo pode contribuir para entidades reguladoras do setor e formuladores de políticas, no intuito de compreender as efetivas contribuições do setor. Espera-se que também forneça contribuição à literatura no sentido de explorar de quais maneiras uma cooperativa de crédito pode contribuir para a comunidade.

Além da introdução, o capítulo está organizado em uma revisão de literatura, onde o papel do crédito e das cooperativas de crédito no desenvolvimento endógeno é discutido, além do próprio conceito de desenvolvimento endógeno e das evidências empíricas que ligam as cooperativas de crédito à promoção de desenvolvimento. A seção de procedimentos metodológicos apresenta a metodologia utilizada, as estratégias e o percurso metodológico do

estudo e seguem-se os resultados, onde as contribuições da Sicoob Sarom no contexto de São Roque de Minas são analisadas. Finalmente, são apresentadas as considerações finais, onde as contribuições e resultados do estudo são sintetizados, bem como suas implicações.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O conceito de desenvolvimento

A noção de desenvolvimento esteve, por muito tempo, fortemente ligada ao crescimento econômico. Nesta perspectiva, se uma nação alcançasse o crescimento, automaticamente seria economicamente desenvolvida (Siedenberg, 2006). No entanto, tal entendimento foi sendo questionado ao longo do século XX, especialmente diante das evidências de que o crescimento do PIB não seria capaz de garantir, por si só, melhorias nas condições de vida da população.

Esta diferença é apresentada por Sandroni (1999), que conceitua Crescimento Econômico como “aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica”. É definido pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita, pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico. Já o Desenvolvimento Econômico é definido pelo autor como Crescimento Econômico, ou seja, aumento do Produto Nacional Bruto per capita, acompanhado por uma melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia.

Em síntese, o conceito de crescimento econômico é restrito à expansão quantitativa da capacidade produtiva de um país ao longo do tempo através do aumento na quantidade de bens e serviços produzidos. O desenvolvimento econômico é um conceito mais amplo, que considera variáveis além daquelas consideradas na avaliação do crescimento econômico, dando também importância às condições de vida proporcionadas às pessoas, como renda, saúde e educação. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior, 2008).

Bresser-Pereira (2007) define o desenvolvimento econômico como “o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade”. Portanto, o conceito de desenvolvimento econômico surge para ampliar as dimensões outrora consideradas para medir o nível de desenvolvimento de regiões, ligadas exclusivamente a fatores como a acumulação, que passam a considerar aspectos relacionados à qualidade de vida, mesmo que ancorada em um processo de acumulação de capital e aumento da renda.

O estudo do desenvolvimento econômico surgiu da constatação das profundas desigualdades entre os países industrializados, com elevados níveis de bem-estar, e aqueles que permaneceram pobres e socialmente desiguais. No século XIX, a industrialização da Europa e da América do Norte relegou grande parte do mundo à condição de colônias políticas e econômicas. No período do Pós Segunda Guerra, o conceito de desenvolvimento ganhou força, especialmente entre países recém-independentes, como um processo de transformação estrutural voltado à superação do atraso histórico e à busca por padrões de bem-estar semelhantes aos das nações consideradas “desenvolvidas” (Sandroni, 1999).

Especialmente a partir da segunda metade do século XX, o tema desenvolvimento e até mesmo o uso deste termo, passou a receber a devida atenção, especialmente nas discussões acadêmicas. Antes disso, a preocupação se concentrava no crescimento econômico, ou na concepção de desenvolvimento ligada à padrões de acumulação. A partir dos anos 1970 surgem novos conceitos e novas concepções de desenvolvimento, que passaram a considerar aspectos diferentes daqueles estritamente relacionados ao crescimento econômico, incorporando outras nuances que perpassam os processos de desenvolvimento (Siedenberg, 2006; Dallabrida, 2017).

Assim, a concepção do desenvolvimento amplia o debate, pois este termo passa a assumir diversos contornos e adjetivos, como apontado por Siedenberg (2006). Furtado (1974) trata do “mito do desenvolvimento”, um fenômeno que levou os países mais pobres a buscar ininterruptamente um nível de vida similar ao dos países mais ricos e ditos “desenvolvidos”. Tal concepção de desenvolvimento construída e experimentada em países desenvolvidos não seria uma meta realista e alcançável para os países subdesenvolvidos, pois o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e na industrialização não é capaz de levar em consideração as limitações que países pobres enfrentam. Isso indica a necessidade de que países em desenvolvimento compreendam que formas alternativas de desenvolvimento são possíveis, conforme limitações, potencialidades e realidades experimentadas no território.

Entre as décadas de 1960 e 1970 houveram muitas macroestratégias para melhorias de condições de infraestrutura em países subdesenvolvidos, mas que geravam efeitos contrários ao desenvolvimento. Os investimentos aconteciam no modelo “de cima pra baixo” e por serem geridos de forma arbitrária, priorizavam áreas e pessoas privilegiadas. A partir da falência dessas estratégias, começaram a ser pensadas estratégias governamentais de desenvolvimento regional, como estratégias de “comunitarização” do desenvolvimento em níveis municipal e submunicipal, gerando o entendimento que governos estaduais e federal não são os melhores atores para cuidar das necessidades e aspirações das comunidades locais, tampouco de resolver

seus problemas. As próprias comunidades devem, portanto, se mobilizarem e desabrocharem suas potencialidades a partir de suas peculiaridades (Ávila, 2000).

Amartya Sen (1999) está entre os autores que contribuíram para a diferenciação entre os termos crescimento e desenvolvimento a partir da proposição de uma abordagem onde o desenvolvimento não deve se limitar ao crescimento econômico ou a acumulação de riqueza, mas nas liberdades que as pessoas desfrutam, pois as privações, como a pobreza, as ameaças às liberdades políticas e ao meio ambiente, entre outras, limitam as escolhas e as oportunidades de os indivíduos exercerem sua condição de agentes, e superar estes problemas constitui-se parte central no processo de desenvolvimento. O autor compreende, portanto, o desenvolvimento como processo multidimensional, que envolve aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais.

Como estratégia para incorporar a avaliação de aspectos sociais mensurados como parte de processos de desenvolvimento, e não somente o crescimento econômico, em 1990, o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em seu relatório anual. Este indicador nasceu com a finalidade de verificar o desenvolvimento das nações, graças à sua amplitude de componentes, a partir do PIB, mas incorporando três aspectos: educação (taxa de alfabetização e escolarização); saúde (expectativa de vida da população); e renda (PIB per capita). Na apresentação inicial do IDH, foram comparados diferentes aspectos da qualidade de vida em 130 países com mais de 1 milhão de habitantes, e o índice consolidou-se definitivamente uma concepção mais complexa do conceito de desenvolvimento, que levava em consideração também dados sociais, para além do PIB per capita. (Siedenberg, 2003).

Portanto, ainda segundo Siedenberg (2003), a partir da criação do IDH, o conceito de desenvolvimento passou a integrar a concepção do desenvolvimento humano, mensurando e quantificando aspectos relacionados à qualidade de vida. Porém, dada a existência de outras variáveis que fazem parte do desenvolvimento de um território, foram criados indicadores com proposta semelhante ao IDH, porém incorporando ainda outros aspectos. No Brasil, além do IDH-M, indicador a nível municipal do IDH, com o objetivo de expressar de forma mais fidedigna a realidade da sociedade e do desenvolvimento, desagregando características a nível de municípios, diversos indicadores foram propostos, como o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), e, mais recentemente o Índice SEBRAE de Desenvolvimento Econômico Local (ISDEL).

Entre as múltiplas dimensões assumidas pelo desenvolvimento, segundo Carvalho (2009), a importância da dimensão territorial no desenvolvimento tem sido reconhecida de

forma crescente, pois, a partir dessa visão é possível investigar, interpretar e conduzir processos de desenvolvimento através da união de diferentes pontos de vista, considerando que cada território guarda características próprias que abrangem aspectos sociais, econômicos e histórico-culturais que influenciam o desenvolvimento.

Segundo Dallabrida (2017), diversos conceitos incorporam a dimensão territorial do desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento local, que tem sido bastante abordado na literatura, se relaciona com os conceitos de desenvolvimento territorial e desenvolvimento regional, pois estes têm elementos em comum, visto que tratam de um processo localizado de mudança estrutural, e remetem uma responsabilidade à sociedade regional através dos atores locais, relacionando a dinamização socioeconômica à melhoria da qualidade de vida da população local. Para Buarque (2006), o desenvolvimento ocorre como um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. É composto, portanto, da relação entre civis, instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil e assim, da capacidade dos atores locais de se mobilizarem com base em suas potencialidades, com vistas a buscar competitividade e gerar possibilidades de crescimento comum ao grupo, objetivando melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Um aspecto importante da dimensão territorial do desenvolvimento é o espaço. Segundo Lima et al. (2014), o espaço têm sido objeto de estudo de diversos autores que o relacionam ao desenvolvimento e a concepção de espaço compreende um conjunto de elementos diversificados: pessoas, instituições, infraestrutura, organizações, meio ambiente, entre outros. Estes elementos influenciam e são influenciados pelo meio, tornando-os incertos, dado que podem mudar de espaço dadas as condições impostas, tornando a relação com o local cíclica (Lima et al., 2014).

Entre as organizações que influenciam o meio e por ele são influenciadas, estão as cooperativas. Ferguson e McKillop (1997) destacam a importância da localidade no contexto das cooperativas, pois a evolução dessas organizações estaria ligada a fatores históricos, sociais, políticos e econômicos. Assim, considerando também a importância da localidade para o desenvolvimento, a avaliação das cooperativas não deve estar restrita apenas a componentes econômicos, ampliando os objetivos da análise também para aspectos e abordagens sociais, corroborando com a ampliação da discussão do desenvolvimento para o desenvolvimento local (endógeno) (Souza, 2020).

2.1.1 Desenvolvimento endógeno

O atributo “endógeno” surgiu como uma das variantes dos adjetivos diversos que o termo “desenvolvimento” passou a assumir ao longo do tempo. Este é um termo etimologicamente ligado à biologia para denotar algo “que tem origem no interior do organismo ou do sistema, devido a fatores internos [...]”. No âmbito das ciências sociais, o termo desenvolvimento endógeno se refere a mudanças orientadas por objetivos sociais ou econômicos específicos. Nesse contexto, o desenvolvimento endógeno destaca-se como um processo que valoriza as potencialidades locais, direcionado a resultados que respondem às realidades e necessidades de cada território (Garcovich, 2011).

Assim, o desenvolvimento endógeno enfatiza a importância dos recursos, conhecimento e cultura próprios do território na promoção de um modelo de desenvolvimento a partir das potencialidades locais para atingir um crescimento sustentável. Segundo Vazquez-Barquero (2011), o desenvolvimento endógeno contrasta com os modelos de desenvolvimento orientados para fatores externos, pois a abordagem endógena aproveita pontos fortes e capacidades da comunidade, que, através destes, é capaz de impulsionar o progresso. É composto também por processos participativos, em que as partes interessadas locais se envolvem ativamente na tomada de decisões, para que iniciativas de desenvolvimento estejam alinhadas às aspirações da comunidade.

Boisier (1999) considera que o desenvolvimento endógeno de um território depende da articulação de seis fatores do desenvolvimento: os atores, que ocupam espaços na estrutura de poder, que representam interesses de um grupo ou que formam movimentos sociais; a cultura, pois há locais onde a prevalência é de uma cultura individualista, que gera crescimento; enquanto em outros, há uma cultura cooperativa e solidária que gera equidade, sendo a combinação destas duas culturas um fator de êxito para o desenvolvimento de um território; os recursos: que podem ser materiais, humanos, psicossociais e de conhecimentos; as instituições, que envolvem regramentos, organizações bem como a flexibilidade e velocidade destas; os procedimentos, envolvendo a administração pública e a transformação da informação em conhecimento; e o entorno, entendido pela interação território-Estado-mercado, além de relações internacionais. Para Boisier (1999), não basta uma articulação isolada de alguns destes fatores, mas para que o desenvolvimento aconteça, é necessária uma articulação dos seis fatores em torno de um projeto coletivo e regional de desenvolvimento.

O aspecto participativo do desenvolvimento endógeno também é crucial para promover a propriedade e o comprometimento entre os membros da comunidade em processos de desenvolvimento. A importância do capital social também é destacada pelo conceito, na medida em que redes e relacionamentos comunitários fortes podem aprimorar a ação coletiva através

do engajamento dos atores locais e a mobilização de recursos, levando a resultados de desenvolvimento mais eficazes. (Vazquez-Barquero, 2001).

Amaral Filho (2001) ressalta que o desenvolvimento endógeno está diretamente relacionado ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local, o que implica coerência interna, aderência às características do território e conexão com os movimentos mais amplos da economia mundial. Segundo o autor, esse tipo de desenvolvimento representa um processo contínuo de crescimento econômico que amplia a capacidade de agregar valor à produção local e de reter os excedentes econômicos no próprio território. Além disso, busca também atrair recursos de outras regiões, gerando desdobramentos positivos como o aumento do emprego, da renda e da produção local. Como salientado por Garolfoli (1992), o desenvolvimento endógeno também pode ser um processo vinculado à valorização e ao uso estratégico de recursos locais, e passa pela capacidade das comunidades de controlarem o processo de acumulação econômica localmente.

Dada a importância das instituições financeiras em projetos de desenvolvimento, estas podem contribuir ou limitar um processo de acumulação local que, por sua vez, pode contribuir com um projeto de desenvolvimento endógeno. A abordagem pós-keynesiana destaca o papel do sistema financeiro na produção de desigualdades regionais, ao mostrar que bancos tendem a restringir a oferta de crédito em regiões periféricas devido à preferência pela liquidez (Dow, 1982). Esse comportamento contribui para reforçar a exclusão financeira e para que ocorra vazamento de recursos, com a transferência de depósitos locais para centros desenvolvidos, enquanto bens e serviços são importados, enfraquecendo a dinâmica econômica local.

As cooperativas de crédito podem contribuir para mitigar o vazamento de recursos, pois atuam para a formação de poupança local, na medida em que captam e emprestam os recursos financeiros regionalmente, pois têm capacidade de mobilizar recursos e aplicá-los na própria comunidade (Zeuli e Radel, 2005). Neste sentido, Ayadi et al. (2010) argumentam que as cooperativas de crédito desempenham um papel importante através da poupança de depósitos dos membros e emprestando fundos regionalmente. Isso faz com que ajudem a prevenir um processo de fuga de capital, que pode ocorrer se a poupança for mobilizada numa região onde a atividade econômica é menos desenvolvida e depois transferida e emprestada para regiões economicamente mais ativas. A distribuição de sobras aos associados também é um mecanismo particular das cooperativas que possibilita a injeção local de recursos na economia.

O caráter local das cooperativas é um fator que também pode exercer impacto neste sentido. Como são constituídas por atores da comunidade, as cooperativas podem ser capazes de atingir resultado final duplo, considerando aspectos sociais para além dos aspectos

financeiros, visto que nascem a partir do interesse das pessoas. Portanto, estas organizações se envolvem de forma direta no desenvolvimento econômico das comunidades, pois seu futuro está vinculado ao futuro de suas comunidades (Fairbarn, 1991; Fairbarn et al. 1997).

Assim, as cooperativas despontam como mecanismos capazes de atuar como instrumentos promotores do que Zeuli e Radel (2005) chamam “desenvolvimento comunitário”, com a capacidade de fomentar negócios de propriedade e controle local, de forma similar ao desenvolvimento endógeno, que pressupõe o uso dos recursos locais para promover o desenvolvimento da comunidade.

As cooperativas também contribuem para a formação de capital humano localmente, a partir da promoção da educação para membros e dirigentes, permitindo inclusive que seus cooperados assumam papéis de liderança em instâncias de participação, como os conselhos (Zeuli, 2001). A necessidade de promover educação – expressa pelo princípio cooperativista da “educação, formação e informação” denota a obrigação das cooperativas de promover a formação de seus membros.

Segundo Zeuli e Radel (2005), cooperativas incentivam que membros participem de conferências de liderança ou de reuniões do setor, ou organizam seus próprios *workshops*. Outra oportunidade educacional são as reuniões anuais e, com frequência, as cooperativas convidam palestrantes que discutirão políticas e tendências nacionais ou questões de liderança. Os autores argumentam que outros tipos de empresas podem oferecer oportunidades similares para seus funcionários, mas não para a sua base de clientes. Por exemplo, as pessoas (cooperados) que participam de um conselho desenvolvem habilidades em gerenciamento de negócios, comunicação e solução de problemas em grupo, que podem ser usadas em outras organizações. Nas cooperativas, essas habilidades estão sendo desenvolvidas nos atores locais, muitos dos quais talvez não tenham oportunidades semelhantes, fazendo com que cooperativas desenvolvam lideranças comunitárias (Zeuli e Radel, 2005).

2.2 Evidências empíricas sobre a relação entre cooperativas de crédito e desenvolvimento

Diversos estudos empíricos, realizados por meio de métodos qualitativos, buscam compreender o papel das cooperativas em seus territórios de atuação. Aqueles voltados para a análise da atuação de cooperativas de crédito, em específico, constituem grande partes destes estudos.

Souza, Bressan e Carrieri (2023) analisaram a atuação de uma cooperativa de crédito em Chapada Gaúcha (MG), revelando mudanças significativas no modo de vida local graças à

oferta de serviços financeiros e de crédito pela cooperativa, que, ao proporcionar comodidade no acesso a estes serviços, promoveu ganhos sociais para a comunidade, que enfrentava dificuldades. Dentre os principais efeitos percebidos pela comunidade, os autores destacam maior facilidade de acesso ao crédito, estímulo ao comércio local, geração de empregos, capacitação de membros da comunidade, incentivo à agricultura familiar e apoio a iniciativas filantrópicas, impactos que evidenciam o papel da cooperativa como catalisadora de mudanças estruturantes no território.

Em estudo considerando a mesma cooperativa, Souza, Bressan e Carrieri (2022) analisaram um projeto de educação e identificaram que a cooperativa atua como uma instituição promotora de impacto social para além da esfera econômica, destacando ações educativas promotoras de desdobramentos positivos na comunidade, atestando a prática de um dos princípios cooperativistas: o “interesse pela comunidade” através destas ações.

Rovani et al. (2020) em estudo sobre a relação entre cooperativas de crédito e desenvolvimento econômico em Concórdia (SC), destacam a contribuição do cooperativismo de crédito para a geração de emprego, melhor distribuição de renda e desenvolvimento regional na região. Sucupira e Freitas (2011) partem do estudo de uma Cooperativa de Crédito Solidário de Araponga (MG), com o objetivo de analisar as contribuições da cooperativa para o desenvolvimento local. Os resultados apontam as vantagens que a cooperativa de crédito estudada proporciona, como o acesso facilitado ao crédito e menores taxas de juros, além do impacto positivo na inserção dos agricultores ao sistema formal de crédito, gerando desdobramentos positivos.

Sucupira e Freitas (2011), por meio de levantamentos amostrais simples e entrevistas semiestruturadas, mostraram que os recursos oferecidos pela Cooperativa de Crédito Solidário de Araponga foram fundamentais para alavancar as atividades produtivas dos cooperados, aumentando a eficiência e o retorno financeiro de seus projetos. A atuação da cooperativa facilitou o acesso dos agricultores familiares ao crédito formal, promovendo inclusão social e financeira, incentivando a circulação de recursos na economia local e consolidando uma rede de parcerias que fomentam o desenvolvimento.

Em Tucunduva, no Rio Grande do Sul, Pivotto e Rossa (2013) buscaram identificar o grau de contribuição da cooperativa Sicredi para o desenvolvimento econômico e social do município. Os autores concluíram que a cooperativa tem papel expressivo na promoção da produção agrícola, contribuindo para a permanência e fortalecimento do agronegócio. Além disso, a atuação da Sicredi impacta positivamente na qualidade de vida da população local, ampliando o acesso à educação e até mesmo a serviços de saúde.

Marques e Costa (2020) investigaram, em Campo Grande (MS), o papel do comitê da cooperativa Sicredi União MS/TO na geração de benefícios econômicos, culturais, sociais e ambientais. Por meio de um estudo de caso baseado em análise documental e entrevistas com representantes do comitê de ação social, os autores observaram que a atuação da cooperativa vai além dos interesses dos associados, impactando positivamente a comunidade como um todo. A aplicação de recursos em ações sociais e comunitárias reforça a importância do comitê como agente promotor de desenvolvimento, demonstrando o comprometimento da cooperativa com o bem-estar coletivo.

Em Concórdia, Santa Catarina, Rovani et al. (2020) avaliaram os avanços do cooperativismo de crédito local e suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico. A partir da aplicação de questionários junto às cooperativas do município, os autores categorizaram os impactos do cooperativismo em quatro dimensões principais: ações sociais, formação de capital humano, incentivo ao empreendedorismo e gestão de finanças pessoais. A análise evidenciou que as cooperativas locais têm um papel decisivo na geração de emprego, na redistribuição de renda e no fortalecimento do desenvolvimento regional.

Fleck e Moraes (2021), em estudo de caso realizado no município de Rolante (RS) investigaram as ações desenvolvidas pela cooperativa Sicredi Nordeste RS e seus benefícios para a comunidade. Através de um levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de questionários, os achados apontam para a ampla atuação da cooperativa em áreas que vão além do crédito, como educação, inclusão social e desenvolvimento comunitário. Assim, os autores reforçam o papel estratégico da cooperativa como agente propulsor do desenvolvimento regional.

Quadro 3 - Estudos empíricos que tratam de impactos das cooperativas de crédito nas comunidades através de abordagens qualitativas.

Autor e ano da publicação	Local do estudo	Entidade(s) da pesquisa	Objetivos	Metodologia	Resultados
Sucupira e Freitas (2011)	Araponga, Minas Gerais	Cooperativa de Crédito Solidário de Araponga	Analisar as contribuições dessa cooperativa na promoção do desenvolvimento local, tomando como referência analítica sua influência no incremento da renda de seus cooperados.	Pesquisa descritiva através de levantamentos por amostragem aleatória simples para coleta de dados através de formulários e entrevistas semiestruturadas.	Os recursos emprestados pela cooperativa foram essenciais para impulsionar as atividades produtivas dos associados, permitindo investimentos e aumentando a eficiência dos projetos e resultando em maior rendimento produtivo e maior retorno financeiro. Ao oferecer taxas de juros mais baixas, a Ecosol Araponga facilitou a inclusão dos agricultores familiares no sistema formal de crédito, promovendo inclusão social e financeira, contribuindo no aumento na renda dos cooperados, promovendo a circulação local dos recursos e efetivando uma rede de parcerias que promove o desenvolvimento local.
Pivotto e Rossa (2013)	Tucunduva, Rio Grande do Sul	Sicredi	Identificar o grau de participação da cooperativa de crédito para o desenvolvimento econômico e social do município de Tucunduva.	Pesquisa exploratória e descritiva com levantamento bibliográfico e coleta de dados através de entrevistas.	A Cooperativa fomenta a produção de alimentos do município de forma significativa e contribui para a permanência, produção e desenvolvimento do agronegócio, além de proporcionar melhor qualidade de vida, acesso à educação e saúde.
Marques e Costa (2020)	Campo Grande, Mato Grosso do Sul	Cooperativa de Crédito Sicredi União MS/TO	Compreender a atuação do comitê da Cooperativa e sua importância na geração de benefícios econômicos, culturais, sociais e ambientais.	Estudo de caso, a partir de análise documental e entrevista com os representantes do comitê de ação social da cooperativa.	A cooperativa cumpre o objetivo ao alcançar não somente os associados como a comunidade, por meio da aplicação de seus recursos na comunidade, proporcionando melhorias nas condições dos indivíduos. A atuação do comitê é importante, o que é evidente pelas ações, que essas contribuem e agregam valor à sociedade, principalmente para a região onde a cooperativa está inserida. Portanto, a cooperativa cumpre seu papel na comunidade e colabora para o desenvolvimento através de suas ações.

Rovani et al. (2020)	Concórdia, Santa Catarina	Cooperativas de crédito do município de Concórdia	Avaliar os avanços do cooperativismo de crédito no município e suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico.	Pesquisa de campo descritiva, com a aplicação de questionário nas cooperativas de crédito	Os autores classificam as contribuições das cooperativas de crédito para o desenvolvimento em quatro categorias: ações sociais, formação de capital humano, empreendedorismo e finanças pessoais. Além disso, conclui-se que o sistema cooperativista de crédito está contribuindo significativamente na geração de trabalho, distribuição de renda e com o desenvolvimento local e regional.
Fleck e Morais (2021)	Rolante, Rio Grande do Sul	Cooperativa de crédito Sicredi Nordeste RS	Demonstrar os benefícios e ações realizadas pela Sicredi Nordeste RS, que contribuem para o desenvolvimento da região, em favor da comunidade	Estudo de caso único, com pesquisa bibliográfica e documental, e aplicação de questionários.	Há grande quantidade de ações realizadas pela cooperativa, não apenas no âmbito financeiro, mas também social e educacional que beneficiam os associados e a comunidade em geral. A cooperativa de crédito tem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento local, sendo considerada um fator de impulsão de crescimento socioeconômico.
Souza, Bressan e Carrieri (2022)	Chapada Gaúcha, Minas Gerais	Sicoob Credichapada	Descrever e analisar os impactos sociais e econômicos proporcionados aos alunos atendidos por um programa de educação desenvolvido pela cooperativa de crédito Sicoob Credichapada.	A partir de estudo de caso único exploratório, utilizou-se análise documental, entrevistas e observação assistemática.	O programa de educação financeira consegue gerar resultados positivos nos jovens que têm a experiência de participar do programa. Os resultados são percebidos em diversos âmbitos, como educação financeira, propósitos de vida, consciência social e liderança.
Souza, Bressan e Carrieri (2023)	Chapada Gaúcha, Minas Gerais	Sicoob Credichapada	Analisar as mudanças nos modos de vida da população de Chapada Gaúcha-MG a partir da criação da cooperativa de crédito Sicoob Credichapada.	Observação, análise documental e entrevistas semiestruturadas com sujeitos do território.	O processo de composição do município, marcado por dificuldades, é transformado com a criação da cooperativa, gerando mudanças tematizadas como economia financeira e comodidade, auxílio ao comércio local, facilidade de acesso ao crédito, geração de empregos, capacitação de membros e colaboradores, participação cívica, apoio à agricultura local e auxílio a instituições filantrópicas.

Fonte: elaborado pelo autor.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta o caso estudado e a justificativa para sua escolha, além dos procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa.

3.1 O caso estudado

O caso selecionado para o estudo foi a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – Sicoob Sarom. Foi constituída em 09 de junho de 1991, no município de São Roque de Minas. A criação da cooperativa de crédito naquele momento buscou responder a um problema comunitário do município: a necessidade de acesso a serviços financeiros básicos.

No início dos anos 1990, o município de São Roque de Minas estava desassistido de serviços financeiros básicos, pois a única instituição financeira até então existente – a MinasCaixa, foi liquidada e encerrou as atividades no município. Neste cenário, toda a movimentação financeira de São Roque de Minas transferiu-se para a vizinha Piumhi, distante 64 quilômetros por estrada sem pavimentação. Assim, qualquer cidadão sanroquense que precisasse de serviços financeiros ficava obrigado a se deslocar até Piumhi. Inicia-se, a partir da liderança do agrônomo João Carlos Leite, a mobilização para a criação de uma cooperativa de crédito. A constituição da cooperativa em 1991 possibilitou o acesso a serviços financeiros pela comunidade de São Roque de Minas, e a movimentação financeira no município, outrora deslocada para Piumhi devido à falta de instituição financeira, retornou aos poucos para São Roque de Minas.

A escolha da cooperativa como objeto de estudo se justifica pelo destaque que esta atingiu no cooperativismo brasileiro ao longo e sua trajetória de forma consistente, desde o fim dos anos 1990 até os dias atuais. Sua atuação tem sido reconhecida em diversas premiações a nível nacional, graças à sua atuação baseada na liderança de parcerias e investimentos estratégicos⁴, que podem estar ligadas a contribuições na promoção do desenvolvimento endógeno. Seguindo a classificação de Yin (2005) para estudos de caso, que os classifica em único ou múltiplo, holístico ou incorporado, este estudo de caso pode ser classificado como um estudo de caso único holístico, e busca compreender, de forma aprofundada, uma unidade de análise: a Sicoob Sarom.

Os projetos fomentados pela cooperativa estudada podem contribuir para o

⁴ Detalhes sobre os projetos fomentados pela cooperativa podem ser encontrados no endereço <https://movimentosarom.com.br/>.

desenvolvimento endógeno no município, visto que a atuação da cooperativa é considerada um modelo entre seus pares, o que já lhe rendeu prêmios e menções de destaque no setor. Recentemente, a Sicoob Sarom foi premiada no Prêmio Reconhecimento Inovação com Propósito no Cooperativismo Financeiro (RECIP), promovido pelo Instituto Fenasbac, ligado ao Banco Central, e representou o cooperativismo brasileiro na ONU (OCEMG, 2025). Acontecimentos como este indicam que existe uma importância da cooperativa para seu território, e levanta a necessidade de compreensão das possíveis contribuições no desenvolvimento no contexto do município de São Roque de Minas a partir da atuação da Sicoob Sarom.

3.2 O estudo de caso

O estudo de caso investiga de forma empírica um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência (Yin, 2018).

Segundo Gil (2019), o estudo de caso é particularmente útil quando se deseja investigar fenômenos complexos, nos quais é necessário considerar o contexto em que ocorrem. Essa metodologia permite capturar a riqueza e a complexidade de um fenômeno em seu ambiente natural, oferecendo informações detalhadas sobre um caso específico. Stake (2010) destaca que o estudo de caso não se limita a uma escolha metodológica, mas é uma forma de compreender a particularidade e a complexidade de um fenômeno em seu contexto real. Para Yin (2018), o estudo de caso é a metodologia mais adequada para responder a questões do tipo “como?” e “por quê?”, especialmente quando o pesquisador busca investigar fenômenos contemporâneos em contextos reais.

Nesta pesquisa, a escolha do estudo de caso justifica-se por duas necessidades: A primeira é responder a uma questão do tipo “como?”, em especial à pergunta de pesquisa: “Como a Sicoob Sarom pode contribuir para o desenvolvimento endógeno de São Roque de Minas?” O segundo fator é o entendimento de um caso através de uma análise detalhada da Sicoob Sarom e sua relação com nuances socioeconômicas do município de sua sede. Uma vantagem desta abordagem qualitativa permite captar as particularidades do fenômeno estudado, tornando a análise mais completa e contextualizada, tendo o estudo de caso como uma ferramenta capaz de realizar um aprofundamento em um objeto de estudo delimitado, possibilitando a penetração na realidade social que a análise estatística por si só não é capaz, como salienta Goldenberg (2011).

Porém, ressalta-se que o estudo de caso é um método que apresenta limitações diversas.

Por se concentrar em um único caso, os resultados dificilmente podem ser generalizados para outras situações ou contextos, ou seja, são capazes de retratar apenas aquele caso em específico e não podem ser extrapolados. A subjetividade e viés do pesquisador também pode influenciar de forma significativa na coleta e interpretação dos resultados (Yin, 2018).

A fim de contornar possíveis vieses, é possível e usual a triangulação de técnicas, que será realizada nesta pesquisa. Recomendada por Yin (2018), esta estratégia é capaz de melhorar a confiabilidade e a validade dos resultados encontrados através do uso de técnicas complementares ao estudo de caso, como análise documental, entrevistas e observação, que podem ser especialmente úteis para a compreensão de fenômenos complexos (Gil, 2019).

A análise documental é uma técnica valiosa para pesquisas qualitativas, pois permite acessar informações detalhadas e contextualizadas sobre o objeto de estudo, facilitando a identificação de padrões e validação de descobertas (Bardin, 2011; Gil, 2019). Neste estudo, a análise documental será utilizada para coletar dados secundários, como relatórios de gestão, jornais, registros históricos e documentos institucionais da Sicoob Sarom, que permitirão construir e compreender a trajetória da cooperativa, além de analisar nuances e a interação com a comunidade.

Outra técnica a ser empregada é a entrevista, uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais (Gil, 2019). O uso da entrevista possibilita ao pesquisador obter dados que representem diversos aspectos da vida social através de dados obtidos em profundidade e que podem ser classificados e quantificados, mas também carrega uma série de limitações descritas por Gil (2019), que vão desde a falta de motivação do entrevistado para responder às questões até a influência de opiniões pessoais do entrevistador e do aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado. De acordo com Minayo (2014), a entrevista semiestruturada consiste em um roteiro que combina perguntas estruturadas (fechadas) e abertas, que serve como orientação para o entrevistador, mas que não restringe a fala dos entrevistados, onde estes podem discorrer sobre o tema, sem respostas prefixadas pelo pesquisador, como em um questionário.

A técnica da observação assistemática será empregada com vistas a compreender a dinâmica de atuação da cooperativa de crédito perante a comunidade, contribuindo para um entendimento mais aprofundado do caso. Para Gil (2019), a observação tem a vantagem de permitir a percepção de fatos diretamente pelo pesquisador, sem intermediação, reduzindo a subjetividade do processo investigativo. A técnica consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas

diretas (Lakatos e Marconi, 2003).

Após a realização das entrevistas, os áudios gravados foram transcritos e as informações do diário de campo foram sistematizadas. Na exploração do material gerado, procedeu-se com a classificação destas informações em categorias analíticas, conforme recomenda Bardin (1977). A categorização, segundo o autor, consiste na classificação de elementos que constituem um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero, seguindo critérios definidos previamente. Os dados brutos são transformados então, em unidades de análise significativas para a pesquisa. Nesta pesquisa, as unidades foram categorizadas em 4 segmentos, a partir das características em comum que os fragmentos de texto relevantes guardavam entre si e considerando a teoria utilizada. Assim, as quatro categorias analíticas definidas foram: (1) Geração de renda e apoio à atividade produtiva local; (2) Relações com a comunidade e capital social; (3) Educação financeira, inclusão e cidadania econômica; e (4) Limites e desafios percebidos.

Todo o processo de realização do estudo de caso segue um protocolo, cujos objetivos, critérios de seleção do caso, ferramentas e procedimentos para coleta e análise de dados estarão descritos e documentados. O protocolo para o estudo de caso é uma ferramenta essencial para conduzir o pesquisador durante a realização do estudo e aumentar a confiabilidade dos resultados, auxiliando o pesquisador na execução das etapas da pesquisa. O protocolo contém os instrumentos do estudo de caso além dos procedimentos adotados e as regras gerais que devem ser seguidas durante a pesquisa, servindo como orientação ao pesquisador na condução do estudo (Yin, 2018).

Yin (2018) recomenda, ainda, componentes necessários a um protocolo: os procedimentos de campo (fontes de informações, acesso a locais do estudo de caso, advertência de procedimentos); questões do estudo de caso (questões que o pesquisador deve manter em mente ao coletar os dados, e potenciais fontes de informações) e guia para o relatório do estudo de caso (resumo, formato de narrativa e especificação de informações bibliográficas e outras documentações). Este protocolo ajuda o pesquisador a antecipar diversos problemas, como o preenchimento dos relatórios do estudo de caso e a identificação do público previamente, ajudando a evitar resultados desastrosos (Yin, 2018). O protocolo da pesquisa, que serviu como direcionamento do trabalho de campo, será descrito a seguir.

3.3 O protocolo do estudo de caso

3.3.1 Visão geral

Este estudo de caso único investiga como a Sicoob Sarom contribui para o desenvolvimento endógeno de São Roque de Minas (MG), analisando sua atuação além da oferta de crédito, fundamentado na teoria do desenvolvimento endógeno (Amaral Filho, 2001; Vazquez-Barquero, 2011), com uma interface para a teoria do desenvolvimento cooperativo (Zeuli e Radel, 2005). O estudo parte da hipótese de que a Sicoob Sarom, através de sua atuação, contribui para o desenvolvimento endógeno de São Roque de Minas. Adota-se abordagem qualitativa com coleta de dados primários (entrevistas semiestruturadas com atores locais, observação assistemática e diário de campo) e secundários (documentos da cooperativa e dados socioeconômicos).

3.3.2 Procedimentos de campo

Os procedimentos adotados na pesquisa são a análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação assistemática. O primeiro contato com a Sicoob Sarom foi uma reunião realizada no dia 29 de agosto de 2024 entre representantes da cooperativa, o estudante de mestrado Diego Sebastião Landim Silva (pesquisador), além do comitê de orientação da pesquisa, composto pelo orientador, Professor Marcelo José Braga (UFV) e pela co-orientadora, Professora Valéria Gama Fully Bressan (UFMG). Nesta oportunidade, o Presidente do Conselho de Administração da Sicoob Sarom, João Carlos Leite, fez uma apresentação sobre a trajetória da cooperativa e sobre a interação desta com os municípios de sua área de atuação através dos diversos projetos, e os representantes da cooperativa indicaram a importância de realizar a pesquisa na Sicoob Sarom dado o interesse do Banco Central do Brasil por compreender em profundidade o papel das cooperativas de crédito nas comunidades.

O projeto de pesquisa foi submetido para análise e apreciação junto ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP-UFV), tendo parecer liberado em 15 de abril de 2025, autorizando a coleta de informações através de entrevistas com seres humanos.

A visita à São Roque de Minas foi realizada pelo pesquisador entre os dias 19 e 23 de maio de 2025, onde foi possível conhecer a dinâmica do município, bem como a atuação da cooperativa. Foram realizadas visitas à sede da cooperativa, propriedades rurais produtoras de queijo, prefeitura municipal, comércios locais diversos, pousadas, onde o pesquisador pôde realizar entrevistas com atores locais, além de observação assistemática e conversas informais, que auxiliaram na compreensão sobre a dinâmica local e forneceram uma percepção da comunidade sobre o papel da exercido pela cooperativa de crédito. As entrevistas foram

realizadas com 22 atores locais, entre cooperados, incluindo comerciantes e produtores rurais; não cooperados; integrantes da Administração Pública Municipal; funcionários da cooperativa de crédito e representantes do Conselho de Administração da Sicoob Sarom. Os participantes da pesquisa foram selecionados a partir do método de amostragem bola de neve, de modo que, inicialmente, lançou-se mão de informantes-chaves na cooperativa (sementes), a fim de localizar pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, possibilitando ao pesquisador iniciar seus contatos dentro do grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicitou-se que as pessoas indicadas pelas sementes indicassem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente, chegando ao ponto em que o quadro de amostragem se tornou saturado, ou seja, não eram trazidas novas informações ao quadro de análise (Vinuto, 2014).

As entrevistas semiestruturadas foram guiadas por um roteiro de perguntas (em anexo), mas não seguiram necessariamente a ordem rígida destas, estratégia descrita por Yin (2018), que permitiu que o pesquisador explorasse temas relevantes conforme surgiam durante a entrevista e que os participantes da pesquisa expusessem suas vivências e percepções de forma aberta, com o cuidado de não abandonar o tema central.

Na realização do estudo, foram seguidas as determinações do CEP-UFV e da legislação especializada para procedimentos de entrevistas com seres humanos na realização da pesquisa de campo e para a obtenção das informações que compõem os resultados deste trabalho. Todas as determinações sobre a pesquisa e a participação dos participantes da pesquisa constam no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado pelos participantes que participaram das entrevistas e orienta quanto à coleta, tratamento e destinação das informações das entrevistas neste trabalho, cujos conteúdos foram gravados apenas para fins de transcrição, sistematização e organização posterior das informações pelo pesquisador, com o objetivo de atender única e exclusivamente aos objetivos da pesquisa. Todas estas informações serão armazenadas pelo pesquisador por 5 anos e, após este período, serão destruídas.

3.3.3 Análise da dinâmica econômica regional de São Roque de Minas

Com o intuito de caracterizar o município de São Roque de Minas, são apresentados diversos indicadores e dados econômicos do município, sendo realizada uma análise exploratória destes. Para tanto, adota-se uma comparação dos indicadores PIB, PIB per capita, Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária e IDH-M de São Roque de Minas com a média do restante da microrregião de Piumhi. Para verificar se as médias dos valores comparados são

estatisticamente diferentes, foi utilizado o Teste t de Student, que permite comparar as médias de dois grupos distintos, avaliando se a diferença observada entre elas é estatisticamente significativa, avaliando se as médias dos grupos diferem de forma robusta. No caso do IFDM, para efeito de comparação é apresentada a posição do município no ranking estadual preparado pela FIRJAN, que compreende os 853 municípios de Minas Gerais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Sicoob Sarom e a interação com o município de São Roque de Minas

4.1.1 Caracterização do município de São Roque de Minas

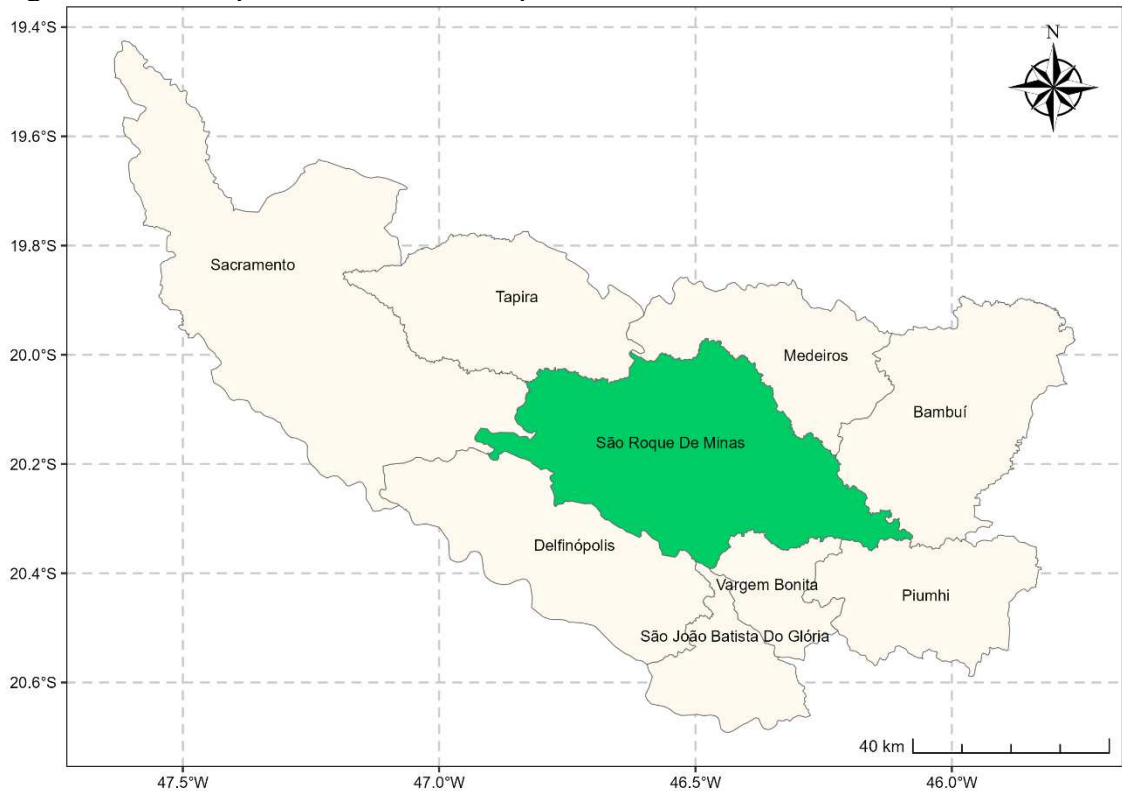
Segundo Faria (2007), o município de São Roque de Minas, assim como muitos municípios em Minas Gerais, se forma inicialmente a partir de um povoado em torno de uma capela dedicada a São Roque, construída em 1762. No ano de 1858, o proprietário das terras à época, doou as terras que viriam a formar o município de São Roque, e no mesmo ano foi criada a Paróquia de São Roque, à época pertencente ao arcebispado de Mariana.

Em 14 de setembro de 1891 foi criado o Distrito de São Roque, pela Lei Estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, pertencendo ao município de Piumhi, assim permanecendo com o status de distrito até 1938, quando o Decreto-Lei Estadual nº 148, criou o Município de Guia Lopes, sendo a Vila de São Roque elevada à categoria de Sede do referido Município, desmembrando-se de Piumhi e sendo instalado solenemente em 01 de janeiro de 1939.

O novo município foi elevado a sede de Comarca pela Lei Estadual nº 1.039 de 12 de dezembro de 1953 e, no ano de 1962, após um plebiscito popular, o Município de Guia Lopes, por força da Lei Estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, teve sua denominação alterada para São Roque de Minas, para se diferenciar do município já existente de São Roque, no Estado de São Paulo, e assim permanecendo até os dias atuais. (Faria, 2007).

São Roque de Minas está localizado na região Oeste de Minas e na microrregião de Piumhi. Tem como municípios limítrofes Sacramento, Tapira, Bambuí, Piumhi, Delfinópolis e Vargem Bonita, como é possível observar na Figura 2. Sua população recenseada em 2022 era de 7.129 pessoas (IBGE, 2022). O município está a 320 quilômetros de distância de Belo Horizonte pelas rodovias MG – 050 E MG – 341, e é a cidade mais próxima ao Parque Nacional da Serra da Canastra, onde está localizada a nascente do Rio São Francisco.

Figura 2 - São Roque de Minas e municípios limítrofes.



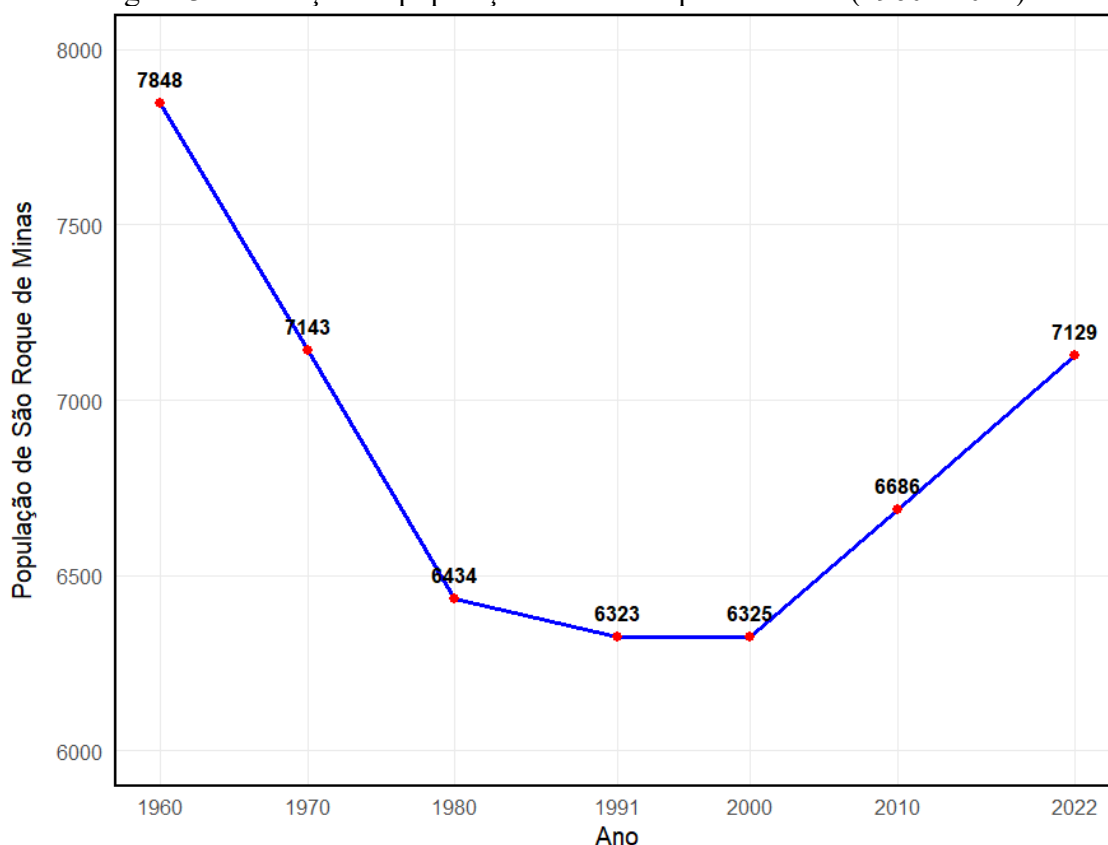
Fonte:

elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

A seguir são apresentados e discutidos indicadores selecionados para São Roque de Minas e municípios da microrregião de Piumhi, a fim de contextualizar o ambiente socioeconômico da região. Trata-se de uma abordagem descritiva e para fins de comparação, sem a pretensão de estabelecer relações de causa e efeito entre estes indicadores e a presença da cooperativa nos municípios, pois os dados apresentados não controlam por heterogeneidades estruturais entre os municípios, como urbanização, composição setorial da economia, acesso a políticas públicas, entre outros.

A Figura 3 mostra a evolução da população de São Roque de Minas de acordo com dados do Censo Populacional do IBGE. Observa-se uma acentuada tendência de queda, que vinha desde os anos 1960 até o censo de 1980, quando sofre mais uma pequena queda e passa a se estabilizar entre os censos de 1991 e 2000. A partir de então, a tendência de diminuição populacional é revertida e a população de São Roque de Minas torna a crescer a partir dos anos 2000, mostrando que podem ter ocorrido possíveis melhoras na qualidade de vida e nas oportunidades, que podem ter feito com que as pessoas deixassem de migrar para outras localidades.

Figura 3 - Evolução da população de São Roque de Minas (1960 - 2022).



Fonte: IBGE

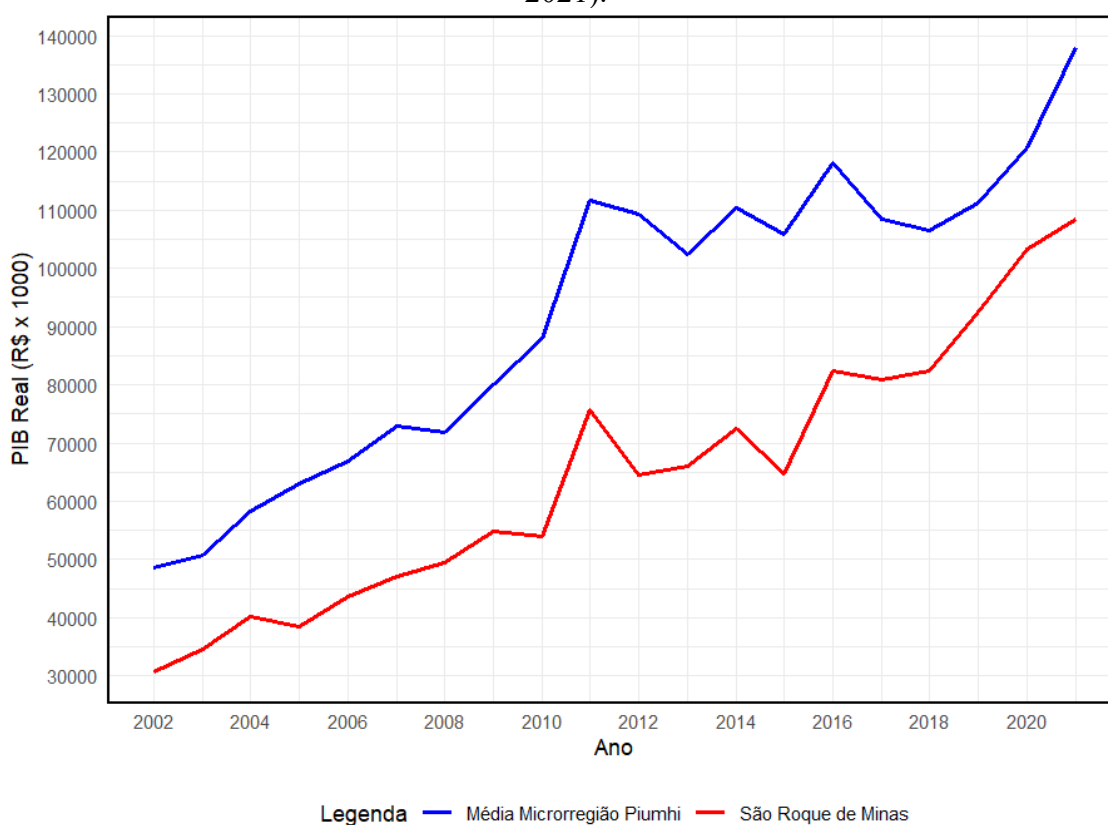
Os gráficos a seguir buscam identificar padrões relacionados a variáveis econômicas do município. Para efeito de comparação, as informações econômicas de São Roque de Minas são compiladas comparando-as com a média dos demais municípios que compõem a microrregião de Piumhi, segundo o IBGE: Bambuí, Córrego Danta, Doresópolis, Iguatama, Medeiros, Piumhi, Tapiraí e Vargem Bonita. Essa estratégia busca auxiliar na compreensão das características de São Roque de Minas com municípios que guardam características semelhantes pela proximidade geográfica, como condições edafoclimáticas, distância até a capital do estado e outros grandes centros, e características socioeconômicas e culturais. Para possibilitar a comparação, os valores das variáveis financeiras nas séries foram deflacionados para valores reais com base em dezembro de 2002, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como deflator.

A Figura 4 mostra que, entre 2002 e 2021, tanto São Roque de Minas quanto a média da Microrregião de Piumhi apresentaram crescimento real do PIB, com destaque para a forte recuperação observada em São Roque de Minas a partir de 2015. Embora o município tenha mantido valores abaixo da média regional ao longo de todo o período, sua trajetória revela um

ritmo de crescimento mais acentuado após 2015, mas ainda se mantendo abaixo da média dos demais municípios da microrregião.

Para verificar se as médias são estatisticamente diferentes, foi aplicado o teste t de Student para amostras independentes. Esse teste é utilizado para comparar as médias de dois grupos distintos, avaliando se a diferença observada entre elas é estatisticamente significativa ou se pode ser explicada por variações aleatórias. O teste permite inferir se as médias dos grupos diferem de forma robusta, com base na média, variância e tamanho amostral de cada grupo. Os resultados de $t = -3,6$; $p\text{-valor} = 0,0009$ para o teste t bicaudal referente aos valores do PIB, mostram que a média do PIB dos municípios da Microrregião de Piumhi é estatisticamente maior que a média do PIB de São Roque de Minas. Esta diferença significativa pode ser visualizada graficamente na Figura 4.

Figura 4 - Evolução do PIB de São Roque de Minas e da microrregião de Piumhi (2002 – 2021).

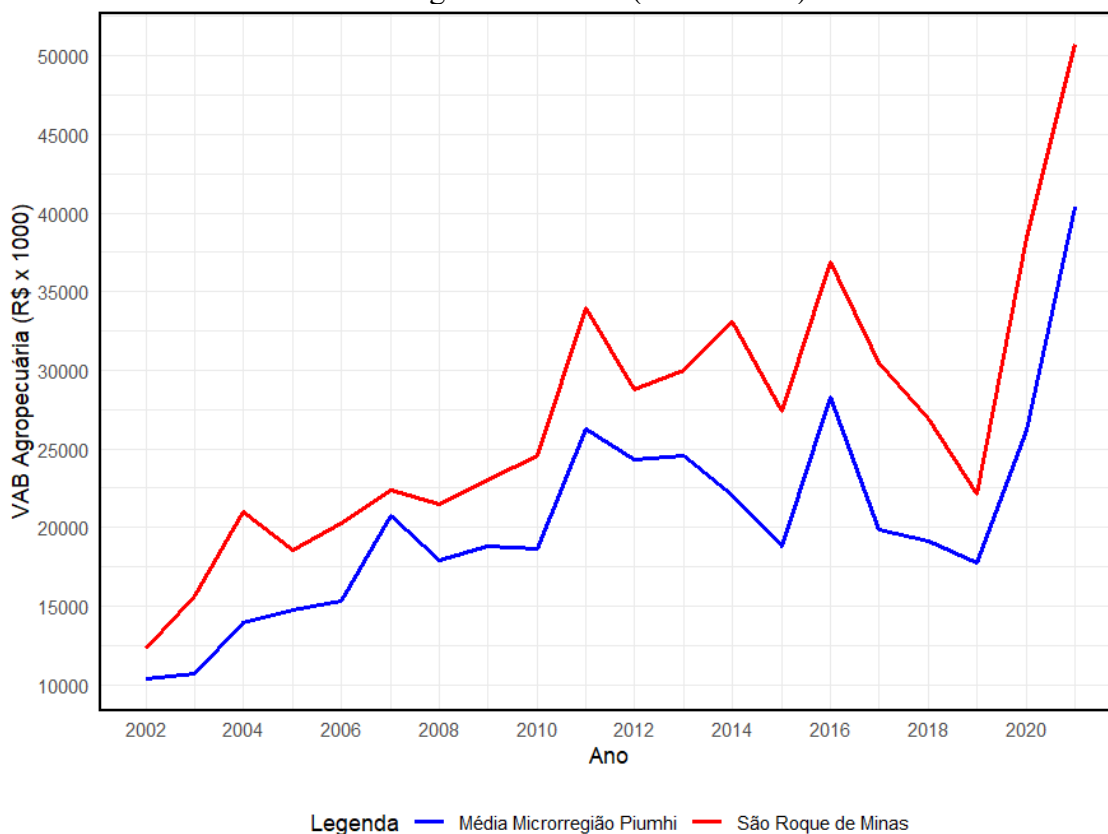


Fonte: IBGE

A Figura 5 apresenta a evolução do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, importante indicador dado que a agricultura é a atividade mais relevante na economia do município. Na comparação entre o VAB de São Roque de Minas com a média dos municípios restantes na microrregião de Piumhi, nota-se que o VAB de São Roque de Minas é superior em

todo o período analisado, mas varia de forma semelhante aos valores do restante da microrregião. Porém, ao fim da série, há uma diferença maior do que no início, indicando o importante crescimento da agricultura do município ao longo do período. Esta tendência é um indicativo da importância da agricultura para o município.

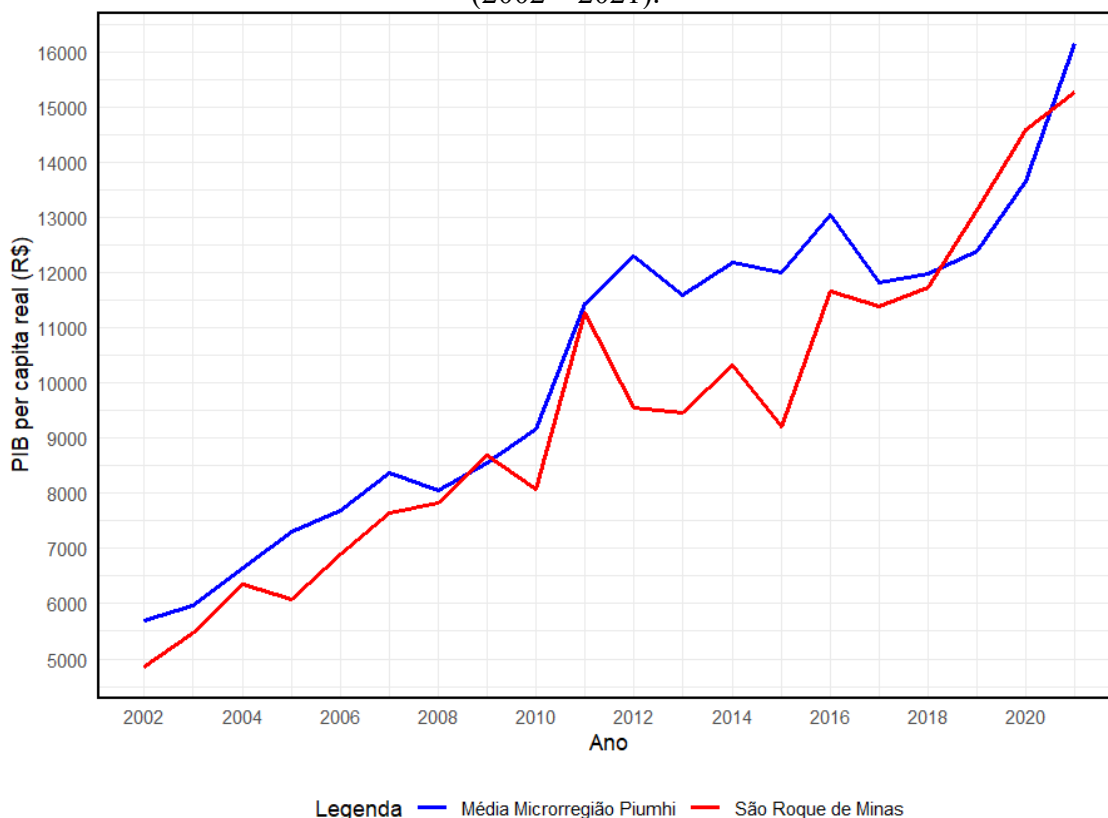
Figura 5 - Evolução do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária: São Roque de Minas x Microrregião de Piumhi (2002 - 2021).



Fonte: IBGE

A fim de verificar se as médias são estatisticamente diferentes, foi realizado o teste t bilateral de Student. Os resultados do teste t bilateral foram: $t = 2,58$; $p = 0,0143$; IC 95%: [1.371, 11.531], indicando que São Roque de Minas apresenta média do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária (VAB) significativamente maior em comparação à média dos municípios restantes da microrregião de Piumhi, fato que aponta a importância do agronegócio para a economia do município.

Figura 6 - Evolução do PIB per capita de São Roque de Minas e da microrregião de Piumhi (2002 – 2021).



Fonte: IBGE

Em relação à evolução do PIB per capita real de São Roque de Minas em comparação à média da microrregião de Piumhi, no período de 2002 a 2021, mostrada na Figura 6, observa-se uma trajetória ascendente para ambos, com variações pontuais ao longo dos anos. Até 2010, São Roque de Minas apresentava valores consistentemente inferiores aos da média regional, ocorrendo uma aproximação entre as séries a partir desse ponto, com o município ultrapassando a média da microrregião em alguns anos. Recentemente, há uma mudança de patamar que pode refletir transformações estruturais na economia do município possivelmente relacionada ao fortalecimento da agropecuária, ou ao turismo. Ao final do período, em 2021, São Roque de Minas atinge seu maior valor de PIB per capita, mantendo a constância e a proximidade à média regional, mas sem grandes diferenças significativas de tendência.

Para os valores do PIB per capita também foi realizado o teste *t* de Student bilateral, cujos resultados ($t = -0,89$; $p = 0,377$) indicam que, apesar do conjunto de municípios da microrregião de Piumhi apresentarem média do PIB per capita ligeiramente superior, tal diferença pode ser atribuída à variabilidade natural dos dados e, portanto, não há evidências de que as médias sejam diferentes, indicando um desempenho similar entre os grupos comparados ao longo do período para o PIB per capita. Dada esta semelhança para o PIB per capita, este

fato reforça a possibilidade de comparação entre o município de São Roque de Minas e o conjunto de municípios pertencentes à microrregião de Piumhi, excetuando-se São Roque de Minas deste grupo de comparação.

A tabela 4 mostra os dados disponíveis para o IDH-M de São Roque de Minas em comparação à média do IDH-M dos demais municípios da região. Os dados mais recentes são de 2010, o que dificulta conclusões sobre o cenário atual. Porém, é perceptível uma evolução em todas as dimensões do IDH-M para São Roque de Minas ao longo das três décadas compreendidas, que alcançou uma melhoria constante nos indicadores entre 1991 e 2010, por mais que o desempenho recente ainda seja menor que a média de seus vizinhos da microrregião, exceto se tratando da dimensão Renda.

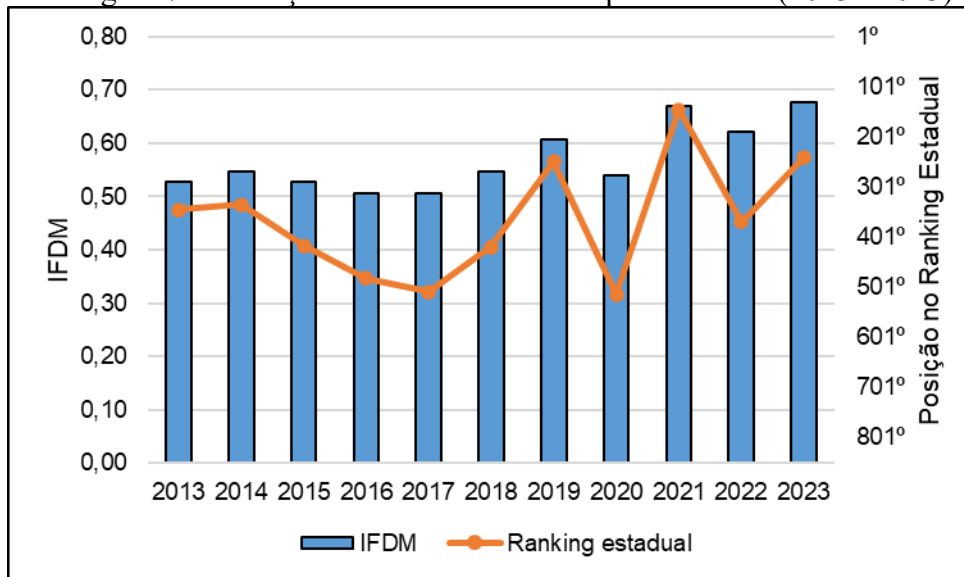
Tabela 4 - Índice de Des. Humano municipal (IDH-M) São Roque de Minas e Microrregião de Piumhi

Ano	Localidade	IDH-M	IDHM Renda	IDH-M Educação	IDH-M Longevidade
1991	São Roque de Minas	0,4	0,605	0,15	0,703
	Microrregião de Piumhi	0,453	0,571	0,235	0,708
2000	São Roque de Minas	0,585	0,672	0,378	0,789
	Microrregião de Piumhi	0,612	0,648	0,444	0,799
2010	São Roque de Minas	0,672	0,699	0,517	0,838
	Microrregião de Piumhi	0,705	0,694	0,593	0,854

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025.

Na ausência de dados que medem o desenvolvimento municipal de forma contínua e recente, algumas tentativas tem sido empregadas buscando construir indicadores neste sentido. Uma delas é o IFDM, estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que desde 2008 acompanha o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros em três áreas: Emprego & Renda, Saúde e Educação (FIRJAN, 2025). O IFDM pode ser uma alternativa ao IDH-M, pois este último tem periodicidade decenal, pois é calculado com base nos dados do Censo Populacional, realizado decenalmente no Brasil. Assim, são apresentados a seguir o IFDM para São Roque de Minas e a posição do município no ranking estadual do índice nos últimos dez anos, nas três dimensões, além do índice geral.

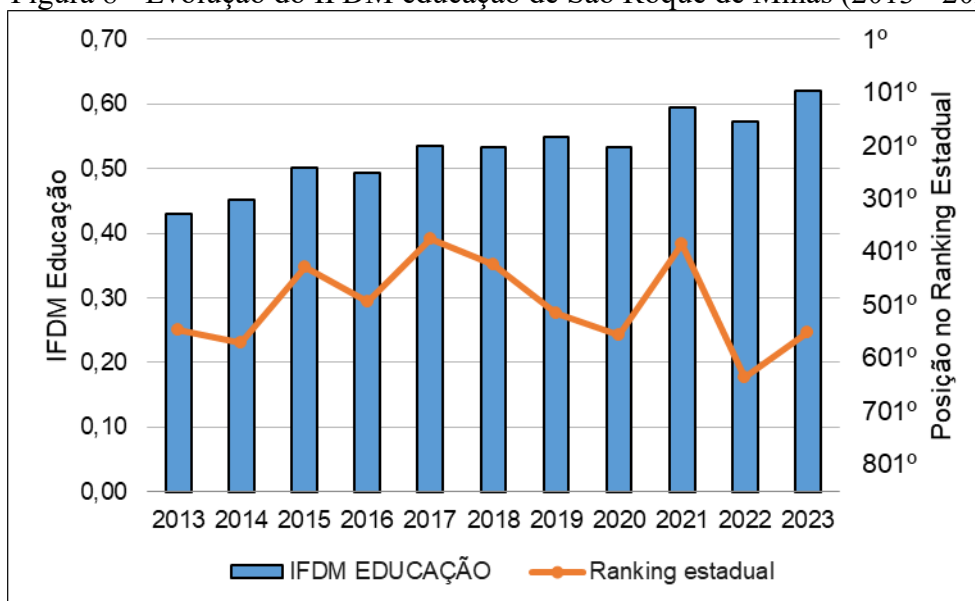
Figura 7 - Evolução do IFDM de São Roque de Minas (2013 - 2023).



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da FIRJAN (2025).

Como apresentado na Figura 7, nos últimos anos, especialmente com as quedas observadas em 2020 e 2022, quando o IFDM de São Roque de Minas apresentou quedas bruscas, seguidas de uma recuperação, o índice geral tem indicado uma melhora comparada ao cenário observado anteriormente, quando o índice estava de 2013 até 2018 entre 0,5 e 0,6, o que significa “desenvolvimento baixo”. A partir de 2019, com exceção do ano de 2020, o IFDM de São Roque de Minas está acima de 0,6, indicando desenvolvimento moderado, conforme a classificação da FIRJAN (2025). A seguir são apresentados os valores do IFDM para os três eixos do índice: educação, saúde e emprego e renda, figuras 8, 9 e 10, respectivamente.

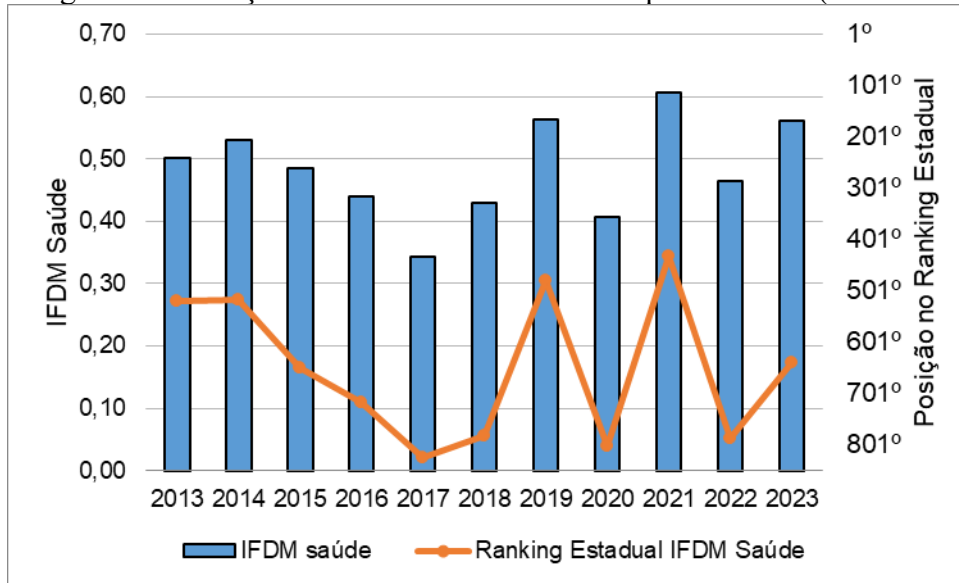
Figura 8 - Evolução do IFDM educação de São Roque de Minas (2013 - 2023).



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da FIRJAN (2025).

No eixo educação, que considera diversos indicadores como taxa de matrícula em creches, distorção idade-série, IDEB, taxa de abandono nos ensinos fundamental e médio, entre outros, nota-se que ainda há desafios a superar. O município se mantém no pior patamar: “desenvolvimento crítico” durante toda a série, indicando que ações devem ser tomadas para que a educação do município consiga atingir resultados melhores.

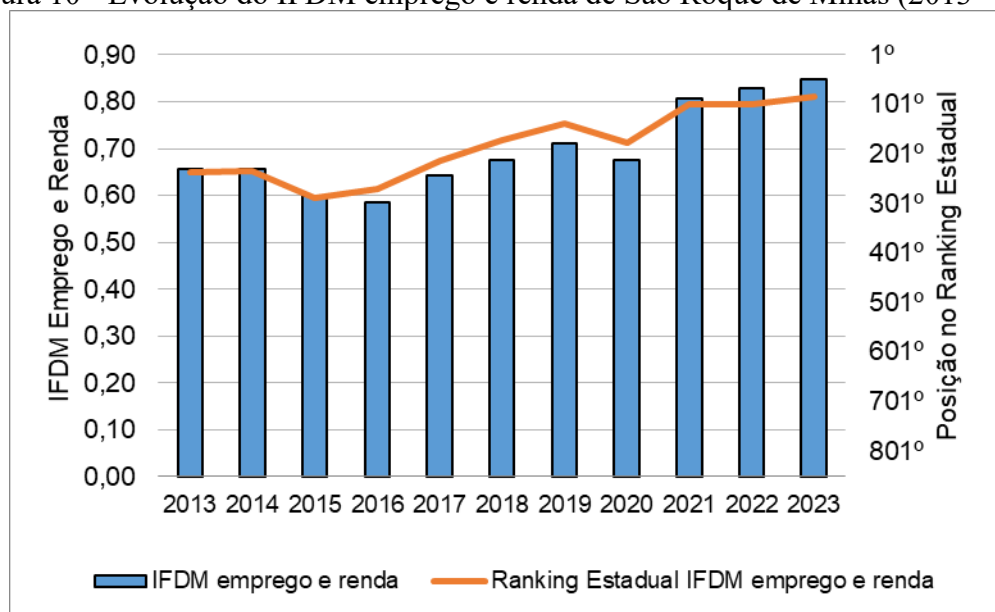
Figura 9 - Evolução do IFDM saúde de São Roque de Minas (2013 - 2023).



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da FIRJAN (2025).

Na saúde, nota-se que o município tem enfrentado desafios. A partir de 2014, quando já tinha uma situação que denotava “desenvolvimento crítico”, a situação do município no índice passou por uma queda sistemática. Seguem-se algumas oscilações, mas, em 2023 o município apresenta um índice considerado de baixo desenvolvimento, mostrando que a saúde ainda merece atenção do poder público e dos atores locais, pois o município tem figurado, há alguns anos, entre os piores ranqueados no estado de Minas.

Figura 10 - Evolução do IFDM emprego e renda de São Roque de Minas (2013 - 2023).



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da FIRJAN (2025).

São Roque de Minas se destaca no IFDM Emprego e Renda. Nesta dimensão, que avalia absorção da mão de obra formal, proporção de desligamentos voluntários, PIB per capita, participação dos salários no PIB, população pobre ou de baixa renda e diversidade econômica, o município figura, desde 2021 entre os 100 melhores ranqueados no estado de Minas Gerais. É possível notar que o indicador saiu da classificação “desenvolvimento baixo” para “desenvolvimento alto” entre 2020 e 2023, demonstrando a boa recuperação da atividade econômica no município após a pandemia.

De uma forma geral, os indicadores mostram que São Roque de Minas produz, gera emprego, renda, especialmente através da agricultura, mas ainda precisa enfrentar desafios para se desenvolver em aspectos do desenvolvimento humano para além da renda, como melhores condições de educação para as crianças e jovens e uma maior atenção à saúde.

4.1.2 A Sicoob Sarom

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão⁵ de São Roque de Minas Ltda. – Sicoob Sarom, é uma instituição financeira não bancária sem finalidade lucrativa formada por seus associados e destinada a prestar serviços exclusivamente a estes. Foi constituída em 09 de junho

⁵ O termo “Livre Admissão” se refere a uma categoria de cooperativa de crédito que permite a entrada de qualquer pessoa física ou jurídica como associada, independentemente da profissão ou vínculo específico com outra organização, desde que a pessoa resida ou tenha atividade na área de atuação definida no Estatuto Social da cooperativa. A Resolução nº 3.106 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 25 de junho de 2003, flexibilizou as exigências de necessidade de laços comuns entre membros para admissão em cooperativas de crédito e autorizou a constituição e transformação de cooperativas de crédito para o modelo de Livre Admissão.

de 1991, no município de São Roque de Minas, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, no dia 31 de julho do mesmo ano.

A criação da cooperativa de crédito naquele momento buscou responder a um problema comunitário em São Roque de Minas: a ausência de uma instituição que oferecesse os serviços financeiros básicos necessários. Em 1991, a Minas Caixa detinha a única agência bancária que atuava no município, que encerrou as atividades, pois o governo federal, respondendo também a interesses externos, iniciou a desregulamentação e privatização do setor bancário no Brasil (Gava, 2008).

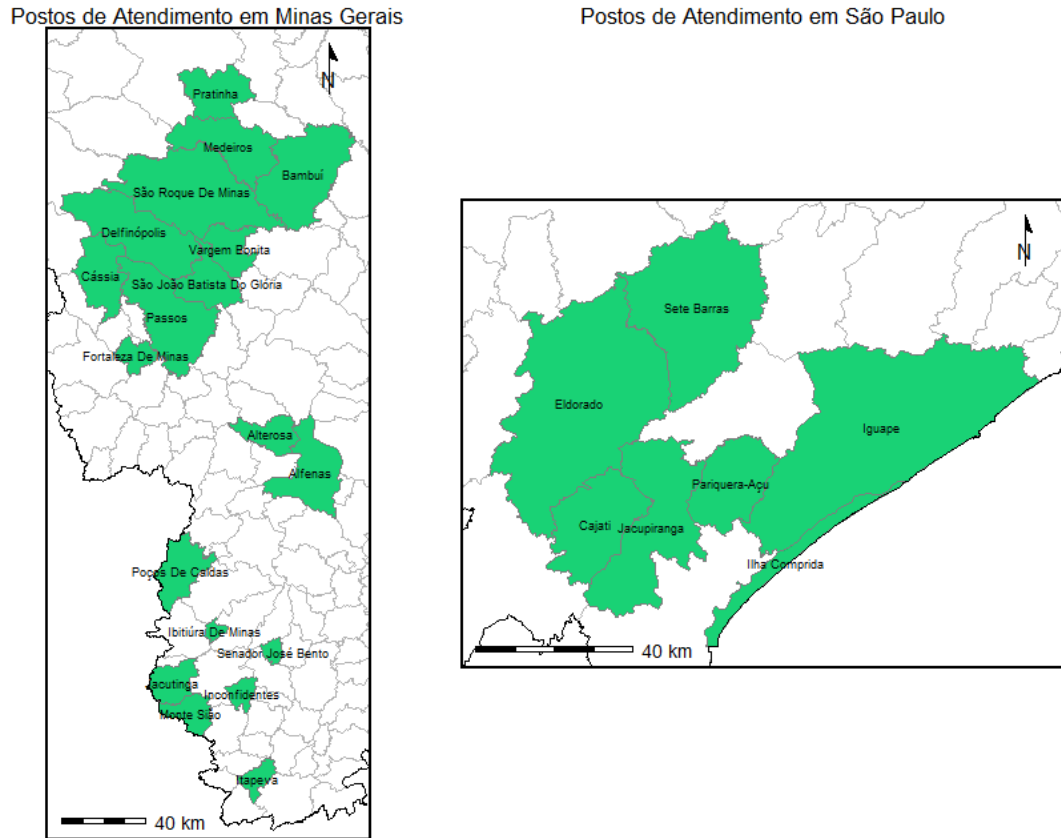
Sob a justificativa dada pelos gerentes de bancos à época, “São Roque não era uma praça bancária”, como narra o presidente da cooperativa, João Leite, no livro “A cidade morria devagar”, em ocasião na qual buscou apoio para levar uma agência de alguma instituição financeira para o município e ouviu tal justificativa. A população de São Roque de Minas, desassistida de serviços financeiros, começou a enfrentar desafios para realizar transações financeiras, efetuar pagamentos de contas, receber salários e benefícios, acessar crédito, poupar, entre os diversos serviços financeiros que todo cidadão necessita no dia-a-dia.

Neste cenário, toda a movimentação financeira através de instituições financeiras foi transferida para a cidade vizinha Piumhi, distante 64 quilômetros da sede de São Roque de Minas por estrada sem pavimentação, fazendo com que todos os cidadãos que necessitassem receber salários ou acessarem outros serviços financeiros, em especial os aposentados e servidores públicos, passassem a se deslocar mensalmente a Piumhi, o que ocasionou num vazamento de recursos de São Roque de Minas para Piumhi, prejudicando em grande medida a economia municipal. A criação da cooperativa de crédito em São Roque de Minas possibilitou que a movimentação financeira retornasse à cidade, além de possibilitar melhoria na oferta de crédito e na prestação dos demais serviços financeiros.

Atualmente, a Sicoob Sarom está presente em 26 municípios dos estados de Minas Gerais e São Paulo, com uma rede de atendimento que conta com 29 Postos de Atendimento, sendo 22 destes em Minas Gerais e outros 7 no estado de São Paulo. Em Minas Gerais, os municípios atendidos pela cooperativa são: Alfenas, Alterosa, Bambuí, Cássia, Delfinópolis, Fortaleza de Minas, Ibitiúra de Minas, Inconfidentes, Itapeva, Jacutinga, Medeiros, Monte Sião, Passos, Poços de Caldas, Pratinha, São João Batista do Glória, São Roque de Minas, Senador José Bento e Vargem Bonita. No estado de São Paulo, a cooperativa tem Postos nos municípios de Cajati, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Jacupiranga, Pariquera-Açu e Sete Barras, todos

situados na região do Vale do Ribeira (Sicoob Sarom, 2025). A Figura 11 mostra a área de atuação da cooperativa nos estados de Minas Gerais (à esquerda) e São Paulo (à direita).

Figura 11 - Municípios atendidos pela Sicoob Sarom.

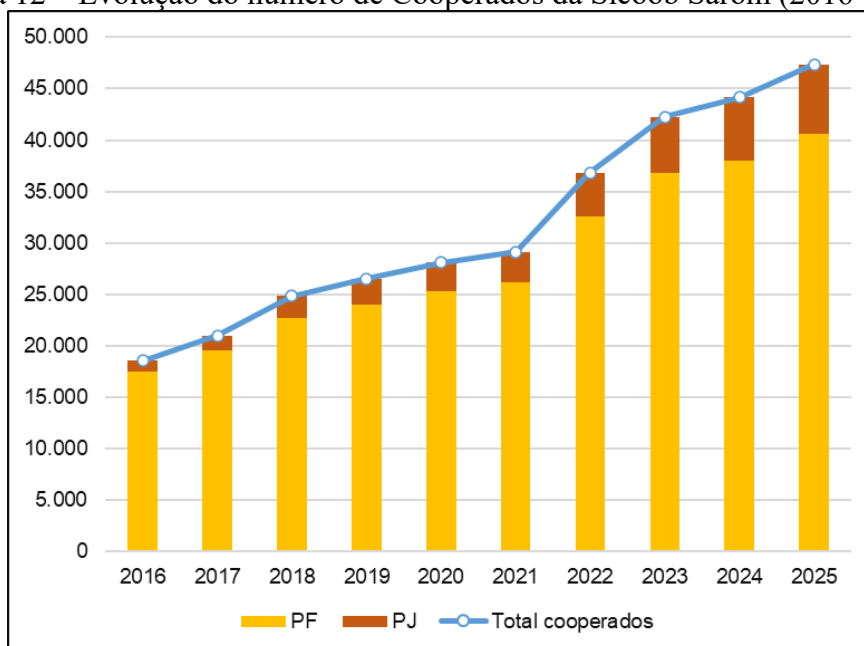


Fonte: elaborado pelo autor através do Software R, com dados do BCB em março de 2025.

A cooperativa oferece a seus associados uma gama de produtos e serviços financeiros: conta corrente, cartões, linhas de crédito diversificadas, investimentos, previdência, seguros, consórcios, saques, débito automático, pagamentos, entre outros (Sicoob Sarom, 2025).

Ao longo dos anos a cooperativa tem crescido, inaugurando novas agências e expandindo sua área de atuação para o Sul de Minas e para o Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. A expansão recente se reflete no número de associados, que mais do que dobrou nos últimos 10 anos, como mostra a Figura 12.

Figura 12 – Evolução do número de Cooperados da Sicoob Sarom (2016 - 2025).



Fonte: BCB (2025).

A Sicoob Sarom também se apresenta como uma instituição que se interessa pelo desenvolvimento da comunidade. São diversos os projetos e iniciativas de cunho educacional e socioeconômico apoiadas e lideradas pela cooperativa, com destaque para a promoção de uma série de investimentos sociais usando recursos advindos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), um fundo que deve ser mantido por toda cooperativa por exigência legal da Lei 5.764/71, que pelo menos 5% das sobras líquidas do exercício devem ser destinadas a este fundo (BRASIL, 1971).

Um projeto de destaque, desenvolvido pela cooperativa, desde 2013, é O Movimento CoopEducação, cuja intenção é replicar nas escolas públicas de São Roque de Minas o modelo de educação cooperativista, empreendedora e financeira adotado na Cooperativa Educacional Sarom – CES, cooperativa educacional criada através da cooperativa de crédito em 1999. A cooperativa descreve, em seu Balanço Social que o propósito do projeto é “contribuir com o desenvolvimento de futuras lideranças locais” (Sicoob Sarom, 2019).

O CoopEducação está presente em 16 municípios na área de atuação da cooperativa, totalizando 119 escolas atendidas, 2,2 mil professores, que foram capacitados a trabalhar temas como educação financeira e cooperativismo em sala de aula. Estes professores recebem capacitações oferecidas pela cooperativa, que possuem o intuito de provocar a reflexão sobre a importância da cultura empreendedora no território. Como resultado, segundo dados da Sicoob Sarom, até 2024 foram 44 mil estudantes impactados durante todo o período de realização do projeto. O Movimento CoopEducação foi reconhecido nacionalmente pela Organização das

Cooperativas Brasileiras em 2024 através do Prêmio Somos Coop, na categoria cultura cooperativista. (Sicoob Sarom, 2019; Sicoob Sarom, 2024).

Outra premiação ocorreu no ano de 2022, em que a trajetória da Sicoob Sarom foi reconhecida com o selo global do Reconhecimento Inovação com Propósito no Cooperativismo Financeiro – Recip, uma iniciativa do Instituto Fenasbac - Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central, que busca reconhecer e divulgar cooperativas de crédito que estão alinhadas aos princípios cooperativistas, promovendo a “inovação com propósito”. Devido a sua participação no Recip, a Sarom representou o cooperativismo de crédito brasileiro no *United in Sustainability Credit Union Summit* (Cúpula das Cooperativas Financeiras Unidas na Sustentabilidade) – promovido na sede das Nações Unidas (ONU), em Nova York (Sicoob Sarom, s.d.).

A cooperativa também é destino de quem deseja conhecer e aprender com as ações de investimento social e estratégico da cooperativa. Durante todo o ano, diversos funcionários e dirigentes cooperativistas de várias regiões realizam visitas técnicas à Sicoob Sarom com a intenção de conhecer o modelo de atuação da cooperativa e trocar experiências. Segundo dados do Relatório Anual de Gestão do ano de 2024, 24 instituições visitaram a cooperativa de crédito durante o ano, entre cooperativas do sistema Sicoob e entidades como SESCOOP, SEBRAE e Banco Central do Brasil. A cooperativa destaca que estas visitas têm o intuito de conhecer o modelo de atuação adotado, e que a visita deste público também contribui para movimentar a economia local, pois os visitantes utilizam serviços dos setores hoteleiro, gastronômico e turístico, além de fomentar a intercooperação (Sicoob Sarom, 2024).

Atualmente, a cooperativa conta com 340 funcionários, distribuídos entre os dois centros administrativos em São Roque de Minas e os 29 Postos de Atendimento. A cooperativa se destaca como um importante empregador no município de São Roque de Minas, atraindo trabalhadores de cidades vizinhas.

4.2 A percepção dos atores locais sobre a atuação da Sicoob Sarom no contexto de São Roque de Minas

A percepção dos atores locais sobre o papel da Sicoob Sarom para o município de São Roque de Minas constitui uma importante fonte de informação para avaliar os desdobramentos que a cooperativa gerou no contexto local. A partir da observação realizada no município pelo pesquisador, somando-se a isso as entrevistas com diversos cidadãos (cooperados e não cooperados da Sicoob Sarom) dão a dimensão das contribuições da cooperativa em diversos aspectos da vida em São Roque de Minas.

Para a organização das informações obtidas a campo sobre aspectos da vida em São Roque de Minas e das contribuições da Sarom para o desenvolvimento endógeno no município, as informações obtidas nas entrevistas e registradas no diário de campo a partir da observação foram categorizadas em 4 tópicos: (1) Geração de renda e apoio à atividade produtiva local; (2) Relações com a comunidade e capital social; (3) Educação financeira, inclusão e cidadania econômica; e (4) Limites e desafios percebidos.

Na primeira categoria, denominada “Geração de renda e apoio à atividade produtiva local”, os relatos mostram um outro desdobramento da atuação da cooperativa de crédito na comunidade é a geração de empregos diretos. São mais de 340 funcionários, dos quais boa parte trabalha em São Roque de Minas, nos dois Centros Administrativos e na agência.

"A Sarom é *muitas* famílias. A gente imagina assim: 'ah, só a família dos funcionários'... Não é, né? A Sarom já tá com mais de trezentos funcionários... Claro, a família dos funcionários é beneficiada diretamente. Por quê? Eu tô trabalhando, né? Tô gerando, ajudando nas despesas da casa, melhorando minha vida, da minha família... *Mas, igual no caso dos produtores rurais... tanto o produtor em si quanto o funcionário dele tá na Sarom. Então, gera muito emprego e a gente pode dizer que a Sarom, aqui onde ela atua – principalmente em São Roque, Vargem Bonita, nos municípios menores – tá dentro da casa de todo mundo, beneficiando a cidade toda.* (Entrevistado 8)

Nos grifos nota-se que o entrevistado também dá ênfase ao fato da cooperativa, por atuar na comunidade, também contribuir para a geração de empregos indiretos. Também foi relatado pelos entrevistados que o município ainda enfrenta dificuldades, mas que a atuação da cooperativa e da APROCAN (Associação dos Produtores de Queijo da Serra da Canastra) contribuíram para a superação de algumas destas dificuldades.

São Roque melhorou muito né, a questão turística e o queijo antes era aquela clandestinidade. Levava pra São Paulo que ia levando escondido, com multas, correndo do IMA... *e aí começou a questão da APROCAN e o Sicoob e acho que daí pra cá que as coisas começaram a dar uma visibilidade maior e organizar também.* (Administração Pública 2).

Outro entrevistado destaca o papel que a Sicoob Sarom teve no passado ao fomentar a economia local através dos investimentos, especialmente na agricultura do município.

Sem ela [Sicoob Sarom] acho que a gente estaria... ele [João Leite, presidente] usava a expressão morta, mas não digo morta, estaria bem na lentidão, igual era antes... *imagina, sem a cooperativa, todo o investimento que foi feito... leite, café, principalmente a parte de agricultura, a gente tava aí com vinte por cento do que nós somos hoje.* (Entrevistado 12).

Na categoria “Relações com a comunidade e capital social”, alguns associados destacam também a importância da proximidade e do atendimento humanizado na cooperativa:

O banco [cooperativa de crédito] precisa equilibrar tecnologia e atendimento humano, especialmente porque *muitas agências estão localizadas no interior, onde o público ainda*

valoriza o contato pessoal. Hoje, os bancos tradicionais estão totalmente informatizados — você chega, faz seu movimento e quase não vê gente. Mas, no nosso caso, a realidade é diferente: muitos clientes vêm da roça, gosta de conversar, de perguntar, de ter um atendimento mais próximo. Muitos também ainda têm bastante dificuldade com tecnologia, precisam de ajuda. Por isso, a cooperativa não pode ficar para trás em inovação, mas também não pode abandonar o lado social. Aqui, as pessoas querem ser atendidas por alguém que conhecem — um parente, um amigo, um vizinho. Esse vínculo faz diferença. (Entrevistado 8)

O banco [cooperativa de crédito] cresce quando consegue unir a eficiência digital com *um serviço humanizado, principalmente nas cidades pequenas, onde a comunidade é mais carente desse tipo de atenção, então isso faz a diferença.* (Entrevistado 7)

E é bem mais barato... E se você chegar não pode pagar ele negocia. ‘Não, mas você já pagou tanto, você pode refazer isso aqui.’ *Então é um banco que facilita.* É a e outra coisa importante tem essa questão, tudo informatizado, mas tem que isso é o mais importante [...] as pessoas do banco. Hoje você faz negócio é no computador, é no celular. E *lá na Sarom quem te atende é gente de carne e osso. Te atende. Isso aqui é muita diferença. Você está conversando com a pessoa, você está olho no olho.* (Entrevistado 11).

Nos grifos, nota-se que diversos associados valorizam o atendimento da cooperativa e destacam que o fato de serem atendidos por pessoas da comunidade, que conhecem e mantêm relações de confiança é um diferencial da cooperativa, gerando proximidade e auxiliando associados que enfrentam dificuldades de lidar com canais digitais. Por se tratar de uma cooperativa de crédito que atua no interior, existe um perfil de associado que ainda valoriza o contato humano, com a opção de ser atendido por funcionários da cooperativa.

A agência também funciona frequentemente como um espaço de socialização e troca de informações. Diversos cooperados frequentam a agência diariamente, que funciona como um espaço de trocas, conversas e de relacionamento entre os próprios associados e destes com colaboradores da cooperativa e diretoria, aproveitando até mesmo para fazer reivindicações ou estabelecer parcerias de negócios (Notas de campo, maio de 2025). Essa dinâmica também é relatada em uma fala de um colaborador da cooperativa:

Aqui o pessoal faz negócio, você vê que tem o sofá aqui, tem os banquinhos lá fora, então sempre eles estão sentados aqui, bate papo, faz negócio, aqui que acontece a catira, então sempre os associados estão por aqui, conversando (Funcionário Sarom 2).

Segundo Zeuli e Radel (2005), o espaço físico das cooperativas muitas vezes serve como um ponto de encontro de conexão vital para a comunidade, proporcionando um local físico onde os cooperados e não cooperados podem se encontrar e interagir informalmente. Além disso, ao oferecer oportunidades de maior interação entre a comunidade, as cooperativas constroem capital social. Para Fairbairn (2004), as cooperativas têm o potencial de envolver diversos segmentos de uma comunidade que talvez não tenham outra razão ou oportunidade para interagir.

Na terceira categoria, “Educação financeira, inclusão e cidadania econômica”, destaca-se o cenário de dificuldades enfrentado antes da constituição da cooperativa, especialmente com o fechamento da MinasCaixa, que fez com que a população tivesse dificuldade para acessar serviços financeiros, gerando exclusão financeira.

“Depois que abriu o banco [cooperativa de crédito] aqui as coisas melhoraram muito... Porque *imagina só, depois que a MinasCaixa fechou as portas, pra depositar um dinheiro a gente tinha que sair da roça, chegava aqui e ainda tinha que ir em Piumhi então era um sofrimento danado pra resolver uma coisa simples. Tinha gente que morava mais longe tinha que viajar mais de 100 km, tudo estrada de terra... Imagina os aposentados, gente de idade, todo mês tinha que receber, arrumava um carro, juntava e ia... sofrimento*” (Entrevistado 9).

[A MinasCaixa] Fechou, acabou! Não tinha nada. *Os queijeiros levavam os queijos e não tinham onde depositar o dinheiro... Os aposentados recebiam, mas não tinha onde pagar. Foi virando aquela... como se diz... aquela tristeza, aquela coisa. Tinha uns aposentados... Nosso município era muito grande, né? Muito grande. Tinha aposentado que morava a mais de cem quilômetros. Vinha naquela pobreza pra entregar um dinheirinho, pra comprar coisinha e voltar. Ai eles vinham, chegava aqui... não tinha onde receber! Tinha que pagar mais pra ir pra Piumhi. Chegava lá, ele comprava... o dinheirinho que ia sobrar só dava, como se diz... tinha que pagar pra andar, porque não tinha carro. Eles não tinham, né? E aí comprava as coisinhas tudo lá no Piumhi.* (Entrevistado 7)

E aí a cidade começou em declínio [...] São Roque já era rica, tinha a Minas Caixa que acabou em 90. Em 91 Começou o Sicoob Sarom, né? O que acontece... Os aposentados iam para Piumhi, receber aposentadoria. Chegava lá e eles iam no comercio e apontava o que eles precisavam, fazia a compra do mês. Conclusão, o dinheiro que estava aqui ia circular lá em Piumhi. *Recebia um salário, gastava metade comprando a cesta básica do mês, outra metade ficava pro transporte. Esse dinheiro ficava lá. Né? Foi um êxodo porque a juventude estava indo embora também, não tinha emprego não tinha nada.* [...] (Entrevistado 11)

Os grifos evidenciam a situação observada no município com a falta de acesso a serviços financeiros e as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos, fazendo com que fosse necessário o deslocamento para realizar operações financeiras básicas, como o recebimento de valores, como as aposentadorias, pagamento de contas e depósitos. Fica evidente a contribuição da cooperativa de crédito para a inclusão financeira no município, onde, a partir de um cenário no qual a população se viu desamparada em relação ao acesso a serviços financeiros, a cooperativa surgiu como uma solução para estes problemas enfrentados pela população, que geravam dificuldades diversas, como deslocamentos longos e dispêndio de recursos para acessar serviços financeiros básicos, além de tirar a movimentação financeira de São Roque de Minas.

Para além da promoção de inclusão financeira a partir da atividade principal da cooperativa de crédito, os atores locais destacam as ações da cooperativa que contribuem para a formação e qualificação das pessoas. Entre as principais ações está a Cooperativa Educacional

Sarom – CES, criada por meio de iniciativa da Sicoob Sarom em 1999 e que ainda recebe apoio da mesma, também é uma instituição destacada por uma entrevistada:

"Na escola [cooperativa educacional] sempre tem que pagar a mensalidade, tem que pagar. Mas assim, o preço que paga lá é como diz... *o mínimo. E é um material muito bom. Inclusive minha filha... estuda em Brasília, mas estudou aqui desde o maternal.* Ela se forma agora esse ano. E ela fala assim: *'Mãe, ainda bem que a professora cobrava tanto, pra ler tanto. Mãe, minha escola é boa mesmo!'*" (Entrevistado 7)

O ensino lá é muito bom, minha filha estudou lá, hoje estuda na faculdade estadual, conseguiu passar em Passos, tenho dois sobrinhos médicos que estudaram lá também... Então o ensino é muito bom, *a escola cooperativa já deve ter ajudado a formar mais de vinte médicos, de gente daqui, a gente até perde as contas.* (Entrevistado 12).

A cooperativa educacional é um modelo privado onde os pais dos alunos se associam e pagam a mensalidade para que seus filhos acessem os serviços educacionais da cooperativa. Portanto, a escola não é acessível à todas as pessoas, fato que fez com que a Sicoob Sarom observasse a possibilidade de replicar o modelo de educação cooperativista, empreendedora e financeira adotado anteriormente apenas na Cooperativa Educacional Sarom – CES para as escolas do município de São Roque de Minas. Assim, desde 2013, O projeto CoopEducação é viabilizado pela Sicoob Sarom em parceria com o Poder Público local, e com instituições como o SEBRAE, OCB/Ocemg/Sescoop, AEF-Brasil/Banco Central do Brasil, e têm sido visto como produtivo pela administração pública do município, como é possível identificar a partir da fala de alguns responsáveis pela administração pública e educação municipal:

[A Sicoob Sarom] também ajuda muito com o treinamento de profissionais mesmo, dos alunos e a gente desenvolve, aí tem um material, tem um professor contratado para trabalhar nessa área [...] *E esse movimento é desenvolvido durante o ano levantando questões de valores, valores pessoais, de compromisso dos meninos, incentivando aí a questão do cooperativismo, da educação financeira no dia a dia deles, na vivência que eles têm de casa, [...]* E aí a gente tem a culminância desse projeto no final do ano [...] e aí o Sicoob sempre junto nessa *capacitação tanto pros alunos como pros professores* (Administração Pública 3).

O cooperativismo é muito conhecido aqui por causa da escola também... Antes era trabalhado só na escola particular [...] depois quando passou a trabalhar nas escolas, com a parceria na feira pra divulgar... As feiras do empreendedorismo que trabalham muito isso [...] *Quando você está na feira você tem que ser presidente da diretoria, lá está com os alunos nas cooperativas (escolares) e isso desenvolve muito essa coisa nas crianças, do comércio, de entender o valor do dinheiro.* [...] eu falo que educação financeira tem que ser trabalhada nas escolas, porque muitos pais não falam disso com os filhos, né? Então o empreendedorismo, o cooperativismo, educação financeira têm que ser trabalhados com as crianças para formar os adultos com menos problema financeiro. *E isso ajuda a cidade, a economia, a vida toda.* [...] *Como que vai surgir pessoas com empreendimento? Aquelas pessoas que vão formar novas empresas? A cidade precisa disso, que nem todo mundo às vezes têm condição financeira, quer abrir uma empresa.* (Administração Pública 7).

Até na produção rural a gente tá vendo isso [...] antes tinha muita vergonha de certas profissões, dos pais. Hoje eles olham isso, como o queijo mesmo. Antes eles tinham vergonha de contar ‘Meu pai é produtor’ *Hoje não, né? Hoje ele tem uma visão, tem orgulho, tem uma visão diferente. E ajuda o pai, a mãe [...] a mudar totalmente a produção* (Administração Pública 4).

Ainda no sentido da formação de capital humano local, os projetos educacionais e as parcerias entre a cooperativa de crédito e as escolas permitem a identificação de talentos, que podem vir a ser futuras lideranças locais e futuros colaboradores da cooperativa de crédito. Segundo um gestor entrevistado, esse movimento já vem acontecendo com a contratação de jovens aprendizes e de colaboradores que são egressos da cooperativa educacional e das escolas públicas que passaram pelos projetos de educação cooperativista, empreendedora e financeira apoiados pela Sicoob Sarom.

A gente já consegue ter uma noção, a partir dos projetos, das cooperativas mirins, dos alunos que se desenvolvem mais, que se destacam, que podem no futuro ser funcionários da cooperativa, sempre tem [...] então a gente já fica de olho pra trazer gente boa pra Sarom... e gente jovem. A gente já tem muitos funcionários, jovens aprendizes, que estudaram na cooperativa educacional, que participaram dos projetos de educação cooperativista, empreendedora e financeira, que hoje estão aqui com a gente, então é mais fácil, porque conhecem a cooperativa desde novos, visitam, conhecem o cooperativismo também. (Funcionário Sarom 2).

“E aí junto com o Banco Central e com a OCEMG a gente treinou os professores de São Roque de Minas em educação financeira implementou isso nas escolas e o resultado a gente nota nos meninos hoje. Então os meninos já estudam tudo isso né? E claro a Sarom faz isso porque *hoje nós já temos mais de quarenta por cento dos nossos colaboradores ex-alunos desse programa, tanto a escola cooperativa quanto da escola pública*” (Presidente do Conselho de Administração).

Desta forma, as ações que a cooperativa fomenta nas escolas, como as feiras, a formação de cooperativas-mirins e todo o programa de educação cooperativista, empreendedora e financeira, rendem frutos à própria cooperativa, pois permite identificar pessoas com potencial para contribuir e fazer parte do quadro de colaboradores. Conforme Zeuli e Radel (2005), a contribuição de uma cooperativa para o desenvolvimento de capital humano (educação, habilidades e experiência) pode ser seu impacto mais substancial no desenvolvimento da comunidade.

De forma relacionada, a capacitação também é destacada por quem faz parte do quadro de funcionários da Sicoob Sarom, que avalia que a cooperativa fornece estímulos para funcionários se capacitarem e aprimorarem suas habilidades para o exercício das funções, gerando crescimento de carreira. Nos grifos, é perceptível este contexto:

“Eu estou buscando aprender cada vez mais, me qualificar pra contribuir com a cooperativa. [...] *Eu me desenvolvi muito aqui, ainda mais depois que assumi essa função, a gente sempre tá fazendo curso, já fui em Belo Horizonte fazer curso, a gente faz networking e até por aqui mesmo a gente consegue se capacitar, com um MBA, um curso, então tem muita oportunidade pra se desenvolver como profissional e ajudar a cooperativa a crescer também [...] E a gente cresce junto.*” (Funcionário Sarom 3).

Esta fala indica que a cooperativa, como aponta Zeuli (2001), além de promover a educação dos associados, princípio básico do cooperativismo, ajuda a desenvolver o capital humano local através de oportunidades educacionais que também são estendidas e diretores e funcionários, e são oferecidas em áreas que vão além do negócio principal.

Na última categoria, são apresentados os “Limites e desafios percebidos”, nota-se que o município de São Roque de Minas se desenvolveu ao longo das últimas décadas, com uma participação da cooperativa de crédito em diversas ações, mas ainda enfrenta desafios substanciais na assistência social, na saúde e até mesmo na educação, como evidenciam indicadores como o Índice FIRJAN, discutido na seção anterior.

A grande maioria destes desafios fogem da alçada de atuação da cooperativa de crédito, cujo enfrentamento depende de uma atuação mais efetiva do poder público. Porém, como destacado pelos entrevistados, a cooperativa busca atuar em áreas que extrapolam sua atividade-fim, engajada na solução de problemas comunitários através da mobilização de recursos locais e promoção de ações em geral que beneficiam a comunidade e buscam solucionar ou mitigar problemas locais, como é possível observar nos grifos:

E aqui a Sarom ela ajuda todas entidades aqui, asilo, APAE, creche, as escolas, tudo que for em prol do crescimento de São Roque ele está ajudando, agora está com a grande obra a fazer que é o novo hospital. [...] A coisa que está quente agora é isso. Tem uma empresa de Belo Horizonte no projeto que é especializada nisso, surgiu essa ideia de fazer um hospital, uma ideia do Joãozinho. (Entrevistado 11).

Quando o João foi viajar pra fazer o treinamento lá fora do Brasil e aí ele viu que fora do Brasil que internet era algo muito comum e *pra nós aqui não. É. Aí ele veio e mobilizou a turma para uma cooperativa de internet. Então a pessoa era cooperada na cooperativa e pagavam a mensalidade para uso da internet. Só que aí passou alguns anos a ANATEL veio aqui e mandou fechar porque era proibido [...] E aí teve que vender, mas foi bom porque antes disso a gente tinha que subir em morro pra poder pegar sinal, não tinha internet aqui”* (Administração Pública 4).

Alguns entrevistados destacam, ainda, que existem projetos em andamento, baseados nos problemas que a comunidade enfrenta, buscando usar os recursos locais para encontrar soluções para tais problemas, como no caso da gestão de resíduos sólidos através de uma associação que vai fazer a gestão e comercialização de materiais recicláveis e também para a

construção do novo hospital através de parceria entre a Prefeitura, a cooperativa de crédito e a comunidade.

“Além da conservação das estradas, *hoje um dos maiores problemas que a gente tem é o lixo [...]*” (Administração Pública 5)

"A Sarom tá fazendo um projeto em conjunto com a Prefeitura e com a associação que já foi criada, né? E essa associação ela vai se manter com a venda dos resíduos. Ela vai ter ali a remuneração que vai ser distribuída entre os associados [...] claro, devido às proporções ali e guarda um pouco pra investimento. Mas a princípio é isso... *vai funcionar em parceria com a prefeitura, mas vai ser mais um serviço... digamos, terceirizado. Até vai gerar economia pra prefeitura, melhorando a gestão dos resíduos*, gerando recurso e até mesmo emprego e renda. (Entrevistado 14)

Não só na questão do agro [onde já existe parceria] como agora nós vamos fazer uma parceria com a construção de um hospital novo. Isso é, a cooperativa vai estar entrando com terreno, projeto, consultoria... *E a gente vai fazer essa parceria, e as pessoas estão animadas com isso porque se der certo vai ser uma coisa muito boa.* (Administração Pública 1)

Há, ainda, uma expectativa crescente por parte da comunidade de que, além de melhorar a saúde no município, a construção do hospital possa trazer outros desdobramentos positivos, contribuindo até mesmo para a economia local e para a qualidade de vida das pessoas, como é possível observar na fala de uma entrevistada:

Mas com esse projeto do hospital agora... vai vir *muita gente*. Quantos médicos [...] muitas oportunidades, enfermeiro, médico, vai poder vir e *o pessoal não vai precisar sair daqui pra pagar consulta, vai facilitar. E o que que vai acontecer? A renda, o dinheiro... vai ficar aqui no município também, vai gerar economia para as pessoas.* (Entrevistado 10)

Essa expectativa reflete o grau de confiança que algumas pessoas depositam na cooperativa de crédito e nas ações por ela lideradas, tendo a cooperativa como referência no município, como é possível perceber na fala de um entrevistado:

Aí, a Sarom... *ela é referência aqui, não só para serviço bancário*. A comunidade vê ela como [...] como uma referência na cidade pra tudo, entende? É um ponto de apoio mesmo. Não só pela questão financeira, igual no começo, não tinha nada [...] A Sarom incentivou muita plantação de café, com as mudas, do milho, produção de queijo [...] não tinha nada. Tudo que você vê aqui em São Roque, no município todo, até lá na Vargem Bonita, tudo que tem na região pode procurar saber que a Sarom é parceira, a Sarom deu ideia, a Sarom ajudou, investiu, tudo. Tá tudo junto ali ajudando. (Entrevistado 7)

Tais iniciativas da Sicoob Sarom através de parcerias com o poder público objetivando a solução de problemas que a comunidade enfrenta atende ao princípio cooperativista “interesse pela comunidade”, porém Drumond (2010) salienta que tais ações partem de um compromisso que as cooperativas assumem com o meio social local, e que as ações de uma cooperativa devem estimular a prática da cooperação e de outras condutas compatíveis com um desenvolvimento

sustentável, que reduza a dependência externa em benefício de toda a comunidade. Este é, portanto, um diferencial de sociedades cooperativas, como Zeuli e Radel (2005) destacam que, por serem de propriedade e controle locais, as cooperativas podem perseguir objetivos sociais que não seriam oferecidos por empresas puramente orientadas ao lucro.

É importante ressaltar que a solução destes problemas estruturais não corresponde à atividade precípua da cooperativa de crédito, fato que não impede parcerias com o poder público ou ações estratégicas a partir do uso de fundos específicos para estes fins. Há limites para a atuação de toda instituição privada, que compreendem as esferas jurídicas e administrativas, além de recursos limitados para a atuação em problemas de ordem social e que demandam investimentos e recursos (financeiros e humanos) consideráveis para serem reduzidos.

Em síntese, os resultados demonstram que a cooperativa consegue atuar em diversas frentes na comunidade, funcionando como um “catalisador da mudança” ao mobilizar os recursos locais, identificando problemas e propondo soluções e parcerias através das capacidades do território, com vistas à promoção do desenvolvimento endógeno. Ao mobilizar capital social e financeiro locais, a cooperativa contribui para a autonomia da comunidade e, como os associados são atores comunitários, os recursos podem ser reinvestidos na própria região, evitando o vazamento de recursos e gerando desdobramentos positivos que promovem o desenvolvimento endógeno do território. Nota-se, ainda, a presença dos fatores que constituem o desenvolvimento endógeno elencados por Boisier (1999): atores, cultura, recursos, instituições, procedimentos e o entorno, apresentados a seguir:

Os atores do processo são os cooperados, a comunidade, as pessoas do poder público, associações, ou seja, todas aquelas que interagem no território e com a cooperativa em alguma medida. A cultura, pode ser identificada pelo desenvolvimento de uma cultura de cooperação no município, a partir da criação da Sicoob Sarom, em um ambiente de dificuldades e desconfiança, com a coexistência de uma cultura individualista, onde as pessoas almejam auferir mais recursos, o que contribui para desenvolver a economia e produção local.

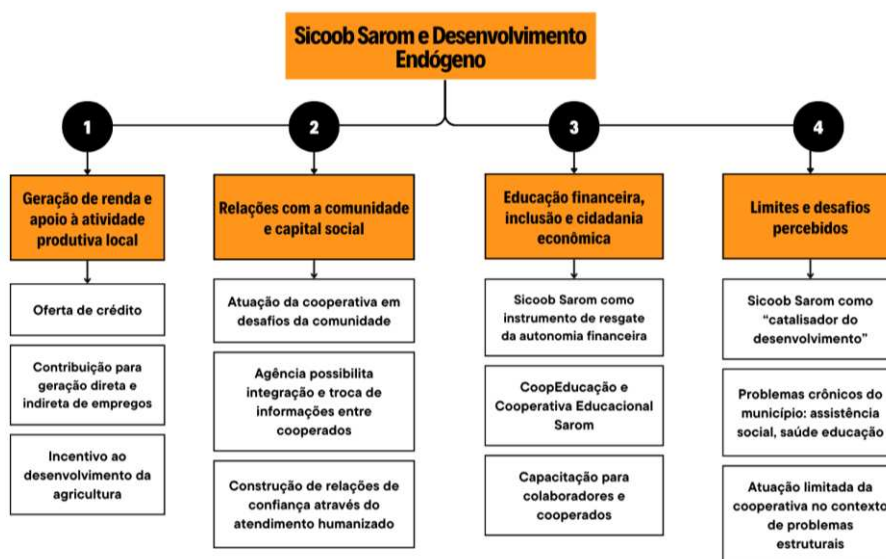
Quanto aos recursos, correspondem àqueles existentes no território. Além dos recursos materiais (naturais, financeiros), a cooperativa desenvolve recursos humanos através da construção de relações de confiança coletiva, desejo de acumulação e o objetivo da comunidade de se desenvolver baseado na associatividade. Também há um crescente interesse no município pelo desenvolvimento do turismo de base comunitária a partir do potencial dos recursos naturais da região, como cachoeiras, serras e belezas naturais diversas.

As instituições, envolvem essencialmente a administração pública, no contexto municipal, que foi e têm sido parceira da cooperativa, desde a primeira sede, que funcionou no imóvel da prefeitura, até os dias atuais, onde existem parcerias entre a cooperativa e poder público municipal, fato que demonstra sinergia entre as duas instituições.

Por fim, o entorno, compreendido tanto pela atuação regional da Sicoob Sarom, quanto pela interação território-Estado-mercado, representada pela capacidade da cooperativa de buscar parcerias externas e conseguir valorização, inclusive a partir do fomento da produção e desenvolvimento da marca do Território da Canastra - estratégia para promover a valorização da origem e estabelecer um controle de procedência dos produtos e serviços locais, para além do queijo. O presidente atua como um “embaixador” da cooperativa na região e também a nível nacional, participando de eventos e palestras por todo o país, disseminando a reputação da Sicoob Sarom e do território, através da história e das características e potencialidades locais, fazendo com que a imagem da cooperativa e da produção local estejam em evidência e em constante articulação com atores externos, com a capacidade de gerar oportunidades de negócios.

A Figura 13 traz uma síntese dos principais fatores identificados nas falas dos participantes da pesquisa, que demonstram os principais pontos de atuação da cooperativa para o desenvolvimento endógeno no município, em cada categoria de análise.

Figura 13 - Mapa mental das contribuições da Sicoob Sarom para o desenvolvimento endógeno de acordo com as categorias de análise.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou compreender como uma cooperativa de crédito pode contribuir para processos de desenvolvimento endógeno em um território através de sua atuação para a inclusão financeira e com ações de responsabilidade social, partindo da compreensão da realidade econômica do município e de sua microrregião, na qual a cooperativa de crédito se insere. Foi realizado um estudo de caso único, no município de São Roque de Minas, tendo a cooperativa de crédito Sicoob Sarom como objeto de estudo. Foram discutidos indicadores para São Roque de Minas e municípios da microrregião de Piumhi, para contextualizar o ambiente socioeconômico da região, sem intenção de estabelecer relações de causa e efeito entre estes indicadores e a presença da cooperativa, visto que os dados não controlam por heterogeneidades estruturais entre os municípios.

Com o auxílio destes indicadores, foi possível identificar que o município de São Roque de Minas gera emprego e renda essencialmente através da agricultura, com um Valor Adicionado da Agricultura superior à média do restante da microrregião de Piumhi, o que destaca a relevância da atividade no município. A atuação da Sicoob Sarom é importante neste contexto. Por ser a principal, e mais longeva instituição financeira do município, a cooperativa contribui, através da intermediação financeira para o desenvolvimento da agricultura local, principal setor econômico da região. Um exemplo de como a cooperativa de crédito contribuiu para o desenvolvimento da agricultura do município foi a construção, no fim dos anos 1990, com recursos advindos do FATES, um viveiro de mudas de café, que possibilitou o fornecimento de mudas a produtores mediante a entrega de sacas do produto após a colheita.

Dados do IFDM para saúde e educação indicam que o município enfrenta desafios nestes dois setores. A cooperativa exerce um papel importante para o desenvolvimento endógeno no município de São Roque de Minas ao contribuir para a mobilização de recursos locais em torno dos problemas que a comunidade enfrenta. Porém, a busca de resolução de problemas de ordem social através de filantropia não é papel primordial da cooperativa, por mais que o “interesse pela comunidade” seja um princípio cooperativista. Cabe ao poder público local a busca pela superação de desafios em serviços de educação, saúde e assistência social, o que não impede a parceria com a cooperativa de crédito, que deve ser estimulada, assim como iniciativas da Sicoob Sarom ao mobilizar capital social e financeiro para contribuir para a solução de problemas estruturais, como nos casos do Movimento CoopEducação e da construção do futuro hospital.

A atuação da Sicoob Sarom também rendeu resultados positivos em outros aspectos, descritos nas categorias de análise “formação de capital humano local” e “ações de

responsabilidade social” através dos investimentos em projetos voltados à resolução de problemas que a comunidade enfrentava. Assim, a cooperativa se apresenta como um agente que contribui para a promoção do desenvolvimento endógeno, através da mobilização de recursos e parcerias com poder público e comunidade, na busca de solução para problemas cotidianos, como no caso estudado, onde a cooperativa atua com projetos e parcerias na educação, assistência social, capacitação e até mesmo na saúde. Esse grande interesse se deve graças ao caráter comunitário das cooperativas, evidenciado por Zeuli e Radel (2005), cujas ações destas organizações devem ser orientadas por princípios, como educação e interesse pela comunidade.

Buscando uma visão do caso no contexto local, que permeia várias nuances, desde a oferta de crédito até ações de interesse pela comunidade pela cooperativa, o capítulo oferece reflexões sobre a atuação da organização estudada neste contexto, evidenciando que a atuação de uma cooperativa de crédito, diferente de uma instituição financeira bancária, pode, além de contribuir para a economia local, extrapolar sua atividade principal, com contribuições em outros níveis, como as parcerias estratégicas com o poder público e a comunidade local, gerando contribuições em outros setores além da intermediação financeira.

Os achados demonstram que a Sicoob Sarom possui um papel importante no contexto local, o que justifica as premiações e reconhecimentos que têm recebido e dialogam com resultados de estudos de caso realizados nos contextos de outras cooperativas de crédito, mostrando como as cooperativas de crédito possuem potencial de funcionar como um modelo capaz de contribuir para o desenvolvimento de comunidades através da atividade principal – a oferta de crédito e de serviços financeiros, contribuindo para a melhoria da atividade econômica de localidades, mas também a partir de iniciativas de responsabilidade social e que denotam a aplicação prática do interesse pela comunidade como um dos princípios fundamentais do cooperativismo.

Estudos futuros podem incorporar análises específicas a outras realidades e com diferentes comunidades, buscando compreender a estrutura destes programas e projetos de educação cooperativista, empreendedora e financeira, como os liderados pela Sicoob Sarom e que também acontecem em outras cooperativas, ou até mesmo dos projetos de investimentos na comunidade apoiados por cooperativas, que possuem potencial de gerar impactos positivos no contexto de pequenos municípios onde o poder público sofre de limitações ao implementar ações voltadas ao desenvolvimento endógeno.

CONCLUSÕES GERAIS

A divisão desta dissertação em dois capítulos buscou responder duas questões de pesquisa distintas, mas que dialogam entre si e contribuem para o entendimento das contribuições do cooperativismo de crédito. O crescimento, investigado através das variáveis estudadas no primeiro capítulo é um processo que interfere também no desenvolvimento endógeno, estudado no caso do segundo capítulo.

O primeiro artigo da dissertação buscou analisar empiricamente os efeitos da presença de cooperativas de crédito sobre variáveis relacionadas ao crescimento econômico dos municípios brasileiros, utilizando dados em painel e controles para captar o sentido e o efeitos das contribuições das instituições financeiras, considerando a presença destas instituições com uma defasagem. Foram examinadas três dimensões principais do crescimento local: o crescimento do PIB per capita, do emprego per capita e do número de empresas per capita, comparando os efeitos das cooperativas com os dos bancos comerciais. A estratégia metodológica permitiu distinguir as contribuições dessas instituições financeiras à dinâmica econômica municipal, com uma tentativa de considerar também o efeito temporal.

Os resultados indicaram que a presença de cooperativas de crédito está associada a um aumento nas taxas de crescimento da presença de empresas e do PIB per capita. Para a taxa de crescimento do emprego, os resultados não foram estatisticamente significativos. Portanto, conclui-se que as cooperativas de crédito possuem efeitos mais expressivos sobre o crescimento econômico local quando comparadas aos bancos, indicando que estas instituições têm maior potencial para estimular o crescimento econômico dos municípios, sobretudo em regiões menos desenvolvidas.

O segundo ensaio da dissertação buscou analisar como a Sicoob Sarom contribui para o desenvolvimento endógeno no município de São Roque de Minas. Para isso, foi conduzido um estudo de caso único com abordagem qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas com atores locais, análise documental e observação assistemática realizada em campo. A investigação procurou captar a atuação da cooperativa no contexto específico do território, considerando sua trajetória, os desafios enfrentados e as ações realizadas ao longo do tempo sob a percepção dos atores locais.

Os resultados indicam que a Sicoob Sarom atua como um agente que contribui para o desenvolvimento endógeno do município, não apenas através da oferta de crédito, mas também auxiliando na organização de cadeias produtivas, na formação de capital humano e para a articulação de ações voltadas à melhoria das condições de vida da comunidade, com base nos

problemas comuns. A cooperativa mostrou-se capaz de contribuir para mobilizar recursos financeiros e sociais do próprio território, atuando de forma complementar ao poder público em áreas como educação, saúde, capacitação e assistência social. Essa atuação multifacetada reforça a compreensão do cooperativismo de crédito como instrumento de desenvolvimento endógeno.

Porém, mesmo com a atuação da cooperativa no sentido de permitir a retenção de riqueza local, o fortalecimento de vínculos comunitários e o estímulo à autonomia do território frente às ausências estruturais do Estado, os indicadores para o município ainda demonstram que há um caminho a percorrer pois ainda podem ser percebidas dificuldades estruturais, especialmente na saúde e na educação. Deste modo, fica evidente que as cooperativas de crédito, mesmo que atuem de forma extraordinária e consigam obter êxito em algumas frentes, contribuindo para o desenvolvimento do município, têm atuação limitada na resolução de problemas estruturais cuja incumbência deve ser do Estado. Todavia, estas instituições devem ser chamadas à parceria em ações que visem o bem comum e demandem aproveitamento das potencialidades locais.

O estudo contribui para a literatura ao oferecer evidências empíricas sobre o papel das cooperativas de crédito em territórios carentes de soluções financeiras, especialmente em cenários de ausência de instituições financeiras e de políticas públicas efetivas que geram problemas sociais. Além disso, os resultados indicam que pode ser efetivo considerar o cooperativismo como um instrumento importante na promoção do desenvolvimento endógeno, baseada na valorização dos recursos locais e no protagonismo das comunidades.

É importante ressaltar algumas limitações do trabalho. Na abordagem quantitativa, uma limitação importante se refere ao método e sua incapacidade de resolver possíveis problemas de endogeneidade decorrente das variáveis observáveis, mesmo que o método de painel com efeitos fixos ajude a controlar heterogeneidades municipais. Aprimoramentos, como o uso de instrumentos ou de métodos alternativos, podem sanar esta limitação. Um outro aspecto que introduziu certa limitação foi a dificuldade de trabalhar indicadores de desenvolvimento como variáveis de resultado em modelos econométricos no caso da avaliação da presença de cooperativas. Estes indicadores usam muitas variáveis como componentes que poderiam ser usados como controles, dificultando a especificação de modelos que isolem o efeito da cooperativa na economia e consigam captar o efeito da variável de interesse.

Como estratégia, foram analisados dados que compõem alguns destes indicadores como variáveis dependentes na estimação econométrica. Porém, dada a natureza destes, não é

possível traduzi-los em “desenvolvimento”, mas como indicadores de crescimento econômico. Assim, a abordagem qualitativa, adotada no capítulo 2, tenta contornar tal problema em alguma medida, pois foi possível analisar contribuições da cooperativa em aspectos que denotam desenvolvimento, ou seja, para além da renda, oferecendo uma perspectiva complementar. Contudo, os resultados para o estudo de caso único não podem ser extrapolados, porém, constituem uma “ilustração” de como uma cooperativa de crédito pode vir a contribuir como o desenvolvimento endógeno de uma comunidade.

Assim, através das abordagens quantitativa e qualitativa sobre contribuições das cooperativas de crédito ao crescimento/desenvolvimento, espera-se que o presente trabalho possa contribuir para a atuação de entidades reguladoras, como o Banco Central do Brasil, que desempenha importante papel regulatório, além de formuladores de políticas de desenvolvimento. Espera-se que o trabalho auxilie na compreensão de como, e em que medida, as cooperativas de crédito podem exercer uma atuação estratégica no fortalecimento de economias locais, na retenção de recursos, e como agente de apoio ao desenvolvimento endógeno, especialmente em contextos onde o Estado não se faz presente de forma satisfatória e onde políticas de desenvolvimento baseadas em recursos locais podem ser capazes de produzir resultados satisfatórios.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Sergio Luis Náñez et al. Do credit unions contribute to financial inclusion and local economic development? Empirical evidence from Poland. **Economics & Sociology**, v. 16, n. 4, p. 110-129, 2023.
- ALVES, SD da S.; SOARES, M. M. O Banco Central e o cooperativismo de crédito. **O Cooperativismo de crédito no Brasil: do século XX ao século XXI**. Santo André: Editora Confabras, p. 213-224, 2004.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas**, n. 23, 2001.
- ASSUNÇÃO, Juliano. (2020). Benefícios do Cooperativismo de Crédito: impacto sobre a bancarização. Relatório de Pesquisa. Sicredi. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2020/07/beneficios-do-cooperativismo-de-credito.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63-76, 2000.
- BALTAGI, Badi H.; BALTAGI, Badi H. Limited dependent variables and panel data. **Econometric analysis of panel data**, p. 291-335, 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.
- BAUER, Keldon J.; MILES, Linda L.; NISHIKAWA, Takeshi. The effect of mergers on credit union performance. **Journal of Banking & Finance**, v. 33, n. 12, p. 2267-2274, 2009.
- BCB. Banco Central do Brasil. **Relatório de Cidadania Financeira 2021**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.
- BCB - Banco Central do Brasil. (2024b). **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama> Acesso em: 16 ago. 2024.
- BECK, Thorsten; DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; LEVINE, Ross. Finance, inequality and the poor. **Journal of economic growth**, v. 12, p. 27-49, 2007.
- BECKER, Gary Stanley. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education**, 2d ed. New York: National Bureau of Economic Research. 1975.
- BESLEY, Timothy; GHATAK, Maitreesh. Incentives, choice, and accountability in the provision of public services. **Oxford review of economic policy**, v. 19, n. 2, p. 235-249, 2003.

BOISIER, Sergio. *El difícil arte de hacer región: el proyecto de desarrollo de la región del Biobío en Chile*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 1992.

BRASIL, Atlas. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2025**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 25, jun, 2025.

BRASIL. Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932. Reforma as disposições do Decreto Legislativo nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. *Diário Oficial da União: seção 1*, p. 23386, 19 dez. 1932.

_____. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 31 dez. 1964.

_____. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 16 dez. 1971.

_____. Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. *Diário Oficial da União*, 17 abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/microdados-rais-e-caged>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O processo histórico do desenvolvimento econômico**. 2007. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/>. Acesso em: 28 mai. 2025.

BREUSCH, Trevor S.; PAGAN, Adrian R. The Lagrange multiplier test and its applications to model specification in econometrics. **The review of economic studies**, v. 47, n. 1, p. 239-253, 1980.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Editora Garamond, 3ª edição, 2002.

BULUT ÇEVİK, Zeynep. The Effect of Intergovernmental Transfers on Income Per Capita in Turkey: A Panel Data Analysis. Siyasal: **Journal of Political Sciences**, v. 29, n. 2, p. 313-335, 2020.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira et al. Análise do impacto econômico do crédito rural na microrregião de Pirapora. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, p. 631-644, 2012.

CARVALHO, P. Instrumentos de gestão territorial, inovação e cultura: a carta municipal do patrimônio. **Cadernos de Geografia**, (26), 131-135, 2007.

CASTRO, C. F.; BRESSAN, V. G. F.; SOUZA, G. H. D. Análise da eficiência operacional e da expansão de postos de atendimentos de cooperativismo de crédito brasileiro. **ForScience**, v. 11, n. 1, p. e01174, 9 ago. 2024.

CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz. Inclusão financeira e desenvolvimento rural: a importância das organizações territoriais. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 301-334, 2009.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: J. Poupart et al., **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Vozes, 2008.

CHAVES, S.S. (2011) O cooperativismo de crédito no Brasil: evolução e perspectivas. *In*: DODL, Alessandra e BARROS, José Renato. **Desafios do Sistema Financeiro Nacional: o que falta para colher os benefícios da estabilidade conquistada**. Elsevier-Campus, Rio de Janeiro, p. 69-97.

COCCORESE, Paolo; SHAFFER, Sherrill. Cooperative banks and local economic growth. **Regional Studies**, v. 55, n. 2, p. 307-321, 2021.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). Resolução nº 4.434, de 23 de julho de 2015. Dispõe sobre a constituição, autorização para funcionamento, funcionamento, alterações estatutárias, mudança de categoria e cancelamento de autorização para funcionamento de cooperativas de crédito e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 6 ago. 2015.

_____. Resolução nº 3.106, de 25 de junho de 2003. Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, autorização para funcionamento, alterações estatutárias e cancelamento de autorização para funcionamento de cooperativas de crédito. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 jun. 2003. Banco Central do Brasil.

_____. Resolução Nº 4.595, de 28 de agosto de 2017. Dispõe sobre a política de conformidade (compliance) das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2017.

_____. Resolução CMN Nº 5.051, de 25 de novembro de 2022. Dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 nov. 2022.

_____. Resolução Nº 4.693, de 29 de outubro de 2018. Dispõe sobre condições e limites para a realização de operações de crédito com partes relacionadas por instituições financeiras e por sociedades de arrendamento mercantil, para fins do disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 out. 2018.

COMBES, Pierre-Philippe; DURANTON, Gilles. Labour pooling, labour poaching, and spatial clustering. **Regional Science and Urban Economics**, v. 36, n. 1, p. 1-28, 2006.

DALLABRIDA, Valdir R. Teorias do desenvolvimento. Curitiba: **Editora CRV**, 2017.

DEMİRĞÜÇ-KUNT, Asli; LEVINE, Ross. *Finance, Financial Sector Policies, and Long-Run Growth*. Documento de trabalho apresentado como background paper à Growth Commission. The World Bank, Development Research Group, Finance and Private Sector, Washington, DC, 2003

DOW, Sheila C. The regional composition of the money multiplier process. **Scottish journal of political economy**, v. 29, n. 1, p. 22-44, 1982.

DOW, Sheila C. The treatment of money in regional economics. **Journal of Regional Science**, v. 27, n. 1, p. 13-24, 1987.

DURANTON, Gilles; PUGA, Diego. Micro-foundations of urban agglomeration economies. In: **Handbook of regional and urban economics**. Elsevier, 2004. p. 2063-2117.

DRUMOND, Vitória Resende Soares. A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. In: **ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO**, Brasília: EBPC, v. 1, 2010.

FAIRBAIRN, Brett. Cohesion, adhesion, and identities in co-operatives. In: **Co-operative membership and globalization: new directions in research and practice**, p. 18-50, 2004.

FERGUSON, Charles; MCKILLOP, Donal G. An industry approach to classifying credit union development. In: **Financial Services Research Forum**. 1997.

FGCOOP Relatório Anual do SNCC - FGCoop. Disponível em: www.fgcoop.coop.br/relatorio-anual-do-sncc. Acesso em: 24 fev. 2025

FREITAS, Alair Ferreira de; AMODEO, Nora Beatriz Presno; SILVA, Fernanda Dutra da. Crédito Solidário e Desenvolvimento Local: o caso da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Araponga-MG. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 19, p. 103-131, 2012.

FLECK, Arthur Felipe; MORAIS, Roberto Tadeu Ramos. A contribuição da cooperativa de crédito SICREDI Nordeste RS para o desenvolvimento econômico da sua região de atuação. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica-RAEE**, n. 14, p. 55-75, 2021.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GARKOVICH, Lorraine E. A historical view of community development. In: ROBINSON, Jerry W.; GREEN, Gary Paul (Org.). **Introduction to community development: Theory, practice, and service-learning**. Los Angeles: Sage, 2011. p. 11-34.

GAROFOLI, Gioacchino et al. **Endogenous development and southern Europe**. Avebury, 1992.

GAVA, Rodrigo. **Autodeterminação Local e Desenvolvimento: uma análise da dinâmica social no município de São Roque de Minas**. 2009. 325 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDSMITH, Raymond William. **Financial structure and development**. Yale University Press, 1969.

GREATTI, Ligia; SELA, Vilma Meurer. Atuação das cooperativas de crédito no processo de inclusão financeira no Brasil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 40, n. 3, p. 21-37, 2021.

GREENE, W. H. **Econometrics Analysis**. New Jersey: Prentice Hal, 2000.

GREENSTONE, Michael; HORNBECK, Richard; MORETTI, Enrico. Identifying agglomeration spillovers: Evidence from winners and losers of large plant openings. **Journal of political economy**, v. 118, n. 3, p. 536-598, 2010.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 2004.

GUJARATI, Dadomar N. **Econometria básica**. Elsevier Brasil, 2006.

GURLEY, John G.; SHAW, Edward S. Financial aspects of economic development. **The American economic review**, v. 45, n. 4, p. 515-538, 1955.

HÖHER, Ricardo; DE SOUZA, Osmar Tomaz; FOCHEZATTO, Adelar. Relação entre cooperativismo financeiro e crédito rural com o PIB gaúcho: uma análise espacial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, 2020.

HORN, Carlos Henrique; FEIL, Fernanda. Instituições financeiras de desenvolvimento regional e os desafios do Sistema Nacional de Fomento. **Economia e Sociedade**, v. 28, p. 227-254, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 8 jan. 2025.

INTERNATIONAL COOPERATIVE ALLIANCE - ACI. **Our cooperative mission**. Disponível em: <https://ica.coop/en/our-work/cooperative-mission>. Acesso em: 5 fev. 2025.

JACQUES, Elidecir Rodrigues; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**, v. 25, p. 489-509, 2016.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Saraiva Educação SA, 2017.

KING, Robert G.; LEVINE, Ross. Finance and growth: Schumpeter might be right. **The quarterly journal of economics**, v. 108, n. 3, p. 717-737, 1993.

KRUGMAN, Paul. Increasing returns and economic geography. **Journal of political economy**, v. 99, n. 3, p. 483-499, 1991.

LANG, Frank; SIGNORE, Simone; GVETADZE, Salome. **The role of cooperative banks and smaller institutions for the financing of SMEs and small midcaps in Europe**. EIF Working Paper, 2016.

LEVINE, Ross. Finance and growth: theory and evidence. **Handbook of economic growth**, v. 1, p. 865-934, 2005.

LEVINE, Ross; LOAYZA, Norman; BECK, Thorsten. Financial intermediation and growth: Causality and causes. **Journal of monetary Economics**, v. 46, n. 1, p. 31-77, 2000.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Espaço, cidades e escalas territoriais: novas implicações de políticas de desenvolvimento regional. **Economia e Sociedade**, v. 23, p. 223-241, 2014.

LITTLE, Roderick JA; RUBIN, Donald B. **Statistical analysis with missing data**. John Wiley & Sons, 2019.

MAIA, Letícia Luanda. **Eficiência e ciclo de vida das cooperativas de crédito: uma abordagem econômica e social**. 2022. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

MARQUES, Heitor Romero; COSTA, Jéssica Ojeda da. O cooperativismo e o desenvolvimento local: um estudo da cooperativa de crédito Sicredi União MS/TO–Comitê Ação Social. **Interações**, v. 22, p. 531-541, 2021.

MASSARDI, Wellington de Oliveira; ABRANTES, Luiz Antônio. Dependência dos municípios de Minas Gerais em relação ao FPM. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 1, n. 6, p. 173-187, 2016.

MCKILLOP, Donal et al. Cooperative financial institutions: A review of the literature. **International Review of Financial Analysis**, v. 71, p. 101520, 2020.

MCKINNON, Ronald I. **Money and capital in economic development**. Brookings Institution Press, 2010.

MEINEN, Ê., & PORT, M. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Editora Confebrás, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. *In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 1992. p. 269-269.

MINSKY, Hyman P. *Stabilizing an unstable economy*. New York: McGraw-Hill, 2008. (1. ed. 1986).

MONTEIRO NETO, Aristides. **A urgência de coordenação de políticas produtivas no território: Mirando o enfrentamento da crise institucional e econômica recente, de 2015 a 2022**. Texto para Discussão, 2024.

MYRDAL, Gunnar; SITOANG, Paul. **Economic theory and under-developed regions**. London: Gerald Duckworth, 1957.

NEVES, M., Bressan, V., Shinkoda, M., Romero, J., & Souza, G. H. O Impacto das Cooperativas de Crédito no Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros. *In: Anais do XIX Encontro Regional de Economia do Nordeste*. João Pessoa, 2024.

OCEMG. **Prosperidade: Sicoob Sarom comemora 32 anos de história**. 2025. Disponível em: <https://sistemaocemg.coop.br/noticia/prosperidade-sicoob-sarom-comemora-32-anos-de-historia/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

PAGANO, M. Financial markets and growth: an overview. **European Economic Review**, vol. 37, p. 613–622, 1993

PATRICK, Hugh T. Financial development and economic growth in underdeveloped countries. **Economic development and Cultural change**, v. 14, n. 2, p. 174-189, 1966.

PÊGO FILHO, Bolívar; NETO, Carlos Álvares da Silva Campos (Ed.). **Infraestrutura econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas para 2025**. Ipea, 2010.

PESSOA, Filipe De Moraes Cangussu. **Crescimento econômico, desenvolvimento financeiro e transferência de recursos via intermediação financeira: a experiência brasileira**. 2015. 194 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Econometria: modelos & previsões**. Elsevier, 2004.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6 ed. – Brasília: BCB, 2008. 92 p.

PINHO, Diva Benevides. Cooperativas e desenvolvimento econômico. **Boletim**, n. 289, 1962.

RAJAN, Raghuram; ZINGALES, Luigi. **Financial dependence and growth**. 1996.

REBELO, S. Long-run policy analysis and long-run growth. **Journal of Political Economy**, vol. 99, p. 500–521, 1991.

RIOS, G. S. L. (2017). **O que é cooperativismo**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RODRIK, Dani; SUBRAMANIAN, Arvind; TREBBI, Francesco. Institutions rule: the primacy of institutions over geography and integration in economic development. **Journal of economic growth**, v. 9, p. 131-165, 2004.

ROSS, Andrew G.; ADAMS, John; CROSSAN, Kenny. Entrepreneurship and the spatial context: A panel data study into regional determinants of small growing firms in Scotland. **Local Economy**, v. 30, n. 6, p. 672-688, 2015.

ROVANI, Bruno Pilatti et al. Desenvolvimento Socioeconômico e Cooperativismo de Crédito no Município de Concórdia-SC. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v. 52, p. 308-323, 2020.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller, 1999.

SCHUMPETER, Joseph A.; SWEDBERG, Richard. **The theory of economic development**. Routledge, 2021.

SCHUNTZEMBERGER, Amanda Massaneira de Souza et al. Análises quase-experimentais sobre o impacto das cooperativas de crédito rural solidário no PIB municipal da agropecuária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 497-516, 2015.

SEERS, Dudley. The meaning of development. In: **Development theory**. Routledge, 2010. p. 9-30.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Título original: *Development as freedom*.

SFAR, Feiza El Hancha; OUDA, Olfá Ben. Contribution of cooperative banks to the regional economic growth: Empirical evidence from France. **International Journal of Economics and Financial Issues**, v. 6, n. 2, p. 508-514, 2016.

SICOOB SAROM. **Conheça a nossa cooperativa**. 2025. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobsarom/sicoob-sarom>. Acesso em: 18 mai. 2025.

SICOOB SAROM. **Guia de Gestão Ambidestra Sarom**. Sicoob Sarom. Instituto Febnasbac, Sem data.

SICOOB SAROM. **Relatório de Gestão 2024**. Disponível em: <https://movimentosarom.com.br/relatorio-gestao>. Acesso em: 27 mai. 2025.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Development: ambiguities of a diffuse concept. **Cadernos EBAPE**, v. 4, p. 01-15, 2006.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Uma síntese. **Desenvolvimento em questão**, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da et al. Estratégia de localização bancária: teoria e evidência empírica aplicada ao estado de Minas Gerais. **Economia e Sociedade**, v. 22, p. 729-764, 2013.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO, Melo; MICROFINANÇAS, A. D. O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. **Brasília: BCB**, v. 202, 2008.

SOUZA, Gustavo Henrique Dias; BRESSAN, Valéria Gama Fully; DE PÁDUA CARRIERI, Alexandre. Cooperativas de crédito como negócios de impacto: o caso da Sicoob Credichapada. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 19, n. 50, p. 36-59, 2022.

SOUZA, Gustavo Henrique Dias; BRESSAN, Valéria Gama Fully; DE PÁDUA CARRIERI, Alexandre. Desenvolvimento Comunitário e Cooperativismo de Crédito: Influências nos Modos de Vida da Comunidade Chapadense. **Administração Pública e Gestão Social**, 2023.

SOUZA, Gustavo Henrique Dias. **Desenvolvimento local e desempenho do cooperativismo de crédito: um estudo da Sicoob Credichapada**. 2020. 281 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SOUZA, Márcia Maria Celestino De. **Gestão de cooperativa e desenvolvimento local: um estudo de caso na Cooperativa de Crédito de São Roque de Minas – SICOOB/SAROMCREDI**. 2008. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2008.

STAATZ, John M. The structural characteristics of farmer cooperatives and their behavioral consequences. **Cooperative theory: New approaches**, v. 18, p. 33-60, 1987.

STAKE, Robert E. **Qualitative research: Studying how things work**. The Guilford Press. 2010.

SUCUPIRA, Grazielle Isabele Cristina Silva; FREITAS, Alair Ferreira de. Cooperativismo de crédito solidário: um arranjo institucional em prol do desenvolvimento local. **Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 6, n. 1, 2011.

TAYLOR, Ryland A. The credit union as a cooperative institution. **Review of social economy**, v. 29, n. 2, p. 207-217, 1971.

USAI, Stefano; VANNINI, Marco. Banking structure and regional economic growth: lessons from Italy. **The Annals of Regional Science**, v. 39, p. 691-714, 2005.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 203-220, ago/dez. 2014.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT press, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.

Zeuli, Kimberly. Cooperatives and Communities: Findings, Previous Research, Issues for Further Study. In: **The Impact of New Generation Cooperatives on Their Communities**, RBS Research Report 177. David Trechter and Robert King, eds. Pp. 5–14. Washington, DC: Rural Business-Cooperative Service, 2001.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. **Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias**. Viçosa: Suprema, p. 55-76, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Roteiro de entrevista semiestruturada para coleta de dados com profissionais de ensino de escolas impactadas pelo Movimento CoopEducação, projeto da Sicoob Sarom

- 1) Quais as atribuições do seu cargo atual na escola?
- 2) Como você avalia o projeto Movimento CoopEducação para a formação dos alunos?
- 3) Quais os principais benefícios do projeto, na sua percepção? Você considera algum ponto negativo ou que possa ser melhorado?
- 4) Como você avalia a importância desse projeto para a formação dos alunos?
- 5) Você percebeu alguma evolução dos alunos após participar do projeto? Se sim, quais mudanças geralmente você percebe?
- 6) E para a comunidade, você acredita que o projeto traz benefícios?
- 7) Tem alguma questão que não perguntei e que você gostaria de contar sobre a relevância do projeto CoopEducação para os estudantes?

Roteiro de entrevista semiestruturada para coleta de dados sobre a visão da representante da educação municipal sobre a atuação da Sicoob Sarom no contexto de projetos educacionais.

- 1) Além do projeto CoopEducação, a Sicoob Sarom apoia outros projetos ou iniciativas educacionais junto à prefeitura e escolas?
Caso a resposta seja sim:
 - 1) Quais são estas iniciativas?
 - 2) Como você avalia o impacto destas iniciativas para a educação no município?
E para o aprendizado dos estudantes?
 - 3) Gostaria de destacar alguma ação ou projeto em especial?
 - 4) Existe ou já existiu o recebimento de recursos financeiros pelas escolas por parte da Sicoob Sarom para a execução de projetos, ações ou atividades?
- 2) Como você avalia o projeto CoopEducação para a formação dos estudantes?
- 3) Você percebeu mudanças após o início do projeto CoopEducação? Se sim, quais?
- 4) Quais os principais benefícios do projeto, na sua percepção? Você considera algum ponto negativo ou que possa ser melhorado?

- 5) Como você avalia a importância desse projeto para a formação dos alunos?
- 6) Você percebe alguma evolução dos estudantes após participar do projeto? Se sim, quais mudanças geralmente você percebe?
- 7) E para a comunidade, você acredita que o projeto traz benefícios?
- 8) Tem alguma questão que não perguntei e que você gostaria de contar sobre a relevância do projeto CoopEducação para os estudantes?
- 9) Como você avalia o apoio do Sicoob Sarom no projeto CoopEducação e na realização de outras atividades/projetos?

Roteiro de entrevista semiestruturada para coleta de dados sobre a percepção de comerciantes do município de São Roque de Minas sobre a relação entre o setor e a Sicoob Sarom

- 1) Que atribuições você tem no comércio local? Participa de alguma associação comercial? De que forma?
- 2) Na sua visão, quais fatores facilitam o desenvolvimento do comércio da cidade? E quais dificultam?
- 3) Você, pessoa física (ou seu comércio) são associados da Sicoob Sarom?
- 4) Você acredita que a Sicoob Sarom contribui para o comércio local? Se sim, de que forma? A Sicoob Sarom traz vantagens para os empreendedores do município? E desvantagens?
- 5) Existe alguma parceria do Sicoob Sarom com os comerciantes ou com a associação comercial/SEBRAE? O seu negócio já foi beneficiado com alguma ação/curso/capacitação? Se sim, como foi a experiência?
- 6) Além do comércio, como você avalia o papel da Sicoob Sarom para São Roque de Minas?

Roteiro de entrevista semiestruturada para coleta de dados sobre a percepção de pessoas ligadas ao setor de turismo e hotelaria do município de São Roque de Minas sobre a atuação da Sicoob Sarom

- 1) Na sua visão, quais fatores facilitam o desenvolvimento do turismo em São Roque de Minas?
- 2) E quais fatores dificultam? Quais são os principais desafios do setor na sua visão?
- 3) Você faz parte da Associação de Turismo Empreendedor da Canastra?

- a. Caso sim:
 - i. Há quanto tempo?
 - ii. Existe alguma parceria entre a associação e a Sicoob Sarom?
 - iii. A cooperativa de crédito auxilia de alguma forma as atividades da associação? Se sim, de que forma?
- 4) Você acredita que a Sicoob Sarom traz vantagens para o turismo local? E desvantagens? De que forma?
- 5) Você já participou de alguma capacitação oferecida pela cooperativa em parceria com o SEBRAE, prefeitura ou outra instituição? Se sim, pode contar como foi a experiência? Você acredita que isso ajudou o seu negócio?
- 6) Existem parcerias e ações entre setor público e privado para desenvolver o turismo em São Roque de Minas? Se sim, como você avalia as parcerias?
- 7) Além do turismo, como você avalia o papel da Sicoob Sarom para São Roque de Minas?
- 8) Há algum outro aspecto que não perguntei e que você gostaria de destacar sobre a relação entre o turismo, a Sicoob Sarom e o desenvolvimento de São Roque de Minas?

Roteiro de entrevista semiestruturada para coleta de dados sobre a percepção de produtores de Queijo Canastra no município de São Roque de Minas acerca da atuação da Sicoob Sarom

- 1) Durante a sua trajetória, como você avalia a atividade da produção do Queijo Canastra? Ocorreram muitas mudanças desde o momento em que você entrou na atividade? Se sim, quais?
- 2) Na sua visão, quais fatores foram e/ou são importantes para o desenvolvimento da produção de Queijo Canastra em São Roque de Minas?
- 3) Quais são os gargalos e dificuldades que vocês enfrentam em relação à produção e comercialização hoje? Quais são os principais desafios do setor na sua visão?
- 4) Você faz parte da Associação dos Produtores de Queijo Canastra?
 - a. Caso sim:
 - i. Há quanto tempo?
 - ii. De que maneira a associação auxilia o produtor?
 - iii. Existe alguma parceria entre a associação e a Sicoob Sarom?
 - iv. A cooperativa de crédito auxilia de alguma forma as atividades da associação? Se sim, de que forma?

- 5) Você acredita que a Sicoob Sarom traz vantagens para a produção de Queijo Canastra? E desvantagens? De que forma?
- 6) Você já participou de alguma capacitação ou curso oferecido? Se lembra quais instituições promoveram? Se sim, pode contar como foi a experiência? Você acredita que isso ajudou o seu negócio de alguma forma?
- 7) Para além da produção de Queijo Canastra, como você avalia o papel da Sicoob Sarom para São Roque de Minas?
- 8) Há algum outro aspecto que não perguntei e que você gostaria de destacar sobre a relação entre o Queijo Canastra, a Sicoob Sarom e o desenvolvimento de São Roque de Minas?

Roteiro de entrevista semiestruturada para coleta de dados sobre a percepção do representante da Secretaria Municipal de Agricultura do município de São Roque de Minas sobre a atuação da Sicoob Sarom no município.

- 1) Quais as atribuições do seu cargo?
- 2) Em relação à agricultura e à produção de Queijo Canastra, quais fatores você acredita que podem potencializar ou restringir essa produção?
- 3) Você considera que os produtores rurais de São Roque de Minas estão bem organizados coletivamente através de associações, cooperativas e sindicatos?
- 4) Você acredita que a organização dos produtores nestas organizações coletivas ajuda no desenvolvimento da produção local? Por quê?
- 5) Você acredita que existem vantagens para um agricultor quando ele faz parte de uma cooperativa de crédito? Se sim, quais?
- 6) Como você avalia a atuação da Sicoob Sarom no município, em especial ao setor agropecuário?
- 7) Você acredita que a Sicoob Sarom auxilia o setor agropecuário do município? Se sim, de quais formas?
- 8) Como é a relação do poder público com a Sicoob Sarom? Vocês já chegaram a firmar parcerias para ações ou projetos?
- 9) E quanto aos reflexos na comunidade, você acredita que a Sicoob Sarom gera impactos na comunidade e no modo de vida das pessoas? Se sim, de quais formas?

Roteiro de entrevista semiestruturada para coleta de dados sobre a percepção do representante da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Assistência Social de São Roque de Minas sobre a atuação da Sicoob Sarom no município.

- 1) Quais atribuições do seu cargo?
- 2) Você considera que existem muitos problemas sociais no município de São Roque de Minas? Quais?
- 3) Quais fatores você considera que podem restringir o desenvolvimento social do município? E quais podem potencializar?
- 4) Quais ações você considera que um município precisa realizar para potencializar o desenvolvimento local?
- 5) Na sua percepção, a atuação da Sicoob Sarom contribui de alguma forma para o desenvolvimento social do município? Se sim, de quais formas?
- 6) Como é a relação do poder público com a Sicoob Sarom? Vocês já chegaram a firmar parcerias para ações ou projetos?
- 7) Como você avalia que a Sicoob Sarom pode auxiliar o desenvolvimento social do município nos próximos anos?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa IMPACTOS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Nesta pesquisa, pretendemos analisar a relação entre a presença de cooperativas de crédito e o desenvolvimento econômico local de municípios.

Existem vários estudos sobre os impactos das cooperativas de crédito na economia de municípios e na vida das pessoas. Muitos destes estudos verificam a relação entre a presença de cooperativas de crédito e melhores condições de renda, produção, emprego e níveis educacionais, variáveis relacionadas ao que se conceitua “desenvolvimento local”. Neste sentido, esta pesquisa busca compreender como as cooperativas de crédito brasileiras, em especial a Sicoob Sarom, a ser investigada como objeto de estudo deste caso, contribuem para o desenvolvimento local através das iniciativas de investimento social apoiadas por estas organizações junto à comunidade local. Para isso, será analisado o caso específico da Sicoob Sarom e dos projetos por ela apoiados, além de observação que busca verificar como se dá a atuação da cooperativa de crédito no contexto das principais atividades produtivas locais, além do comércio e do turismo. A realização do estudo de caso se deve à necessidade de responder à pergunta: "Como a Sicoob Sarom pode influenciar o desenvolvimento local de São Roque de Minas?", além de compreender de forma profunda aspectos socioeconômicos da região. A Sicoob Sarom foi escolhida por ser considerada uma referência no cooperativismo, com projetos voltados para educação, inclusão produtiva e associativismo, realizados em conjunto com outras organizações. A cooperativa já recebeu prêmios e reconhecimentos, como o Prêmio Reconhecimento Inovação com Propósito no Cooperativismo Financeiro (RECIP), e representou o cooperativismo brasileiro na ONU. Esses fatores destacam sua relevância e justificam a análise de seu papel no desenvolvimento de São Roque de Minas.

Para a pesquisa de campo serão adotados os seguintes procedimentos: entrevista semiestruturada, análise documental, anotações no diário de campo do pesquisador a partir da observação realizada e gravação das entrevistas mediante autorização do participante da pesquisa, com a finalidade de facilitar a sistematização e operacionalização das informações coletadas e para a segurança do participante da pesquisa, caso deseje ouvir os áudios em algum momento para comprovar sua fala.

Os questionários serão aplicados durante os meses de maio e junho de 2025. No total serão realizadas cerca de 30 entrevistas com participantes de diversos setores da sociedade que estejam envolvidos com a Sarom e com projetos de investimento social por ela apoiados. Espera-se que o tempo estimado para cada entrevista seja de 25 minutos.

Os riscos potenciais oriundos da pesquisa são de nível mínimo. Podem ser destacados os riscos de caráter psicológico, como: desconforto aos participantes da pesquisa durante o processo de entrevista, tomada de tempo, cansaço e medo de perda do anonimato e de quebra de sigilo. Caso isso ocorra, o participante da pesquisa pode recusar ou interromper a entrevista a qualquer momento e não permitir a realização de gravações audiovisuais consideradas constrangedoras. Além disso, as gravações de áudio, imagem, vídeos, nome, ou qualquer tipo de informação não serão divulgadas sem a devida permissão dos participantes da pesquisa. Portanto, serão tomados todos os cuidados necessários para mitigar riscos e constrangimentos.

Como benefícios diretos da pesquisa, está a possibilidade do Sr.(a) compartilhar suas experiências, opiniões e perspectivas, além de realizar uma reflexão sobre o contexto comunitário em que vive. Uma maior visibilidade para a organização que você faz parte e para o município também são benefícios que podem ser trazidos pela participação nesta pesquisa. Como benefícios indiretos, está a geração de conhecimentos que tratem da importância das ações apoiadas pela cooperativa de crédito no município de São Roque de Minas, e a compreensão de como estas ações podem contribuir de fato para o desenvolvimento local do município, podendo resultar em contribuições para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os resultados da pesquisa serão disponibilizados e apresentados aos participantes da pesquisa em reunião específica para esse fim. Caso aceite, o(a) Sr.(a) ficará envolvido(a) na pesquisa durante dois meses, período necessário para a coleta de dados, prevista para maio e junho de 2025. Para participar deste estudo, o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o(a) Sr.(a) tem assegurado(a) o direito à indenização, bem como o ressarcimento de eventuais custos com a participação nesta pesquisa.

O(a) Sr.(a) tem garantida plena de liberdade de se recusar a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o(a) Sr.(a) é atendido(a) pelos pesquisadores. Os resultados da

pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(a) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que esta pesquisa possa resultar. Seu nome e, ou, material que indiquem sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) afirma que os resultados da pesquisa serão disponibilizados, pois acreditamos que a discussão e a apresentação dos resultados para os participantes poderiam trazer grandes benefícios a eles. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, uma será fornecida ao (à) Senhor (a) e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa- MG, juntamente com dados e instrumentos utilizados na pesquisa pelo prazo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa e, depois desse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com os padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial às Resoluções nºs 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “IMPACTOS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim eu desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Nome do Pesquisador Responsável: Marcelo José Braga

Endereço: Departamento de Economia Rural – Avenida Purdue, s/n, Campus Universitário – Edifício Edson Potsch de Magalhães – CEP 36.570-900 – Viçosa-MG – BR.

Telefone: (31) 3899-1318

E-mail: mjbraga@ufv.br

Pesquisador Assistente: Diego Sebastião Landim Silva

Endereço: Departamento de Economia Rural – Avenida Purdue, s/n, Campus Universitário – Edifício Edson Potsch de Magalhães – CEP 36.570-900 – Viçosa-MG – BR.

Telefone: (32) 99950-9933

E-mail: diego.landim@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa. Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário. Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3612-2316; Email: cep@ufv.br; www.cep.ufv.br

ANEXOS

Tabela 5 - Estatísticas descritivas para as variáveis da pesquisa.

Variável	Ano	Observações	Média	Desv. Pad.	Mín.	Máx.	Coef. Var.
Crescimento do PIB per capita	2016	0					
	2017	5570	0,020	0,13	-1,29	2,15	6,50
	2018	5570	0,010	0,13	-1,5	2,26	13,00
	2019	5570	0,020	0,12	-2,36	1,63	6,00
	2020	5570	0,060	0,13	-1,09	1,42	2,17
	2021	5570	0,050	0,16	-1,88	1,64	3,20
Crescimento do nº de empresas	2016	0					
	2017	5570	-0,0004	0	-0,03	0,06	0,00
	2018	5570	-0,001	0	-0,03	0,02	0,00
	2019	5570	-0,001	0	-0,05	0,03	0,00
	2020	5570	0,0003	0	-0,06	0,05	0,00
	2021	5570	0,0005	0	-0,08	0,03	0,00
Crescimento do nº de empregos	2016	0					
	2017	5570	0,005	0,02	-0,3	0,32	4,00
	2018	5570	0,002	0,02	-0,24	0,6	10,00
	2019	5570	0,0001	0,02	-0,51	0,45	200,00
	2020	5570	-0,006	0,02	-0,19	0,35	-3,45
	2021	5570	0,013	0,02	-0,33	0,68	1,54
PIB per capita	2016	5570	9,700	0,68	8,07	12,81	0,07
	2017	5570	9,720	0,68	8,07	12,73	0,07
	2018	5570	9,730	0,69	8,41	13,21	0,07
	2019	5570	9,750	0,68	8,31	12,95	0,07
	2020	5570	9,810	0,7	8,36	13,15	0,07
	2021	5570	9,860	0,75	8,36	13,49	0,08
IDEB municipal	2016	5236	1,640	0,15	1,03	2,04	0,09
	2017	5462	1,670	0,15	1,06	2,1	0,09

	2018	5462	1,670	0,15	1,06	2,1	0,09
	2019	5287	1,720	0,14	1,06	2,17	0,08
	2020	5287	1,720	0,14	1,06	2,17	0,08
	2021	4818	1,760	0,11	1,28	2,21	0,06
IFGF - geral	2016	5249	0,370	0,13	0	0,69	0,35
	2017	5418	0,330	0,14	0	0,69	0,42
	2018	5327	0,370	0,14	0	0,69	0,38
	2019	5418	0,390	0,14	0	0,69	0,36
	2020	5229	0,430	0,14	0	0,69	0,33
	2021	5416	0,450	0,14	0,01	0,69	0,31
IFGF - dimensão investimentos	2016	5249	0,380	0,19	0	0,69	0,50
	2017	5418	0,290	0,17	0	0,69	0,59
	2018	5327	0,370	0,17	0	0,69	0,46
	2019	5418	0,350	0,17	0	0,69	0,49
	2020	5229	0,460	0,18	0,01	0,69	0,39
	2021	5416	0,370	0,18	0	0,69	0,49
Repasses do FPM	2016	5570	16,050	1,64	0	20,34	0,10
	2017	5570	15,990	1,63	0	20,29	0,10
	2018	5570	16,020	1,63	0	20,32	0,10
	2019	5570	16,070	1,64	0	20,37	0,10
	2020	5570	15,980	1,63	0	20,29	0,10
	2021	5570	16,170	1,65	0	20,47	0,10
Mão de obra disponível	2016	5570	0,770	0,04	0,52	0,98	0,05
	2017	5570	0,770	0,04	0,53	0,99	0,05
	2018	5570	0,780	0,04	0,53	0,97	0,05
	2019	5570	0,790	0,04	0,54	0,97	0,05
	2020	5570	0,790	0,04	0,54	0,98	0,05
	2021	5570	0,790	0,04	0,55	0,98	0,05
d_coop	2016	5570	0,45	0,50	0	1	1,11

	2017	5570	0,46	0,50	0	1	1,09
	2018	5570	0,47	0,50	0	1	1,06
	2019	5570	0,49	0,50	0	1	1,02
	2020	5570	0,50	0,50	0	1	1,00
	2021	5570	0,52	0,50	0	1	0,96
d_banco	2016	5570	0,58	0,49	0	1	0,84
	2017	5570	0,62	0,48	0	1	0,77
	2018	5570	0,63	0,48	0	1	0,76
	2019	5570	0,64	0,48	0	1	0,75
	2020	5570	0,67	0,47	0	1	0,70
	2021	5570	0,67	0,47	0	1	0,70

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 6 - Características gerais dos municípios que compõem a microrregião de Piumhi.

Município	População (2022)	Área (Km2)	PIB per capita (2021)	IDHM (2010)	IFDM (2023)	População ocupada em 2022 (%)	Salário médio mensal - SM (2022)	IDEB - Anos finais (2023)
Bambuí	23.546	1.455,82	R\$ 33.549,38	0,741	0,7418	22,87%	2	4,9
Córrego Danta	2.960	657,425	R\$ 52.273,69	0,692	0,6931	24,19%	1,9	5,4
Doresópolis	1.461	152,912	R\$ 54.667,85	0,692	0,6050	21,49%	2,8	4,7
Iguatama	6.826	628,2	R\$ 74.348,83	0,707	0,6340	25,37%	2	4,3
Medeiros	3.900	946,437	R\$ 64.058,50	0,711	0,7114	18,72%	1,8	4,8
Piumhi	36.062	902,468	R\$ 36.452,59	0,737	0,7440	26,88%	1,8	4,2
São Roque de Minas	7.129	2.098,87	R\$ 45.519,05	0,672	0,6766	21,35%	2,1	5,2
Tapiraí	1.690	407,92	R\$ 29.984,35	0,667	0,6582	12,60%	1,9	-
Vargem Bonita	2.158	409,888	R\$ 40.894,45	0,696	0,6112	16,13%	2	4,7

Fonte: elaborado pelo autor com dados do IBGE Cidades e Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.